



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - PREPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL - PPGHB
MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL

KÉRCIA ANDRESSA VITORIANO GONÇALVES

DEGREDDADOS DA SECA:
políticas intervencionistas em Teresina (1877–1879)

Teresina – PI
2022

KÉRCIA ANDRESSA VITORIANO GONÇALVES

DEGREDDADOS DA SECA:
políticas intervencionistas em Teresina (1877–1879)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, sob a orientação da Professora Doutora Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Teresina – PI

2022



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL

ATA Nº 10/2022

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA DO
BRASIL, REALIZADA EM 18/04/2022

Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, por meio de videoconferência, reuniu-se em sessão pública a banca examinadora de defesa de dissertação intitulada "DEGREDDADOS DA SECA: políticas intervencionistas em Teresina (1877 - 1879)", de autoria da mestranda KÉRCIA ANDRESSA VITORIANO GONÇALVES, candidata ao título de Mestre em História do Brasil. A banca examinadora foi constituída pelos professores doutores Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz - UFPI (Orientadora), Francisco Gleison da Costa Monteiro - UFPI (Examinador Interno) e Alcebiades Costa Filho - UEMA (Examinador Externo). Às 16 horas a sessão foi aberta pela senhora presidente, que deu início aos trabalhos convidando a candidata a fazer breve exposição sobre a dissertação em julgamento, concedendo-lhe para isto o tempo máximo de trinta minutos. Findada a exposição, a presidente passou a palavra aos membros da banca examinadora, esclarecendo que cada um dispunha de até 30 minutos para a arguição e o candidato do mesmo tempo para as respectivas respostas. A arguição foi iniciada pelo Prof. Dr. Alcebiades Costa Filho, seguindo-se a este o Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro e a Profª. Drª. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz, orientadora da dissertação. A mestranda respondeu a todos os questionamentos. Logo após, retirou-se temporariamente da sessão e a banca analisou e decidiu sobre a dissertação apresentada. Retomando, foi dado conhecimento do julgamento. A senhora presidente comunicou que a Banca Examinadora considerou a dissertação APROVADA. A presidente, congratulando-se com a candidata e agradecendo a presença de todos, encerrou a sessão às 17 horas e 50 minutos. E, para constar, foi lavrada a presente ATA que, lida e aprovada, foi assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

Teresina, 18 de abril de 2022

Profª. Drª. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz - UFPI
Presidente da Banca Examinadora (acesso remoto)

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro - UFPI
Examinador Interno (acesso remoto)

Prof. Dr. Alcebiades Costa Filho - UEMA
Examinador externo (acesso remoto)

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processos Técnicos

G639d Gonçalves, Kércia Andressa Vitoriano.
Degredados da seca : políticas intervencionistas em Teresina
(1877-1879) / Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves. -- 2022.
130 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí,
Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2022.
“Orientadora: Professora Doutora Teresinha de Jesus Mesquita
Queiroz.”

1. Assistencialismo. 2. Migrantes. 3. Pobres. 4. Seca. 5. Teresina.
I. Queiroz, Teresinha de Jesus Mesquita. II. Título.

CDD 981.22

Bibliotecária: Francisca das Chagas Dias Leite - CRB3/1004

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que, ao longo desses anos, me concedeu forças para continuar lutando pelos meus sonhos.

Agradeço à minha família e amigos pelo apoio e incentivo, de forma específica meus pais de coração, Raimundo Ricardo de Moraes e Rita Maria Ferreira de Moraes, meus irmãos Luzimeiry de Moraes Cardoso, Monaliza Ferreira de Moraes, Wemersson Ferreira de Moraes, Maria Vitoria Moraes Cardoso e Pedro Anderson Vitoriano Oliveira; aos meus amados sobrinhos Maitê Luna de Moraes Cardoso e Ravi de Carvalho Moraes; e ao amigo e companheiro de vida Gean de Sousa Lima.

Agradeço aos professores e colegas do Mestrado em História do Brasil, da Universidade Federal do Piauí, em especial à minha orientadora, Profa. Dra. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz, exemplo de profissional e de pessoa, pela paciência e dedicação. Agradeço também ao estimado professor Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro, pelo incentivo de sempre.

De maneira muito especial, agradeço à Universidade Federal do Piauí, meu lugar de formação, por quem luto e que defendo. A educação pública me fez quem sou e desejo que continue a dar a muitas outras pessoas pobres a oportunidade do crescimento pela educação.

Obrigada a todos. Amo vocês!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o período de seca na cidade de Teresina, nos anos de 1877 a 1879, a partir das instituições de auxílio aos migrantes, abordando a seca não somente como um fenômeno climático, mas social, político e econômico, de forma a problematizar os adventos que fizeram desses anos consecutivos tão efervescentes nas políticas intervencionistas governamentais. O período de seca reflete o deslocamento das populações das províncias no norte do País, na tentativa de assentar-se em locais que garantissem subsídios básicos à sobrevivência. Além disso, o trabalho dá ênfase aos principais sujeitos atingidos: os pobres, que, flagelados, passaram a migrar constantemente. A partir disso, analisa como esses sujeitos foram retratados nas fontes consideradas oficiais, tais como requerimentos, ofícios e súplicas. Discute, ainda, como esses pobres eram vistos sob a ótica de alguns jornais que circulavam naquele momento, como *A Época* e *A Imprensa*. Analisando os meios de assistência voltados aos pobres migrantes durante aquele momento, propõe-se também perceber as mudanças em relação ao ato da caridade e ao da assistência propriamente dita. Dessa forma, volta-se para algumas instituições criadas para ajudar os migrantes que adentravam a província, como também os que circulavam internamente. Dentre essas instituições, destaca a comissão de socorros públicos, importante medida assistencialista. Utiliza como metodologia o levantamento bibliográfico referente à seca, com o objetivo de obter maiores informações sobre a temática, a partir de autores como: Edson Holanda Lima Barboza, Francisco Gleison da Costa Monteiro e Maria Mafalda Baldoino de Araújo. Apresenta, ainda, um mapeamento das fontes visando fazer um paralelo entre a bibliografia analisada, por meio da digitalização e a análise de manuscritos e requerimentos coletados no Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI), cotejando, ainda, com a coleta de fontes em acervos digitais como a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e os Anais do Império brasileiro.

Palavras-chave: Assistencialismo. Migrantes. Pobres. Seca. Teresina.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the drought period in the city of Teresina, in the years 1877 to 1879, from the institutions of assistance to migrants, approaching the drought not only as a climatic phenomenon, but social, political and economic, of in order to problematize the advents that made these consecutive years so effervescent in governmental interventionist policies. The dry period reflects the displacement of populations from the provinces in the north of the country, in an attempt to settle in places that would guarantee basic subsidies for survival. In addition, during the work, emphasis will be given to the main subjects affected: the poor who, scourged, began to migrate constantly. From this, it will be analyzed how these subjects were portrayed in the sources considered official, such as requirements, offices and supplications. It will also be discussed how these poor people were seen from the perspective of some newspapers that were circulating at that time, such as *A Época* and *A Imprensa*. Analyzing the means of assistance aimed at the poor migrants during that time, it was also proposed to perceive the changes in relation to the act of charity and the assistance itself. Thus, it was necessary to talk about some institutions created to help migrants who entered the province, and those who circulated internally, such as, for example, the public aid commission, an important welfare measure. The bibliographic survey on the drought was used as a methodological process, in order to obtain more information on the subject, from authors such as: Edson Holanda Lima Barboza, Francisco Gleison da Costa Monteiro and Maria Mafalda Baldoino de Araújo. Subsequently, the sources were mapped to build a parallel of the analyzed bibliography, through the digitization and analysis of manuscripts and requirements collected in the Public Archive of the State of Piauí (APEPI), and the collection of sources in digital collections such as the Hemeroteca Digital of the National Library and the Annals of the Brazilian Empire.

Keywords: Assistance. Migrants. Pooors. Dry. Teresina.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa figurativo das províncias do Maranhão e Piauí.....	28
Figura 2 – Localização do terreno escolhido para a implantação da cidade de Teresina.....	37
Figura 3 – Planta de Teresina em 1853	38
Figura 4 – Planta de Teresina em 1855	38
Figura 5 – Praça da Constituição. Foto de 1910.....	45
Figura 6 – Mercado Municipal de Teresina em suas características originais	46
Figura 7 – Reconstituição da fachada da igreja através de imagens de baixa qualidade visual..	47
Figura 8 – Prédio onde funcionou o Fórum de Teresina, localizado na Praça Deodoro da Fonseca.....	48
Figura 9 – Prédio onde funcionou o Palácio do Governo (1916), localizado na Praça Deodoro da Fonseca. Hoje abriga o Museu do Piauí	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cronologia de anos secos no Piauí	30
Quadro 2 – Número de pessoas em núcleos coloniais no Piauí (1878)	81
Quadro 3 – População de Teresina (1872-1910).....	118
Quadro 4 – Receitas e despesas da província do Piauí no período de 1874 a 1877 (em mil-réis)	119

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A PROVÍNCIA DO PIAUÍ NO SÉCULO XIX.....	17
2.1 Zonas de contato: a província do Piauí como corredor migratório	17
2.2 A utopia da mudança: o processo civilizador na construção da nova capital piauiense	32
2.3 Os primeiros anos da nova capital.....	42
3 CAMINHOS DA ESPERANÇA: O PROCESSO MIGRATÓRIO PARA TERESINA E AS INSTITUIÇÕES DE AUXÍLIO	53
3.1 Anos secos: a chegada da seca de 1877 a 1879.....	53
3.2 Políticas intervencionistas em Teresina.....	63
3.2.1 Núcleos coloniais.....	74
3.2.2 Comissões de Socorros Públicos	87
4 POBRES E DESVALIDAS: CLAMOR E CARIDADE NAS SÚPLICAS DAS MÃES DA SECA NO PIAUÍ.....	99
4.1 A situação das mulheres durante a seca.....	99
4.2 Teresina após a seca de 1877-1879	114
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS E FONTES.....	123

1 INTRODUÇÃO

Para melhor compreensão deste trabalho, é relevante conhecer o trajeto de pesquisa, os percursos traçados para a construção do texto e os desdobramentos das análises propostas. Durval Muniz de Albuquerque Júnior destaca que o ofício do historiador se constitui como uma atividade meticulosa, manual, exercida com delicadeza, assemelhando-se ao trabalho de tecelões e bordadeiras, e a outros afazeres do universo feminino. Tecer a história, como fazia Heródoto, herdeiro dos *aedos*, deve ser algo fascinante aos ouvidos, assim como era o canto das sereias, que costurava os fragmentos, pedaços de lendas e mitos com narrativas factuais, de testemunhos e memórias, dando ao caos das informações uma coerência, uma aparente coesão.¹

Mencionar o momento difícil que a humanidade está vivenciando, desde o ano de 2020, se torna indispensável. A pandemia de Covid-19 afetou a vida de muitos, tanto que o sonhado momento de acessar os acervos de pesquisa, de andar pelos corredores do Arquivo Público e de outras instituições, foi aos poucos cedendo lugar ao isolamento em massa que ocorreu em nível mundial. Seus efeitos ainda são inestimáveis, mas afetam à saúde, à economia e à educação, atingindo a população mundial direta ou indiretamente.

A pandemia global criou um grande ponto de virada na educação a distância, com a implementação de aulas remotas. Considerando esse contexto, foi necessária uma adaptação, não somente por parte de todas as redes educacionais, mas também na produção de pesquisas da pós-graduação. Desse modo, recorreremos aos arquivos digitais disponíveis em plataformas como a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional², os Anais do Império brasileiro³, entre outras, para que o acesso à documentação necessária à presente pesquisa se tornasse possível. Os documentos coletados no Arquivo Público do Piauí (APEPI), antes da pandemia, também serviram de base para a construção deste trabalho. Cabe ressaltar que, atualmente, o acervo digital é de crucial importância para os pesquisadores, na medida que quebram as barreiras do espaço físico e as limitações das fontes materiais.

Dessa forma, além de funcionarem como uma ferramenta de preservação de documentos históricos, os acervos digitais proporcionam maior acessibilidade e utilidade aos documentos guardados e preservados, facilitando o acesso à informação, colaborando com a perspectiva sobre a memória. Contribuem, também, para a implementação da história pública, que, de forma

¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história*. São Paulo: Intermeios, 2019.

² HEMEROTECA. Biblioteca Digital do Rio de Janeiro: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

³ BRASIL. Anais do Império brasileiro. <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/ip_anaisimperio.asp>.

conceitual, é vista por Michael Frisch,⁴ como a escrita da história, apresentada de forma acessível ao grande público.

Isto posto, voltemos ao desenvolvimento da pesquisa. Na vigência do período pandêmico, foi necessário o retorno aos materiais já coletados, bem como a mudança de perspectiva de um primeiro olhar. Concordamos com Farge, quando a autora afirma que o arquivo é uma página em branco, um fragmento de tempo capturado e, que, só mais tarde, separam-se os temas, formulam-se interpretações.⁵ A condução da pesquisa foi pautada por fontes que mantêm diálogos muito densos, numa tentativa de escapar de armadilhas e confusões provocadas pela diversidade de interpretações dos autores consultados. Além disso, essa afirmação serve para mostrar que o ponto de vista do historiador não é neutro e que as perguntas não são feitas ao acaso, mas exigem que historiador seja astuto no ato de realizar análises empíricas.

O período de seca que assolou o norte do Brasil, compreendido entre 1877 e 1879, provocou um deslocamento das populações das províncias da região, na tentativa de assentar-se em locais que garantissem subsídios básicos à sobrevivência. A seca, nesse contexto, não pode ser vista somente como um fenômeno climático, mas como fenômeno social, político e econômico, responsável pela modificação do cotidiano de muitas pessoas, afetando a vida de homens e mulheres, jovens e crianças, que deixavam seu local de origem e a privacidade dos seus lares, para moldarem novas perspectivas, em algum lugar, que lhes propiciassem esperanças de um recomeço.

Diante desse contexto, conforme o discurso presente nos documentos oficiais, houve uma fixação de migrantes na província do Piauí, fazendo com que as autoridades enfrentassem um novo problema: a presença constante e em grande número de “indigentes”, vistos pelas elites locais como sujeitos desprezíveis que não queriam assumir nenhum trabalho regular. Por esse motivo, as autoridades precisavam inventar mecanismos para conter os problemas trazidos pelos migrantes, de forma que foram criadas medidas de intervenção para que essas pessoas não trouxessem problemas sociais e não atrapalhassem a “boa ordem” da província. A criação de núcleos coloniais e de comissões de socorros foram algumas das medidas adotadas para dispersar os migrantes do espaço urbano da capital. Enquanto os núcleos coloniais utilizavam sua mão de obra barata como força de trabalho, as comissões de socorros auxiliavam, enviando essa população para fora da província ou ajudando na aquisição de alimentos, vestuários e

⁴ FRISCH, Michael. *From a Shared Authority to the Digital Kitchen, and Back*. Philadelphia, PA: The Pew Center for Arts and Heritage, 2011.

⁵ FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

medicamentos.

As rotas migratórias atravessavam o Piauí, não somente de forma interna, entre uma vila e outra, mas também externamente, de uma província para outra. *A priori*, o deslocamento de uma vila para outra ocorria, sobretudo, da região interiorana para capital, local construído no imaginário popular como aquele onde existiam as maiores possibilidades de ajuda. Assim, o fluxo populacional externo era intenso, pois o Piauí estava na rota de migração, e muitos desses migrantes paravam e/ou estabeleciam-se na província, por lhes faltar forças, saúde, alimentos, dentre outros motivos. Dessa forma, durante o período mencionado, o Piauí – especialmente a capital Teresina – teve um grande aumento populacional.

Nesse sentido, o grande fluxo de retirantes na região tornou-se um problema para o governo do Piauí e para as demais autoridades, pois esses indivíduos constituíram uma camada social subjugada, vista pelas elites locais como vadios, considerando que não queriam assumir compromissos com nenhuma forma de trabalho regular. Dessa maneira, para que se mantivesse a ordem na província, fez-se necessária a criação de instituições que controlassem essa nova camada crescente. Exemplo dessas medidas de controle são os núcleos coloniais e o engajamento em obras públicas, que afastavam a população migrante dos núcleos urbanos, deslocando-os para trabalhos específicos, fosse a mando de senhores nas fazendas ou para o desenvolvimento da cidade, por meio das obras públicas, evidenciando a utilização desordenada dos retirantes como mão de obra barata. No contexto social piauiense no final do século XIX, persistia o uso da força de trabalho de homens livres e escravizados.

Para analisar a presença de classes subjugadas e marginalizadas pelas sociedades, como é o caso dos retirantes durante o período da seca no Piauí, a historiografia oferece alguns subsídios. A história social inglesa, cujo expoente é Edward Thompson, a partir de sua obra *A formação da classe operária inglesa*⁶, colabora para a observação da história vista através dos vencidos. Dessa forma, os estudos de Thompson contribuem para a produção de uma história do Piauí no século XIX, voltada para os sujeitos à margem da historiografia. Esta dissertação, para além de uma abordagem regional, aborda sujeitos anteriormente esquecidos, negligenciados, visando dar-lhes protagonismo na história.

A pesquisa partiu, inicialmente, de um levantamento bibliográfico sobre abordagens e perspectivas de autores que pesquisam o assunto, como, por exemplo, Maria Mafalda Balduino

⁶ THOMPSON, Edward Paul. *The Making of the English working class*. Nova Iorque: Pantheon, 1956.

de Araújo,⁷ Edson Holanda Lima Barboza,⁸ Antônia Jesuíta de Lima⁹ e Francisco Gleison da Costa Monteiro.¹⁰ Como fontes primárias, foram consultados manuscritos localizados no Arquivo Público do Piauí, tais como cartas, requerimentos e ofícios. As pesquisas digitais também foram muito úteis para o desenvolvimento desta pesquisa, através dos documentos obtidos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital e nos Anais do Império brasileiro.

As fontes de pesquisa devem ser problematizadas, considerando que foram construídas a partir da subjetividade dos indivíduos, e devem ser analisadas de forma crítica, que observe a maneira como seus autores percebiam os acontecimentos do período, bem como a presença dos retirantes. Os manuscritos, por se tratar de documentação oficial, possuem, em sua maioria, visões das autoridades do período, retratando a forma como elas entendiam e enfrentavam a seca e a chegada de muitos migrantes. O posicionamento das autoridades é caracterizado pela utilização, ao se referirem aos retirantes, de termos pejorativos como, por exemplo, “pobres” e “desvalidos”. Faz-se necessário ressaltar que muitos dos manuscritos possuem grafias que dificultam seu entendimento e compreensão, de forma que foi necessário que esta pesquisadora fizesse cursos de paleografia e práticas cotidianas, na tentativa de compreender esses documentos. Para além disso, a escassa produção historiográfica sobre o Piauí impôs outras dificuldades à pesquisa.

As fontes são cruciais para o entendimento de quaisquer temáticas na construção de uma pesquisa. Nesta dissertação, a utilização de documentos oficiais, jornais e pesquisas de outros autores colaboraram para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, fez-se necessário desconstruir conceitos, imagens e ideários criados, ao longo do tempo sobre a seca e, principalmente, sobre o sertanejo, marginalizado e excluído da sociedade. É somente através da análise de fontes que se faz possível a constituição de uma história vista de baixo, onde o poder e a pobreza entrelaçam-se perante o fenômeno da natureza.

A pesquisa bibliográfica possibilitou compreender a forma como foi construída a imagem do Piauí no período em questão, assim como salientou a gravidade do período de seca.

⁷ ARAÚJO, Maria Malfada Balduino de. *O poder e a seca de 1877 a 1879 no Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1991; ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2010.

⁸ BARBOZA, Edson Holanda Lima. *A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884)*. 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013; BARBOZA, Edson Holanda Lima. Zonas de contato no Piauí oitocentista: rotas de retirantes e escravizados. *Vozes, Pretérito e Devir*, Teresina, ano 1, v. 1, n. 2, p. 309-324, 2013.

⁹ LIMA, Antônia Jesuíta de. *As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos*. Teresina: Halley, 2003.

¹⁰ MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

Araújo ressalta que a primeira notícia que se tem no Piauí em relação ao fenômeno da seca data de 1853, através da criação da Comissão de Exploração, que acarretou a legitimação dos estudos referentes aos períodos de estiagem. Essa comissão defendia a utilidade e criação de açudes para o armazenamento de água.¹¹

A estiagem, portanto, não foi um acontecimento isolado, mas acontecia de forma recorrente. Este trabalho se mostra relevante, ao colaborar com os estudos sobre esse período, visto que o fenômeno teve duração de três anos e suas consequências foram sentidas a longo prazo, fazendo com que a violência se tornasse uma preocupação secundária. Foi somente a partir dessa data que o termo “desvalido”, antes utilizado somente para denominar uma pessoa vítima de violência, passou a ser associado ao retirante fugitivo das estiagens.¹²

Araújo elaborou sua pesquisa mediante o estudo do processo de modificações através da seca e as relações de trabalho constituídas no período, quando trabalhadores livres passaram dessa condição a uma exploração desordenada, caracterizando um trabalho escravo imposto pela disponibilidade da mão de obra barata. Nesse período, ocorreu um processo higienista com vistas à limpeza dos grandes centros e o isolamento dos ditos “vadios”. As medidas assistencialistas também são analisadas pela autora, levando em conta o processo de resolução do “problema” da migração e do aumento do fluxo de pessoas em Teresina.

Edson Barboza contribui para esta pesquisa na medida em que auxilia na compreensão das rotas percorridas pelos retirantes entre as fronteiras do Norte. Segundo o autor, essas rotas permitiram que eles chegassem à beira do rio Parnaíba, divisa entre o Maranhão e o Piauí, de onde poderiam se dirigir para uma das capitais, principalmente para Teresina, seguindo para o trabalho em fazendas ou núcleos coloniais.¹³

Nesse sentido, Francisco Gleison da Costa Monteiro oferece uma abordagem sobre a forma com que os homens livres foram pensados e tratados, apontando a visão que as autoridades tinham desses sujeitos. O autor aborda a constituição do trabalho como forma de controle e combate à ociosidade, analisando-o através de uma instituição de recrutamento e isolamento dos indivíduos.¹⁴

Para pensar as multifaces da pobreza, Antônia Jesuíta de Lima contribui para esta pesquisa, ao estudar como se deu o processo de relações hierárquicas na transição das relações entre senhores e escravos, para entrelaces ligados ao capitalismo, baseado na mão de obra livre,

¹¹ ARAÚJO, 1991, p. 67.

¹² RIOS, Kênia de Sousa. *Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2001. p. 182.

¹³ BARBOZA, 2013.

¹⁴ MONTEIRO, 2016.

mas explorada. A autora evidencia a nova ordem econômica em que se baseavam as relações de trabalho, contribuindo para relacionar indivíduos pobres à ideia de classes perigosas para a sociedade e, assim como fez Monteiro, analisar o trabalho como forma de controle social. Segundo Lima, o elitismo inferiorizava e marginalizava, para legitimar a exploração através de discursos de trabalho versus vadiagem.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, *A província do Piauí no século XIX*, discute-se o contexto histórico a partir da formação social do Piauí, considerando a rota dos migrantes da seca em busca pelas fronteiras do Norte, que permitia que grupos de retirantes e escravos seguissem caminhos pelos sertões até chegarem às ribeiras do Parnaíba, divisa entre o Piauí e o Maranhão, de onde poderiam se dirigir a Teresina ou a São Luís. O trânsito dentro da província do Piauí ocasionava um aglomerado de indivíduos na capital, problemática que necessitou de intervenção dos governantes.

O segundo capítulo, “Caminhos da esperança: o processo migratório para Teresina e as instituições de auxílio”, expõe as medidas assistencialistas tomadas pelo governo em socorro aos pobres no período da seca. Nele, apresentamos discussão acerca das mudanças ocorridas nos auxílios à pobreza, bem como a utilização do trabalho como meio intervencionista e de exploração. No terceiro e último capítulo, “Pobres e desvalidas: clamor e caridade nas súplicas das mães da seca no Piauí”, a análise recai sobre as súplicas das mães no período da seca através dos requerimentos enviados por elas ao presidente da província, por intermédio da Comissão de Socorros Públicos. Essa instituição distribuía alimentos, roupas, passagens e outros subsídios básicos para a sobrevivência, objetivando suprir as necessidades dos flagelados. Neste capítulo, abordamos também o período posterior à seca e a permanência dessas famílias na cidade de Teresina, considerando os motivos pelos quais esses indivíduos resolveram permanecer no local.

2 A PROVÍNCIA DO PIAUÍ NO SÉCULO XIX

Entender os adventos da seca nos anos de 1877 a 1879 na província do Piauí requer uma análise profunda sobre os moldes políticos, econômicos e sociais nos anos anteriores a esse período de estiagem, objetivando situar os leitores na temporalidade e mudanças ocorridas no período da seca e em momento posterior a ela. Desse modo, o presente capítulo apresenta uma discussão entre autores e fontes sobre o Piauí, ao longo do século XIX.

É necessário abordar especificamente a formação da capital Teresina durante esse processo, demonstrando os modelos da vivência cotidiana na nova cidade planejada. A utopia imaginada e posta sobre a construção da nova capital requer uma observação pontual, visto que o planejamento formador de uma cidade civilizada e adequada aos moldes modernos se tornou uma fantasia. Segundo Michel Foucault: “[...] em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”.¹⁵ A chegada dos migrantes ocasionou uma alteração significativa nesse processo, objeto de discussões posteriores.

A primeira metade do século XIX provocou na província do Piauí uma certa efervescência nas áreas administrativa e social, as quais geraram resultados importantes para os estudos desse período, como é o caso da transferência da nova capital. Apesar de terem ocorrido outros períodos de seca anteriores à grande estiagem de 1877 a 1879, esses não impactaram tão fortemente a percepção das mudanças quanto aquelas percebidas após esse lapso de tempo. Este capítulo analisa os motivos que justificam a intervenção assistencialista direta do governo do Piauí durante os três anos de seca, contando, inclusive, com a ajuda do Império brasileiro.

2.1 Zonas de contato: a província do Piauí como corredor migratório

Percorrer a história do Piauí durante o século XIX possibilita refletir sobre os moldes que resultaram no que se tem hoje como o Estado do Piauí. A contemplação dos eventos que ocasionaram sua formação e independência constitui ponto relevante para a historiografia brasileira. O presente tópico propõe um passeio pela província a partir de sua independência até a construção da capital Teresina. Os campos econômico, político e social são abordados acentuando as mudanças nos anos posteriores. Ainda que não seja possível explanar de maneira abrangente a história do Piauí, interessa conhecer aspectos que permitam compreender a atuação do governo provincial na seca de 1877 a 1879 no território piauiense.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 126.

No século XVIII, houve a tentativa de tornar o Piauí uma capitania autônoma e independente. Carlos Eugênio Porto, através de pesquisa profunda sobre os acontecimentos, desde o período colonial até a chegada da República, afirma que a “Carta Régia de 19 de junho de 1761 elevava aos foros de cidade e capital, a vila da Mocha, subindo à categoria de vila as oito povoações paroquiais existentes no Piauí”.¹⁶ Este fato não se mantém isolado, bem como não se constitui como um evento único, contemplando outros acontecimentos e tentativas para a independência da capitania.

A elevação do Piauí à condição de capitania independente pela Carta Régia de D. José I, em 29 de julho de 1758, e as medidas pombalinas, como as de expulsar os jesuítas, controlar o comércio de carne e abolir a escravidão indígena, trazendo escravos africanos para a região, buscavam, justamente, integrar a região no comércio mundial e visibilizar as mudanças na organização do trabalho.¹⁷

As tentativas e petições em busca da independência não possuíam somente caráter administrativo, mas afetava principalmente a economia, visto que o Piauí ainda fazia parte da jurisdição da província do Maranhão. Após a concessão feita pela Carta Régia, o primeiro governo administrativo da província se consolidou por meio da figura de João Pereira Caldas.

No cenário político e administrativo, João Pereira Caldas se constituiu como uma figura importante na conjuntura piauiense. O governador do Piauí nasceu “na paróquia de São Salvador do Cambori, termo da Monção, da comarca de Valença, em Portugal, no dia 4 de agosto de 1720”.¹⁸ Segundo Monsenhor Chaves, o pai de João Pereira Caldas era o brigadeiro Gonçalves Pereira Lobão, que veio para comandar a comarca de Belém. Posteriormente, conseguiu ascensão e passou de praça para major.

A sua ascensão ao poder impunha ao governador obrigações ligadas a todas as áreas da capitania. Um dos primeiros atos do governo de João Pereira Caldas, direcionado pela Carta Régia de 29 de julho de 1759, determinava a responsabilidade de “proteger os gentios dos constantes ataques dos jesuítas e colonizadores e a de criar o maior número de vilas”.¹⁹ Isso, porém, não aconteceu como exigido. Logo após assumir o governo do Piauí, João Pereira Caldas iniciou ataques violentos aos índios presentes no local, configurando um dos maiores genocídios de populações indígenas em terras piauienses. Essa “limpeza dos bárbaros” se constitui como uma prática recorrente na história do Piauí, ocorrendo de diferentes formas, mas

¹⁶ PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019. p. 97.

¹⁷ SANTOS, Gervásio; KRUEL, Kenard. *História do Piauí*. 2. ed. Teresina: Halley; Zodiaco, 2018. p. 44.

¹⁸ CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p. 422.

¹⁹ SANTOS; KRUEL, 2018, p. 22.

com o mesmo intuito civilizador.

Cabe destacar um fato interessante, que chega a ser peculiar, ocorrido nesse momento da história do Piauí. Na tentativa de elevar a província, como também de promover o crescimento populacional de Oeiras, a recém-criada capital, foram recomendadas algumas medidas para chamar a atenção das pessoas no sentido de migrarem e firmarem moradias na cidade:

Nesse ato, recomendava o rei ao governador João Pereira Caldas que isentasse de execução por dívidas, as pessoas que viessem morar na capital no prazo de três anos, excetuando-se os ‘que levantarem ou figurem com fazenda alheia, a qual seus legítimos donos poderão haver sempre tão escandaloso e prejudicial procedimento’. No tocante às novas vilas, dizia o rei que os habitantes deviam ser convocados em determinado dia para assistirem a escolha da local onde devia ser levantada uma praça, devendo-se erguer nela um pelourinho, seguindo-se as demarcações para construção de igreja, fazendo delinear as casas dos moradores por linha reta, ‘de sorte que fiquem largas e direitas as ruas’.²⁰

A citação demonstra que a capital Oeiras necessitava de esforços constantes para configurar um espaço propício ao que lhe fora imposto. Crescimento populacional, construções de espaços públicos e centros administrativos são alguns dos elementos indispensáveis na consolidação do espaço. O real objetivo de tamanho esforço, para além de tudo, corresponde à tentativa de construção representativa, uma reprodução do desejo efetivo que se propõe, ou seja, o processo se constitui como a presentificação de um ausente, que se consolida, após a visualização mental ou material, funcionando como uma atribuição de sentido.²¹ As representações, na concepção do historiador Roger Chartier²² e do sociólogo Pierre Bourdieu²³ são como construções sociais das experiências históricas, em que os indivíduos e os grupos projetam suas visões de mundo, auxiliando os historiadores a analisar os conflitos e as lutas, a partir de diferentes grupos, no campo social, político, econômico e cultural.

A representação pretendida fazia parte da intenção de formular o imaginário civilizador, ordeiro e simétrico na formação da cidade. Os detalhes das ruas, praças, casas e igreja deveriam transmitir a imagem de um ambiente digno de ser chamado de capital da província. A cidade se consolida a partir das particularidades, reveladas nas esquinas e ruas, demonstrando a vida cotidiana no meio urbano, em festas e manifestações religiosas, trazendo leveza para a formação

²⁰ PORTO, 2019, p. 97.

²¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.

²² CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

²³ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

de sua história.

O imaginário de um ambiente civilizado aponta para a ocorrência contrária do que se pretendia mostrar. A obrigatoriedade das construções e crescimento populacional demonstra, de maneira óbvia, uma carência inerente na região.

Na primeira década do século XIX, a sociedade piauiense era formada por famílias que moravam em fazendas distintas, carentes de saneamento básico e saúde. Não havia hospitais. O lazer se resumia aos festejos paroquiais, às celebrações ecumênicas e às andanças para as feiras comerciais, pois a vida desta gente, a maioria analfabeta, girava em torno do lar.²⁴

A sociedade necessitava de mudanças, não somente na capital, Oeiras, mas em outras partes do Piauí, a exemplo das fazendas. Os discursos presentes nas fontes mostram que as precárias condições de vida dos piauienses estabeleciam uma situação de atraso na vida social.

A capitania do Piauí, no final do século XVIII e início do XIX, apresentava uma sociedade em desenvolvimento, tendo como base outras províncias do “Norte”,²⁵ a exemplo do Maranhão. Dados coletados por Carlos Eugenio Porto demonstram que Oeiras possuía “594 fogos, dos quais, 270 na cidade, e 324 no interior; a população orçava em 3.615 habitantes, sendo livres 2.066 e escravos 1.549. Foram arroladas 169 fazendas de gado”.²⁶ A cidade possuía poucos habitantes, daí a necessidade de promover mudanças populacionais.

Para melhor compreensão da formação da sociedade nesse período, analisemos o que disse o governador João Pereira Caldas:

‘O meu conceito sobre os préstimos dos homens desta capitania é muito restrito; e por isso só devo dizer a V. Exa. a este respeito, que nas mesmas relações se contêm, sendo os mais graduados ao que mais se acolheram’. E mais adiante: ‘da gente livre, a que pertence à classe dos pretos, é tão pouca que com ela se não pode certamente formar corpo de separação’. ‘os mulatos são aqui em maior número, mas entre eles há muitos que se tem em melhor reputação. Os brancos finalmente são menos que os sobreditos mulatos, e de tal forma que, nem naquela companhia de dragões pagos que aqui há, pude conseguir conservá-la sem muita mistura. Demais neste sertão, por costume antiquíssimo, a mesma estimação tem brancos, mulatos e pretos, e todos uns e outros, se tratam com a recíproca igualdade, sendo rara a pessoa que se separa deste ridículo sistema, porque se seguirem o contrário, expõem as suas visas’.²⁷

²⁴ SANTOS; KRUEL, 2018, p. 45.

²⁵ De acordo com Albuquerque Junior (2011), a perspectiva de um Nordeste é filho da ruína da antiga geografia do país, segmentada entre “Norte” e “Sul”. Desse modo, “o espaço ‘natural’ do antigo Norte cederá lugar a um espaço artificial, a uma nova região, o Nordeste, já prenunciada nos engenhos mecânicos ciclóplicos usados nas obras contra a secas, no final da década anterior”.

²⁶ PORTO, 2019, p. 97.

²⁷ SANTOS; KRUEL, 2018, p. 98.

A partir das palavras de João Pereira Caldas, pode-se perceber uma ambiguidade sobre as relações sociais no Piauí, transparecendo incoerências em relação ao que ocorreu no restante do Brasil. A afirmação de relações pacíficas e igualitárias, entre “brancos, mulatos e pretos”, faz questionar os motivos pelos quais se fez necessário constar essa afirmativa. Por que as relações sociais no Piauí foram relatadas como de “recíproca igualdade”? Até aqui não foi possível responder a esse questionamento.

João Pereira Caldas afirma que, “por costumes antiquíssimos”, o sertão mantém o costume de viver “igualmente” em suas relações. O que faz do sertão piauiense ambiente propício para manter tais hábitos? Do que resultou a formulação dessas práticas amigáveis? E, por que especificamente no sertão piauiense? Havia nele algum elemento assimétrico em relação ao restante do país?

A história consiste na construção de questionamentos. Não cabe, nesse momento, responder cada pergunta de forma específica, mas apontar lacunas que precisam de soluções para pesquisas posteriores.

Prosseguindo pelos caminhos da história piauiense, a formação da capital Oeiras, além dos elementos apontados, necessitaria de meios que facilitassem a comunicação, problema que afetava diretamente a área econômica. Foi criado, então, o serviço regular de correios do Piauí. O elemento comunicação representava um ponto crucial na formação da capitania, sobretudo referente à capital.

As mudanças administrativas ocorridas resultaram nos moldes como o Piauí foi tomando forma. A figura do governador João Amorim Pereira resultou em diversas histórias instigantes para a compreensão do processo formador piauiense. Cabe ressaltar que, durante um período de vinte e dois anos de governos interinos, ocasionando diversas trocas administrativas, após a saída de João Pereira Caldas. Somente com a ascensão de João Amorim Pereira, observam-se os primeiros sinais de mudanças.

Alguns problemas persistiam e impossibilitavam o desenvolvimento completo da capitania. Durante essa administração, o governador enviou uma carta ao Ministério da Coroa e relatou os dilemas que encontrara na região.

A situação dessa capitania é diametralmente oposta, não só ao seu adiantamento mas ainda mesmo a sua conservação; a experiência o tem mostrado, e as razões seguintes o manifestam: primeiro lugar, o terreno da capitania é incapaz da produção necessária para a sustentação dos seus habitantes, pois todos os gêneros que se consomem nesta cidade (Oeiras), vem daqui, 10, 15, 20 e mais léguas em cavalo, que apenas carregam cinco arrobas e fazem por dia 5 e 6 léguas de caminho, o que faz com que seja mais caro do

que em Portugal, sendo por mar concedidos aos portos desses continentes; esta razão, unida a grande preguiça muitas fomes, o que não sucederia se fosse a capital situada nas margens do excelente rio Parnaíba, navegável algumas duzentas léguas, abundantíssimo de peixes, sendo suas margens suscetíveis de mais e melhor produção de todos os efeitos, que fazem o principal transporte para os portos de Portugal; o melhor é certamente o que já se vai colhendo, o algodão, que podia e até devia produzir em grande abundância. O açúcar, o arroz, o tabaco e todas as mais produções da América progrediram se tivessem tido um braço que animasse a sua produção, e um gênio que buscasse um meio de seu aumento [...]. O rio Parnaíba é tão próprio para uma grande navegação e produção e cultura, que espontaneamente na barra que nele faz um dos muitos que se lhe ajuntam, e que são navegáveis até certa distância, principalmente no tempo das chuvas, chamado Poti, um dos ditos de maior produção se formou uma povoação tal, com negócio, capela e um cura desta freguesia, que não só é melhor que quase todas as vilas, como que não precisa mais nada do que a criação de um juiz.²⁸

As dificuldades encontradas na capital demonstravam a necessidade de mudança, era preciso fazer algo que contribuísse para a acessibilidade e o crescimento da economia, expandindo os interesses administrativos. Oeiras não era geograficamente adequada. Esses anos de isolamento afetaram o Piauí de maneira direta, elevando o atraso e a pobreza.

Na primeira percepção de mudança, especulavam-se os benefícios da transferência para Parnaíba, principalmente por se localizar no litoral, o que facilitaria a criação de portos e práticas de importação e exportação.

Para compreensão desse processo, a pesquisa de Junia Motta Antonaccio Napoleão do Rego demonstra a influência da cidade de Parnaíba na economia piauiense e os benefícios que traria, caso chegasse a ser capital. Subindo os caminhos rumo ao litoral, encontramos uma cidade em desenvolvimento. Segundo a autora, a fundação da vila de São João da Parnaíba data de meados da década de 60 no século XVIII. Por estar localizada no litoral, antes mesmo de se tornar cidade, foi contemplada com um porto que facilitava o transporte marítimo: “[...] porto fluvial bastante ativo chamado Porto das Barcas, para onde eram enviadas reses do interior da capitania em barcaças pelo rio Parnaíba, meio de transporte preferido ao envio de boiadas por terra”.²⁹ Dessa forma, para efetivar a compreensão sobre a importância econômica da existência de portos para transporte de gado, é necessário conhecer o papel da pecuária na história econômica piauiense.

²⁸ PORTO, 2019, p. 100.

²⁹ REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão. *Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. p. 39-40.

A análise a partir da economia possibilita compreender os fatos que levaram à transferência da capital da cidade de Oeiras, bem como a influência da cidade de Parnaíba como um centro econômico. Segundo Rego, existem três elementos básicos que contribuíram para o desenvolvimento do Piauí:

Há ainda três elementos que podem ser considerados fundamentais para o desenvolvimento e progresso do Piauí: a navegação a vapor pelo rio Parnaíba, a anunciada – mas nunca realizada – construção do porto marítimo de Amarração e a construção da Estrada de Ferro Central do Piauí.³⁰

O que se tinha no Piauí da época era um local que se desenvolveu através dos caminhos do gado. Tornou-se uma região baseada na pecuária como economia, destinada ao abastecimento do mercado brasileiro. De acordo com Luiz Mott, as vantagens econômicas atribuídas à pecuária eram grandes. Essas “[...] representavam para a zona sertaneja não só uma saída, mas um grande negócio”,³¹ mesmo a pecuária extensiva se constituindo como uma atividade lenta e gradual. Eram necessários alguns anos para o boi ficar no ponto ideal de ser abatido e vendido. Segundo Felipe Mendes, uma fazenda de gado, como as que se encontravam no Piauí, empregavam menos mão de obra, possibilitando que o proprietário se ausentasse do cotidiano da fazenda.³² Ernani Silva Bruno destaca: “A pecuária na região, como é sabido, exige braços poucos. Uma fazenda do Piauí, com mil e quinhentas a duas mil cabeças de gados, se sustenta com três ou quatro homens: o vaqueiro, que é o seu encarregado, e dois ou três ajudantes”.³³

A situação causou dificuldades para o governo imperial, que tentava integrar a ampliação das atividades econômicas das províncias voltadas para o comércio nacional e internacional, algo que, de modo geral, se referia ao Piauí. Segundo Teresinha Queiroz, “[...] o objetivo mais geral, expresso em nível de política nacional, era consolidar a posição do país enquanto exportador de matérias-primas”.³⁴ Esse desejo do Império pela expansão e desenvolvimento do país está ligado diretamente à ampliação das províncias e se constitui como elemento avassalador das mudanças estruturais necessárias na introdução no capitalismo internacional.

Segundo Gercinair Silvério Gandara, para adentrar essa perspectiva imperial de ampliação era necessário que o Piauí criasse métodos que o levassem ao referido objetivo,

³⁰ REGO, 2010, p. 64.

³¹ MOTT, 1985, p. 55.

³² MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

³³ BRUNO, Ernani Silva. Apontamentos sobre a região. In: RIEDEL, Diaulas (org.). *O sertão, o boi e a seca*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1959. p. 19.

³⁴ QUEIROZ, Teresinha. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1998. p. 14.

sobretudo que superasse obstáculos políticos, econômicos e sociais.³⁵ A carência de atitudes administrativas firmes no processo modernizador impunha à província uma característica de atraso, sua economia continuava rural e primitiva, baseada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência.³⁶

A criação extensiva do gado se constituía como uma prática que requeria pouco aprimoramento e dinamismo, como também não precisaria de muita mão de obra, ocasionando, assim, a dificuldade de exploração agrícola.

O gado era geralmente criado solto: como não havia cercas dividindo as fazendas umas das outras, e existindo consuetudinariamente uma légua de terra de uso comum entre as mesmas, sucedia certamente que os animais de uma propriedade se misturassem com os dos vizinhos. A maneira de se evitar tais perdas e descaminhos era marcar ou fazer certos talhos numa das orelhas dos mesmos, de maneira a distinguir as reses das diferentes fazendas.³⁷

Nesse processo, a agricultura era produzida em menor escala, sendo praticada para a subsistência. Segundo José Martins Pereira de Alencastre: “[...] geralmente há no Piauí uma grande repugnância para a lavoura e, se fazem a lavoura de primeira necessidade, é porque sem ela morreriam de fome”.³⁸ A dura crítica feita pelo autor aborda um ponto sensível na história do Piauí. Para intensificar o debate, Alencastre ressalta as palavras de outro autor, o qual não é especificado, criticando também o fato de a agricultura ser colocada somente para o sustento familiar:

Eles se interessavam só na criação do gado... hoje, porém, que a capitania do Piauí não pode avançar com iguais passos na criação dos gados; porque quase toda se acha povoada, ou ao menos os seus melhores sítios, hoje que tem crescido a povoação, e que há muitos indivíduos que seriam inteiramente inúteis ao Estado sem o exercício da agricultura; porque nem todos são hábeis para trato dos gados, e nem a este trato se deve mandar maior número do que é necessário, esta capitania em circunstâncias de procurar quanto lhe é possível aumentara a cultura dos mais gêneros, vendo-a não só como objeto de sua subsistência, mas também como objeto do comércio.³⁹

Alencastre afirma que essa questão não estava ligada à terra, visto que não existia absolutamente nenhuma terra infértil que não pudesse ser convertida para o uso. O Piauí é dotado de terras com solo propício a qualquer plantação de gêneros alimentícios, descartando

³⁵ GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a capital sonhada do Brasil Oitocentista. *História*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 90-113, jan./jun. 2011.

³⁶ MENDES, 2003, p. 62.

³⁷ MOTT, 1985, p. 83.

³⁸ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. 4. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015. p. 84.

³⁹ ALENCASTRE, 2015, p. 84.

esse fator dentro das críticas feitas pelo autor.

Desse modo, era necessário dinamizar os processos produtivos para que se conseguisse um desenvolvimento econômico adequado no Piauí, a partir de arrecadação de impostos. Para Queiroz, as ações estatais deveriam estar de acordo com as necessidades da província. O impasse deveria ser vencido pelo incentivo a atividades lucrativas, baseadas na agricultura mais desenvolvida,⁴⁰ no comércio de produtos extrativistas e na escoação adequada dos produtos. Desse modo, a criação do gado se dava em maior quantidade, mas não significando que não existissem outras formas de produção no Piauí. Mott destaca que:

Se compararmos os preços do gado bovino com outros gêneros correntes no Piauí, notadamente que efetivamente a principal fonte de rendas desta capitania – tanto dos particulares, como também dos cofres públicos tinha baixa cotação no mercado interno. Entre 1752-1754, v.g., uma arroba de carne de vaca custava no Piauí, \$200 réis, ou seja, aproximadamente \$013 réis cada quilo. Três ovos de galinha custavam pouco mais que um quilo de carne; com valor que se apegava a um queijo flamengo ou a um chapéu ‘muito ordinário’, podia-se comprar o equivalente a 73 quilos de carne bovina. Um par de meias de seda ordinária valia o exorbitante preço de 4\$000, ou seja, quase a mesma quantia que se pagaria por dois bois mais gordos e corpulentos.⁴¹

A desvalorização na venda do gado foi algo resultante da estagnação econômica piauiense. Porém, mesmo com a desvalorização, “[...] tudo que diz respeito à história do Piauí está indissolúvelmente ligado à sua pecuária”.⁴² A formação social piauiense foi marcada pela criação do gado, pois “[...] o homem não fez mais que seguir na trilha dos rebanhos, descrevendo voltas enormes”.⁴³ Nesse processo, o Piauí inseria na sociedade, a partir da consolidação do boi no mercado nacional, o que viria a ser símbolo de representatividade, incorporando no folclore e recebendo diversas homenagens de autores e poetas, que se utilizaram desse meio econômico, raízes para suas criações literárias.

“O comércio do gado orientou os movimentos administrativos dos governos, impondo-lhes uma política econômica toda baseada no mercado da carne e do couro do boi”.⁴⁴ Esse marco histórico, segundo Porto, faz do Piauí a chamada “civilização do couro”, elevando sua identidade a ligações diretas com a produção econômica da pecuária. As relações constituídas através da lida com o gado demonstravam uma conotação “mágica” de identificação do homem com seus rebanhos. A lida diária com os animais, comendo sua carne diariamente, bebendo leite da vaca, vestindo roupas feitas do couro do boi, portas e janelas revestidas do couro,

⁴⁰ QUEIROZ, 1998, p. 25.

⁴¹ MOTT, 1985, p. 87-88.

⁴² PORTO, 2019, p. 195.

⁴³ PORTO, 2019, p. 195.

⁴⁴ PORTO, 2019, p. 195.

demonstra um ciclo relacional próximo e conciso, legitimando a sensibilidade dos poetas em suas poesias.

Porém, apesar dessa conotação imagética, não se pode esquecer da dura vida enfrentada diariamente pelos homens na lida com o gado. Faz-se necessário demonstrar como se deu o processo de formação social e como se subdividia a lida com a pecuária nas fazendas de gado.

A estrutura social estava baseada na divisão hierárquica das classes, na qual a maior parte das terras, meio de produção fundamental, concentrava-se na mão de poucos proprietários. Tratava-se de um monopólio praticado pelos fazendeiros, sempre crescente devido à Lei de Terras, sancionada em 1850, possibilitando a dominação do poderio político e econômico. Araújo ressalta que a lei impossibilitava ao sertanejo adquirir terras, pois determinava a aquisição somente através da compra, não mais por doação da coroa ou por meio da posse.⁴⁵ A formação dessa classe demonstra uma distinta separação entre os dois grupos relatados anteriormente, de pessoas livres e escravizadas.

No primeiro grupo temos a presença dos grandes fazendeiros (sesmeiros), os vaqueiros, os posseiros e os sitiantes. Os grandes sesmeiros, proprietários de grandes fazendas de gado, se utilizam do sistema absenteísta. Moravam em Portugal, na Bahia, em Pernambuco, no Ceará e no Piauí. Construíram-se a partir da expressão das concessões das sesmarias.⁴⁶

Nesse sentido, trabalhadores livres prestavam serviços aos donos de terras em troca de habitarem o local e praticarem a agricultura em pequena escala – a agricultura familiar de subsistência. A exemplo de trabalhador não escravizado, tem-se o agregado. A partir das camadas sociais, outras vão se formando, conforme a necessidade cotidiana. O agregado estava diretamente ligado a uma família, passando a ser visto como um dos seus membros. Tem-se também a figura do vaqueiro, um símbolo presente na atualidade. O vaqueiro constituía uma figura intermediária nas relações sociais, sendo considerado o símbolo máximo da pecuária. Sua função estava ligada diretamente ao sesmeiro, administrava e cuidava dos bens, através de uma relação amigável.

A pesquisa de Francisco Gleison da Costa Monteiro possibilita conhecer a configuração do homem livre no Piauí, como também suas relações sociais. “As próprias características da atividade econômica local fizeram os proprietários utilizarem o trabalhador livre em quantidade superior em comparação com o elemento servil”.⁴⁷ A constituição dos agregados e vaqueiros demonstra as relações de compadrio entre os fazendeiros e seus trabalhadores, algo que se

⁴⁵ ARAÚJO, 1991, p. 23.

⁴⁶ SANTOS; KRUEL, 2018, p. 41.

⁴⁷ MONTEIRO, 2016, p. 41.

caracteriza como um elemento mais eficiente na lida diária das fazendas. O apadrinhamento de um membro pelo fazendeiro demonstra firmeza, configurando uma relação de troca, ao passo que trabalhadores livres se sentiam protegidos pelos fazendeiros, que recebia como pagamento a força do trabalho e confiança.

Conforme Monteiro, a permanência do vaqueiro durante o século XIX, assim como de outros homens livres, demonstra uma diferenciação no que ocorreu com o escravo, pois a quantidade de escravos no território piauiense foi diminuindo ao longo dos anos e os homens livres foram crescendo nas práticas das atividades. A constituição do Piauí como “corredor migratório” foi fator crucial na fixação desses indivíduos. As passagens percorridas pelos indivíduos podem ser vistas através dos relatos de viajantes, como o viajante e naturalista francês Francis Castelnau, que relata que, no ano de 1835, a “[...] província do Piauí tinha 92 mil habitantes, dos quais 80 mil livres e 12 mil escravos”.⁴⁸

Essa população estava distribuída na cidade de Oeiras, capital do Piauí, e nas diversas vilas: São João da Parnaíba, Vila de Santo Antonio de Jerumenha, Vila de Campo Maior, Marvão, Valença, Parnaguá, dentre outras. Na vasta extensão territorial, muitos povoamentos foram instalados por ocasião dos deslocamentos dos rebanhos. Estes foram abrindo veredas, demarcando paradas e assentando moradias, a partir dos pontos de apoio que auxiliavam nos descansos físicos dos tropeiros e das boiadas.⁴⁹

Reforçando a constatação de Monteiro, a utilização do Piauí como caminho de passagem se deu por muitos motivos. No ano de 1656, “[...] os padres Antônio Ribeiro e Pedrosa atravessam o território do Piauí, vindos do Maranhão com destino ao Ceará”,⁵⁰ tornando essa passagem um caminho para a propagação da fé católica.

As zonas de contato entre as capitanias constituíam-se também pela proximidade das regiões. O mapa a seguir apresenta as regiões de contato no Norte do Brasil, apontando uma ligação entre as capitanias. O que se pode perceber é a presença de rios que banham esses territórios, descrição feita com detalhes pelo Padre Vieira.

Como demonstrado na carta cartográfica, o rio Parnaíba é responsável pelo corte e delimitação de região entre o Piauí e o Maranhão. Tal fato foi o responsável pela elevação do processo econômico maranhense no período em que a capital piauiense ainda se encontrava longe das margens do Parnaíba. Essa questão foi um ponto crucial para a efetivação da mudança da capital, no século XIX, fato que será discutido em tópico seguinte.

⁴⁸ CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. t. 1. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1949. p. 85. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrrj.br/handle/doc/78>. Acesso em: 13 jun. 2021.

⁴⁹ MONTEIRO, 2016, p. 43.

⁵⁰ PORTO, 1974, p. 45.

Pensando hipoteticamente, os caminhos demonstrados na Figura 1 foram utilizados pelas boiadas de gado, seguindo o curso dos rios para chegar a outras capitânicas. Os caminhos abertos pelo rebanho, posteriormente, serviram de passagem para viajantes, que fixavam suas moradias.

Figura 1 – Mapa figurativo das províncias do Maranhão e Piauí



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart232298/cart232298.jpg. Acesso em: 15 abr. 2021.

Os caminhos hídricos também foram elementos importantes na formação piauiense. A presença dos rios contribuiu no desenvolvimento do Piauí, já que a água era sinônimo de abundância e riqueza e representava um importante meio de transporte para o gado. É notório que os indivíduos percorriam esses caminhos em busca de riqueza hídrica. A água matava a sede do gado e dos vaqueiros, nas longas caminhadas, objetivando chegar ao Maranhão, Pará, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte, que se abasteciam com o gado piauiense. A abundância representava fartura, pois “[...] no sertão uma fazenda que mereça o nome de boa, deve ser em primeiro lugar bem provida de água”.⁵¹ Não somente para a pecuária, os cursos da água abraçavam a produção agrícola por meio de plantações de gêneros alimentícios e ajudavam no crescimento do capim, que servia de comida para o gado.

Entretanto, do mesmo modo que a água representa riqueza, a sua falta trazia calamidade. Os anos secos são períodos fatídicos na história do Piauí. A seca afeta o gado pela dizimação dos pastos, além de arrasar as plantações, que constituíam meio de subsistência para as pessoas e os animais. Esse acontecimento favorecia processos migratórios dos indivíduos à procura de locais que lhes garantissem a sobrevivência. A chegada da estiagem induzia mudanças dos rebanhos para pastos que ainda possuíam capim, obrigando os tropeiros a migrarem para as ribeiras dos rios.

Segundo Capistrano de Abreu:

[...] alguns homens mais resolutos levaram família para as fazendas, temporária ou definitivamente, e as condições de vida melhoraram; casas sólidas, espaçosas, de alpendre hospitaleiro, currais de mourões por cima dos quais se podia passear, boladeiras para o preparo da farinha, teares modestos para o fabrico de redes ou pano grosseiro, açudes, engenhocas para preparar a rapadura, capelas e até capelães, cavalos de estimação, negros africanos, não como fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto, apresentaram-se gradualmente como sinais de abundância.⁵²

Vários momentos de seca, no Piauí, ocasionaram o processo migratório entre vilas e cidades, com o recebimento de migrantes de outras províncias, sobretudo nos três anos de estiagem mais severa, entre 1877 e 1879.

Perceber os momentos de estiagem no Piauí, sobretudo os anteriores aos anos estudados na presente pesquisa, permite compreender os motivos pelos quais o período necessitou de intervenção do Estado. Porto demonstra a cronologia dos anos secos no Piauí, sendo a tabela a seguir construída a partir das informações do autor. Anteriormente ao ano de 1877, ocorreram

⁵¹ MOTT, 1985, p. 63.

⁵² ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800 e caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 1998. p. 135.

quatro momentos de estiagem, e, posteriormente, somente dois. Segue abaixo a sequência dos anos de estiagem no Piauí:

Quadro 1 – Cronologia dos anos secos no Piauí

1711	Calamitoso ano seco atinge o Maranhão.
1723	Grande seca da Bahia ao Piauí, com duração de 4 anos.
1791	Iniciada a seca no Ceará, que se estendeu ao Piauí, impondo prejuízos consideráveis à lavoura e à pecuária. Seguiram-se três anos de grandes inundações cujos danos foram consideráveis. O Piauí foi menos flagelado que o Ceará, de onde se deslocaram grandes massas procurando refúgio em terras piauienses. O Piauí socorreu essas populações cearenses deslocadas fornecendo-lhes carne, que nesse ano alcançou grande preço. O flagelo somente terminou no Ceará em 1793. Por causa desse êxodo, muitos dos municípios piauienses foram povoados.
1860	Grande seca afetando principalmente a Bahia. Afluiu ao Piauí grande número de imigrantes, possibilitando aos presidentes Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque e Manuel Antônio Duarte de Azevedo a instalação de dois núcleos no município de Bom Jesus, à margem do Gurgueia, e outro em Parnaíba. Essa tentativa povoadora falhou por ineficiência administrativa.
1877- 1879	Ano fatídico para as populações acomodadas entre a Bahia e o Piauí, registrando-se as mais dramáticas secas de que se há memória. Considerável número de pessoas pereceu de fome presenciando-se cenas do mais puro caráter dantesco. Exacerbada pela tragédia, a imaginação popular expandiu-se fantasiosamente, emprestando uma nuance lendária à história do terrível flagelo. A excitação causada pela fome serviu para deflagrar verdadeira onda de banditismo, ocorrendo muitos crimes. Uma comissão composta por Antônio Guimarães, Nilton César Burlamarque, José Alexandre Teixeira e Cônego Tomas de Moraes Rego trabalhou para atender à massa faminta que se instalou em Teresina.
1915	Seca de grande severidade que causou enormes prejuízos à pecuária e à lavoura.
1932	Devastadora seca que varreu toda a região semiárida encravada entre o Piauí e a Bahia.

Fonte: PORTO, 2019, p. 134-135. Quadro elaborado pela autora.

Segundo Porto, a primeira estiagem relatada, no ano de 1711, atingiu o Maranhão. Cabe ressaltar que, nesse momento, os limites do Piauí ainda não haviam sido estabelecidos e o seu território era pertencente ao Maranhão. No ano de 1723, ocorreu uma seca que perdurou por quatro anos consecutivos. Apesar da duração maior que a seca entre os anos de 1876 e 1879, essa não contou com a preocupação das autoridades, o que desperta certa curiosidade.⁵³ O autor trata o ano de 1792 como um momento com maiores especificações, pois este período de estiagem “[...] estendeu-se ao Piauí, impondo prejuízos consideráveis à lavoura e à pecuária”.⁵⁴ Nesse momento, “o Piauí foi menos flagelado que o Ceará, de onde se deslocaram grandes

⁵³ Não cabe, nesse momento, responder tais questionamentos, mas atizar a curiosidade do leitor e despertar seu senso crítico.

⁵⁴ PORTO, 2019, p. 134.

massas procurando refúgio em terras piauienses”.⁵⁵ O Piauí, por não sofrer danos maiores, enviou socorros aos cearenses, fornecendo carne, que, nesse momento, estava com preço alto. Este fato foi importante para o crescimento populacional piauiense.

Os percursos dos rios intensificavam não somente o fluxo migratório, mas também induziam a construção de cidades nas margens – no caso do Piauí, foram os locais em que se construíram as principais cidades. Como exemplificação, tem-se Parnaíba, que, além de um polo econômico, possuía a foz do rio Parnaíba.

De acordo com Rego, a “Vila de São João da Parnaíba foi oficialmente criada, segundo Carta Régia de 19 de junho 1761”.⁵⁶ O governo que presidia o Piauí no momento era João Pereira Caldas, responsável pelo ato solene de criação. A vila recém-criada, assim como outras que foram desenvolvidas a partir da iniciativa real, se tornou próspera.⁵⁷ Nessa região se desenvolveu a exportação de artigos provenientes da produção regional, sobretudo carne, que era enviada para Europa, fazendo ligação entre Parnaíba e Lisboa.⁵⁸

Parnaíba foi formada aos moldes da vontade real, planejada por meio de posturas urbanísticas, conforme as orientações passadas. Tais fatos lhe deram destaque, tornando-a vila que possuía ruas certas e simétricas. José Patrício Franco destaca:

Parnaíba se caracteriza como a primeira vila da capitania que teve um plano regulador previamente implantado. [...] Parnaíba se estruturava em ruas certas e alinhadas do urbanismo cartesiano, o *cardus* e o *decumanus* romanos. Por isso sua paisagem é mais ordenada que nas outras. [...] Parnaíba é também o único núcleo urbano do Piauí que reúne duas igrejas na mesma praça. Outra particularidade distingue Parnaíba das demais povoações: enquanto aquelas evoluíram a partir de um único centro referenciado pela igreja, essa teve dois núcleos: o Porto das Barcas – prefixação portuária de origem comercial; e a Praça Matriz – pós-fixação de natureza institucional, na qual se concentrava a autoridade religiosa e o poder civil.⁵⁹

Todos esses pontos que favoreciam Parnaíba foram questões que influenciaram o afloramento de uma possível mudança da capital de Oeiras para Parnaíba. O isolamento geográfico que impedia o acesso fácil à capital despertava o desejo de uma possível alteração nesse quadro. O que se objetivava eram melhores condições comunicativas, como também o transporte e venda do gado. Nesse período, o administrador do Piauí era João de Amorim Pereira, que já havia tecido inúmeras críticas sobre a capital Oeiras, destacando os motivos

⁵⁵ PORTO, 2019, p. 134.

⁵⁶ REGO, 2010, p. 39.

⁵⁷ FRANCO, José Patrício. *O município no Piauí: 1761-1961*. Teresina: Fundação Cultural de Teresina, 1986.

⁵⁸ PAULA, Antônio Neto de. *A carreira marítima Parnaíba-Lisboa: finais do século XVIII, 1779-1793*. Teresina: EDUFPI, 2001. p. 17.

⁵⁹ SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Carnaúba, pedra e barro na capitania de São José do Piauí*. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007. p. 36.

pelos quais incitava a mudança.

Em 19 de agosto desse mesmo ano voltava a escrever ao ministro, insistindo na mudança do governo para a vila de Parnaíba, onde, dizia ele, ‘pode ver como uma facilidade grande as dilatadas e excelentes margens do Parnaíba, navegável mais de 200 léguas, animar a sua navegação e cultura, navegando por ele mesmo com as comodidades que se não podem praticar nesta terra estéril, agreste e caríssima; pois V. Exa. bem sabe as vantagens que oferece o transporte mar...’ [...].⁶⁰

Entretanto, essa mudança não foi efetivada. Posteriormente, João de Amorim Pereira, respondendo a uma consulta do governador do Maranhão, afirmou não ser possível fazer a mudança da capital para a Vila de Parnaíba. Na sua opinião o governo piauiense deveria ser transferido para “uma passagem aonde o rio Poty faz barra no da Parnaíba, que pela sua fertilidade e vantajosa situação deveria formar-se uma vila”.⁶¹ Conforme demonstrado, não existiu uma originalidade na ideia de mudar a capital para Teresina, pois já se pensava naquele local muito antes da sua efetivação.

2.2 A utopia da mudança: o processo civilizador na construção da nova capital piauiense

A mudança da capital envolveu uma série de interesses políticos e econômicos. O processo, que ocorreu diversas vezes no campo intencional, fez parte de uma estratégia imperial que pretendia a mudança de capitais provinciais para locais que lhes garantissem melhor acessibilidade. O desejo da mudança seguia os frutos da Revolução Industrial, quanto a usufruir dos meios de transporte mais eficazes, como navegações a vapor e fluvial e o transporte ferroviário. A província do Piauí, em específico a cidade de Oeiras, sofria inúmeras críticas sobre sua localização territorial: localizada entre morros, dificultava a conexão com o restante do território nacional. A partir desses problemas surgiram inúmeras tentativas de mudanças e a discussão de opções.

Os rios constituíam o principal meio natural de transporte para uma sociedade baseada na pecuária, pois a viação por meio de estradas durante o século XIX não existia. Os caminhos do gado abriram espaços para formação das estradas, mas, sem utilização de transportes rápidos, continuava sendo um recurso lento e retrógrado. Os meios hídricos exerceram papel importante no Brasil colonial, tanto para o transporte quanto para a produção econômica. A capitania do Piauí não seria diferente das demais, foi-se percebendo uma necessidade eminente de torná-la integrada, diminuindo sua reclusão, sendo que, para isso, seria necessário a utilização de meios

⁶⁰ PORTO, 2019, p. 101.

⁶¹ PORTO, 2019, p. 101.

mais rápidos de transporte do gado, sua principal fonte econômica.

Compreender os trâmites da mudança da capital piauiense, as utopias imaginadas e o pensamento modernizador significam adentrar a história através dos (des)caminhos que as fontes possibilitam. O sonho de uma mudança, o desejo pelo progresso e as ambições de uma participação efetiva na modernização fazem do Piauí, através da criação de Teresina, um marco importante na historiografia brasileira. A primeira cidade planejada que se tem notícias esconde um processo lento e difícil para seus apoiadores, que percorreram a passos vagarosos a efetiva transferência, deixando a velha cidade de Oeiras apenas com o privilégio de ter sido a primeira.

Os ventos da mudança chegaram muito antes de sua efetivação. Ainda durante o século XVIII, começaram os primeiros relatos que demonstravam o desejo de transferir a capital do Piauí. Oeiras foi a primeira cidade da então capitania de São José do Piauí. Seu nome foi escolhido em homenagem ao venerado Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras, que logo depois se tornara o conhecido Marquês de Pombal. “Estava a capital localizada no centro-sul da capitania, logo, no interior, longe do principal meio de comunicação, o rio Parnaíba”,⁶² a localização mais isolada foi uma das principais críticas feitas para legitimar a transferência.

As críticas feitas à cidade de Oeiras começaram a colocar a perspectiva de mudança no ano de 1798, quando o então administrador do Piauí relatava as dificuldades de acesso à cidade. Posteriormente, o assunto será debatido em outros momentos, mas sem chegar a um consenso definitivo. Os principais embates referentes à escolha da nova capital foram levados em consideração e, no primeiro momento, a vila de Parnaíba foi a apontada, tendo em vista a sua localização próxima ao mar, também as cidades de Regeneração e São Gonçalo foram cogitadas para serem a nova capital.

Reafirmando tal explanação, Costa ressalta que:

L.P. nº 174 deliberando a mudança da capital da província para um local a margem do rio Parnaíba, na confluência da corrente denominada Mulato, onde se edificaria a cidade sob a denominação de Regeneração, para cuja mudança decretou as convenientes disposições. Determinaram a decretação desta lei as considerações que sobre o assunto consignou o presidente da província, Sousa Ramos, na sua fala de abertura da assembleia provincial, em 7 de julho. No ano seguinte se baixa uma nova resolução sobre o assunto pela lei provincial nº 191, concluindo por autorizar o governo da província a empregar os meios mais adequados para efetuar o quanto antes a mudança da capital, transferindo-se as repartições públicas para a vila de S. Gonçalo, onde deviam permanecer até a edificação da nova cidade; mas tanto esta como a anterior resolução permaneceram como letra morta, na frase do presidente da província

⁶² CASTRO, Chico. *João Lustosa da Cunha, Marquês de Paranaguá 1821-1912*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2009. p. 304.

Dr. Francisco Xavier de Cerqueira, na sua fala de abertura da assembleia em 1848, tratando do assunto, e lembrando melhores alvites para a projetada transferência.⁶³

As tentativas, como demonstrado na pesquisa de Costa, não resultaram na efetiva mudança. Ainda que não seja possível precisar o motivo real da não transferência, é interessante notar que existiram apoiadores e opositores à mudança da capital, o que pode ter influenciado para a não conclusão do projeto de criação da nova capital do Piauí.

O debate passou pelas mãos de muitos administradores, percorrendo os anos finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Santos e Kruel afirmam que “Oeiras não era a capital ideal de vários presidentes”.⁶⁴ O presidente da província, Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos, que tomou posse dia 7 de setembro de 1847,⁶⁵ explicitou sua opinião referente à capital do Piauí: o local “ficava entre morros, era quase inabitável, de clima bastante sufocante, devido ao intenso calor, e de pouca vegetação”,⁶⁶ e, para além de tudo, ainda estava sob o domínio de Maranhão.

Apesar dos inúmeros argumentos dos apoiadores da mudança da capital, os contrários também explanavam suas opiniões, considerando que essa mudança custaria muito dinheiro aos cofres públicos. Entretanto, é sabido que, caso ocorresse a transferência, a cidade de Oeiras sairia dos olhares do Império, devendo seguir com suas próprias pernas, pois deixaria de receber verbas e poderia entrar em crise, o que atingiria a elite local.

Muitas questões demandavam atenção antes de ocorrer a efetiva transferência. O que se almejava, para além da facilitação do transporte e comunicação, era encontrar um local salubre, aprazível, abundante de água e fértil, que possibilitasse um maior contato comercial com as províncias vizinhas e, sobretudo, sair das garras do Maranhão. A formação de uma cidade é um processo complexo, pois implica a formação de uma sociedade, cultura, religiosidade e costumes próprios. Segundo Mumford, “Não há definição que se aplique sozinha a todas as suas manifestações, desde o núcleo social embrionário até as complexas formas da sua maturidade e a desintegração corporal da sua velhice”,⁶⁷ de forma que é difícil delimitar os percursos da formação de uma cidade.

Os desejos utópicos de construir um local adequado aos moldes imperiais, limpo e

⁶³ COSTA, Francisco Augusto Pereira de. *Cronologia histórica do estado do Piauí*. 2. ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010. p. 347.

⁶⁴ SANTOS; KRUEL, 2018, p. 107.

⁶⁵ COSTA, 2010, p. 350.

⁶⁶ SANTOS; KRUEL, 2018, p. 107.

⁶⁷ MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 11.

moderno, fez da formação da nova capital um trabalho árduo e arriscado. Esse pensamento persistente em busca do local ideal foi concomitante às muitas vezes em que os projetos ficaram no papel.

Após anos de embate, uma avalanche baiana trazia a figura de José Antônio Saraiva, que mudaria uma parte da história piauiense. Saraiva, natural da Bahia, tinha sua formação em Direito e, ainda muito novo exerceu cargos importantes e de prestígio. Conforme Santos e Krueel, “[...] com apenas 27 anos, sob a proteção do marquês de Olinda, [Saraiva] é nomeado presidente da província do Piauí, a 9 de junho de 1850, tomando posse no dia 7 de setembro do mesmo ano”.⁶⁸

Essa figura importante chegou à província cheio de ideias para serem aplicadas no Piauí. Era um jovem almejando conquistas importantes e buscando um efetivo reconhecimento imperial. Ao adentrar a província, Saraiva tratou de inteirar-se sobre as principais questões que assolavam o local e deparou-se com a questão que vinha sendo debatida por anos, sem solução até então. A mudança da capital instigou seu interesse e, por isso, colocou a questão antes das demais.

As atenções de Saraiva voltaram-se para a Vila do Poti, que anteriormente já havia sido cogitada para abrigar a nova capital da província. A freguesia Barra do Poti foi criada em 1827, “desmembrada das freguesias de Campo Maior, Valença e São Gonçalo do Amarante”. A região era habitada pelos índios Potis e estava localizada nas margens do rio Poti. No ano de 1849, a então vila foi cogitada para o local que ergueria a capital do Piauí, mas logo revogada.

L.P. resolvendo que a mudança da capital, determinada em 1844 e 1845, se efetuasse para o lugar destinado a edificação de uma vila no município do Poti, logo que aí houvesse as comodidades indispensáveis; mas a resolução 225, de 5 de agosto de 1850, revogou tudo quanto a respeito se havia decretado.⁶⁹

Contudo, a escolha de Saraiva não se deu facilmente, pois outras vilas e freguesias almejavam se tornar capital, objetivando gozar de todos os privilégios que este posto oferecia. Era necessário que o presidente provincial analisasse todas as possibilidades:

Em 1850-1851, grande número de moradores das vilas de Parnaíba e Piracuruca e a câmara municipal de Campo Maior se dirigem ao presidente da província Dr. José Antônio Saraiva, sobre a mudança da capital da Parnaíba pelos seus recursos naturais e outros elementos de vida e prosperidade, mas não sendo, assim, possível, opinam pela vila nova do Poti, pela sua vantajosa situação a margem do Parnaíba e outras vantagens de fácil compreensão.⁷⁰

⁶⁸ SANTOS; KRUEEL, 2018, p. 107.

⁶⁹ COSTA, 2010, p. 355.

⁷⁰ COSTA, 2010, p. 355.

Saraiva encontrou no Piauí a ideia de mudança surgida ainda no período colonial. Ao deparar-se com a efervescência do assunto, tomado por questões políticas e particulares, o presidente provincial partiu à procura de locais adequados para abrigar a capital. Em visita à Vila do Poti, percebeu que o local sofria com inundações e enchentes provocadas pela proximidade ao rio Parnaíba, de forma que essa localidade ainda não era a ideal para a transferência, observação que ficou demonstrada em seu discurso na Assembleia Provincial de 1851:

Chegando à vila velha do Poti fácil me foi compreender, que sujeita a febres endêmicas, sempre arruinada pelas enchentes daquele rio – não podia aquela vila florescer, e que seus habitantes desejavam com ansiedade edificá-la em qualquer outro lugar [...]. Aproveitei esses desejos, convidei-os a edificar no mais belo e agradável lugar da margem do Parnaíba; principiei a edificar por meio de subscrições uma matriz, e o resultado de tudo isso foi além de minhas esperanças; porque nunca acreditei, que em menos de seis meses, estivessem em construção perto de trinta habitações: e ainda mais, que os mesmos habitantes da Vila velha, que ali tinham elegantes casas, se resolvessem a deixá-las, para construir no novo local, hoje geralmente chamado vila nova do Poti.⁷¹

Fica evidente que o desejo seria realmente de erguer a capital às margens do rio, como demonstrado, o que se relaciona diretamente com o discurso civilizador, pois a província se abria para novas fronteiras a partir de sua posição geográfica e também pelas condições oferecidas pelo local, tornando-se ponto principal de convergência política, econômica e social.⁷² A partir da mudança para a beira do rio Parnaíba, a província “viria resolver o problema crônico do território [...] a dificuldade de comunicação e, portanto, o isolamento que Oeiras submetia a região”.⁷³

Descrevendo em suas palavras o “mais belo lugar”, Saraiva encontra nas proximidades da vila velha do Poti outro lugar que convinha aos seus interesses. A partir de seus esforços e desejos, “em menos de seis meses já estavam em construção perto de trinta habitações”.⁷⁴ Os próprios moradores da vila velha se convenceram a mudar-se para a nova vila do Poti, conhecida até então como Chapada do Corisco. A Figura 2 é resultado de croquis feitos por Ângela Martins Napoleão Braz e Silva⁷⁵ e demonstra de forma visual o local onde se ergueu a

⁷¹ PIAUÍ. *Fala que o presidente da Província do Piauí Dr. José Antônio Saraiva dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial no ato da abertura de sua sessão ordinária em 3 de julho de 1851*. Oeiras: Tipografia Saquarema, 1851. p. 49.

⁷² GANDARA, 2011.

⁷³ BONFIM, Washington Luís; SANTOS JÚNIOR, Raimundo Batista. Formação política. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995. p. 48.

⁷⁴ COSTA, 2010, p. 356.

⁷⁵ SILVA, Ângela Martins Napoleão Braz e. *Entre rios: a modernização e o crescimento da cidade de Teresina (1889-1940)*. 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. p. 5.

capital Teresina.

Figura 2 – Localização do terreno escolhido para a implantação da cidade de Teresina



Fonte: SILVA, 2011, p. 66.

O local ideal para a construção da nova cidade foi selecionado de acordo com certos critérios. Evitar inundações foi um deles. Portanto, uma área foi selecionada na borda do rio Parnaíba, com a cota acima do nível do rio, sendo mais alta que a região de confluência dos rios Parnaíba e Poti, em que ficava a vila do Poti.

Saraiva teceu elogios diversos à localização, a fim de conseguir a aprovação necessária para formação da cidade. Em correspondência enviada ao Ministério de Negócios do Império, citada na *Obra completa* de Monsenhor Chaves, Saraiva destacou a boa situação geográfica da Nova Vila do Poti, sua centralização em relação à província, a salubridade, a proximidade com o rio Parnaíba, o fato de ser o município mais agrícola da província e a única vila cujos habitantes se comprometeram “a habitar-se em menos tempo para possuir a capital da província”, sabendo assim que a província possuía poucos recursos para tal feito.⁷⁶

A aprovação unânime dos deputados através da Lei nº 315, de 20 de julho, sobre a petição da transferência, concedeu a Saraiva autonomia suficiente para tomar decisões e estabelecer de imediato a formação da nova vila até tornar-se capital da província. Escolhido o local, de imediato foi ordenado a construção da matriz, a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, localizada ao centro, distante das laterais do rio Parnaíba ao Poti, uma escolha estratégica que fez da capital um local cercado pelos dois rios.

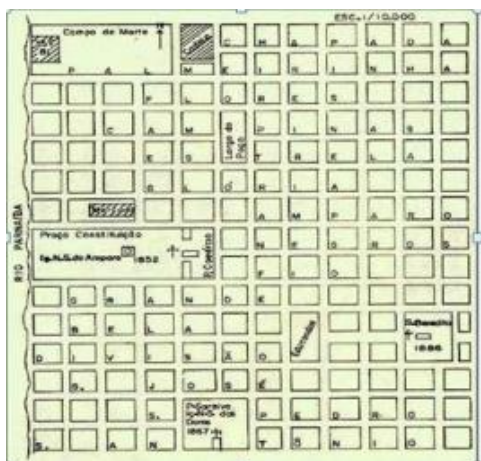
⁷⁶ CHAVES, 1998, p. 175.

A cidade tem como particularidade ser a primeira do Brasil planejada geometricamente. Sua formação não ocorreu espontaneamente através de migrações, mas foi pensada e debatida por anos, e a partir do local escolhido foi organizada pessoalmente pelo presidente da província. Juntamente com o mestre de obras, Saraiva cuidou em estabelecer simetricamente cada espaço, todos partindo do rio Parnaíba rumo ao rio Poti, que constituíam a principal fonte hídrica do local.

Os aspectos construtivos de Teresina possuem características de vertente erudita. O plano inicial segue as normas urbanísticas da Provisão Real de D. João (de 1º de agosto de 1747), que estabelecia a política do Marquês de Pombal de construção de vilas e cidades, na qual previa regras de alinhamento, demarcações da praça central, posteriormente, da igreja matriz e edifícios públicos.⁷⁷ No urbanismo português, a praça estava intimamente ligada à formação da cidade. Teixeira afirma que “Essas praças cumpriam o papel de marco urbano, de ponto de referência na estrutura da paisagem e, em função dessas características, ainda permanecem como espaços simbólicos na atualidade”.⁷⁸

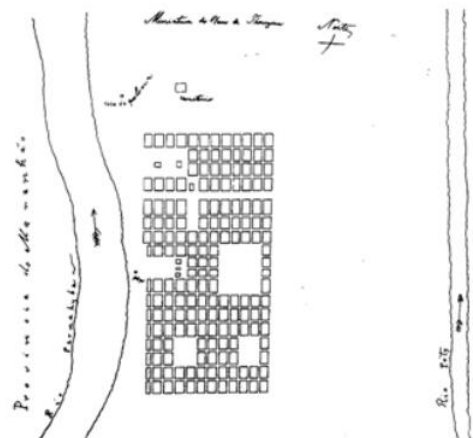
Para explicitar e reforçar o imaginário do leitor, as Figuras 3 e 4 representam as miniaturas das primeiras projeções urbanísticas do plano de construção de Teresina. Ambas mostram o planejamento original da capital na época de sua fundação. A Figura 3 trata de uma planta da cidade assinada por Firmino Nunes D’Almendra, encarregado do balizamento da cidade à época. A Figura 4 foi anexada a ofício de 28 de abril de 1855, da cidade de Teresina.

Figura 3 – Planta de Teresina em 1853



Fonte: SILVA, 2011, p. 66.

Figura 4 – Planta de Teresina em 1855



Fonte: SILVA, 2011, p. 62.

⁷⁷ REIS FILHO, Nestor Goulart dos. *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1968.

⁷⁸ TEIXEIRA, Manuel C. Os modelos urbanos portugueses da cidade brasileira. COLÓQUIO A CONSTRUÇÃO DO BRASIL URBANO, 2000, Lisboa. *Anais [...]*. Lisboa: Convento da Arrábida, 2000. p. 77.

Entretanto, os mapas apresentam diferenças pontuais em suas estruturas, mas a explanação da discussão das características não é necessária para o objetivo desta pesquisa. Importa que seja percebido o planejamento urbano que resultou na formação de Teresina. Percorrendo a pesquisa de Silva, percebe-se uma visão intrigante nas palavras da autora. Como mencionado, a formação da nova capital ocorreu através de uma projeção fortemente influenciada por Portugal do século XVIII, trazendo como características a presença de “linhas retilíneas, regularidade de volume, rigidez geométrica e concentração dos poderes estabelecidos – governo, justiça – no entorno da praça principal”.⁷⁹ Entretanto, existem diferenças pontuais que a autora explana em sua pesquisa, como a presença do mercado público no entorno da praça principal, atualmente conhecida como Praça Marechal Deodoro, e a sua forma retangular ao invés de quadrada.⁸⁰

Cabe ressaltar que o processo urbanístico do Brasil deve muito ao estímulo do Estado. De acordo com Silva, “Teresina foi de certa forma construída com recursos dos próprios moradores da região, que construíram os edifícios nos quais o governo instalou-se”.⁸¹ Desse modo, a construção da cidade se torna um marco importante para a história urbanística do Brasil.

Teresina é exemplo de urbanismo de fundação de cidade capital. Foi criada com o sentido de capitalidade da Província. Significa dizer que, sob o ponto de vista do planejamento, também foi pensada como um território estratégico. Afinal, o terreno escolhido para implantar a nova cidade tem centralidade adequada à gestão do território e à dinâmica social entre cidades e vilas piauienses. O objetivo de se construir um centro urbano no Piauí que tirasse a hegemonia comercial de Caxias (MA), em relação às cidades piauienses, comprova o desejo de fortalecer uma rede urbana na província e significa que a cidade de Teresina foi concebida para ser o principal ponto na escala de uma rede regional.⁸²

Apesar dos planos em torno da mudança, não foi possível gerar entusiasmo em todos os piauienses. Os moradores de Oeiras, cidade que, por quase um século, desempenhou o papel de centro administrativo do Piauí, não apoiaram a ideia da mudança. Os longos anos como capital resultaram na cristalização de sua importância política, sendo que a transferência traria prejuízos a esse cenário. Ainda que houvesse resistência dos oeirenses, Saraiva iniciou uma verdadeira corrida para efetuar a mudança:

O Dr. Saraiva, apesar da resistência ameaçadora dos oeirenses, que até

⁷⁹ SILVA, 2011, p. 47.

⁸⁰ SILVA, 2011.

⁸¹ SILVA, 2011, p. 85.

⁸² SILVA, 2011, p. 83.

assoalhavam opor-se com as armas a mudança da capital, que consideravam uma grave ofensa a seus interesses e um sacrilégio a velha capital, atendendo criteriosamente aos mais altos interesses da comunhão e vendo mais claramente o futuro, não recuou diante de consideração alguma, nem mesmo da sua salvação pessoal, pois era corrente haver entre os opositores e fanáticos a ideia de um atentado contra a sua existência, pensando que com sua morte, morreria a ideia, por falta de quem quisesse arriscar-se a nova tentativa, abafa a primeira no sangue do seu mais ardente promotor.⁸³

O presidente Saraiva, ao chegar a Teresina, rapidamente tomou as medidas necessárias para a transferência imediata do aparato administrativo da Província. Apesar disso, muitos habitantes de Oeiras ainda acreditavam ingenuamente na possibilidade de um retorno do governo a Oeiras, seja por resolução do Conselho, com a retirada do presidente, seja por ordem expressa do governo imperial. Todas as repartições deixaram Oeiras, que entrou em rápida decadência.⁸⁴

As revoltas despertaram o anseio de luta para que se mantivesse as repartições em Oeiras, senão por ordem imperial, pela força. Especulava-se que a população oeirense não permitiria que o cofre público saísse da cidade e “os agitadores gritavam pelas ruas que a senha da revolução era essa tentativa aviltante para os oeirenses, da retirada do cofre, sinal definitivo da realização da projetada mudança”.⁸⁵ Essa esperança deu aos oeirenses legitimidade e identificação com o fato de os acontecimentos vividos terem, de fato, terminado sem limites. Mas o cofre alojado numa carroça de bois deixou Oeiras rodeado por uma grande força armada.

Ao contemplar a cena, a população “desiludida, abandonada a ideia de revolta, que realmente nunca tivera, entregou-se a uma dolorosa desolação, acompanhando-o até ao lado oposto da grande ponte construída sobre o Mocha [...] Foi um dia de luto geral”.⁸⁶ É possível prever o sentimento de abandono vivenciado pela população oeirense naquele momento.

A insatisfação não se restringia ao popular. Nos Anais do Parlamento Brasileiro (RJ), em sessão realizada no dia 30 de junho de 1852, ocorreu uma discussão sobre a mudança da capital. Os Anais do Parlamento são documentos que registram, de forma escrita, as reuniões dos parlamentares brasileiros, contemplando todas as províncias e discutindo assuntos gerais do império e específicos de cada província. Essa documentação é de legítima importância para a pesquisa historiográfica, pois demonstra como se sucediam as principais discussões e problemáticas do Brasil imperial.

⁸³ FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. 2. ed. São Paulo: Mentis Abertas, 2020. p. 25.

⁸⁴ CHAVES, 1998, p. 28.

⁸⁵ FERREIRA, Jurandyr Pires. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958. p. 628.

⁸⁶ CHAVES, 1998, p. 27.

Ao analisar os Anais digitalizados e disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, pode-se perceber que a mudança da capital piauiense gerou uma série de desentendimentos na sessão parlamentar. O assunto surgiu nas falas do presidente da província do Rio Grande do Norte, Casimiro José de Moraes Sarmiento. Como afirma na sessão, Moraes Sarmiento era filho da província do Piauí, nascido em Oeiras, mas há muitos anos já não visitava seu local de origem.

Moraes Sarmiento afirmou: “A província do Piauí, Sr. Presidente, é uma das que mais tem sofrido no império; ou falando mais exatamente, é a província do Brasil que mais tem sofrido”.⁸⁷ O parlamentar disse isso ao tratar da inexistência de uma administração que contribuísse para o desenvolvimento da província. Consoante a sua visão, por cerca de vinte anos, “o Piauí não foi governado nem segundo a constituição, nem segundo as leis”.⁸⁸ Entretanto, o ponto principal da crítica deriva, especificamente, da administração de José Antônio Saraiva, que efetivou a mudança da capital. Segundo Moraes Sarmiento, “[...] o Sr. Saraiva chegou ao Piauí concebeu o plano [...] de mudar a capital da província de uma cidade que tem mais de 300 anos de existência”,⁸⁹ argumentando que a cidade de Oeiras já possuía todos os aparatos para continuar sendo sede da capital, visto que todas as instituições públicas estavam em pleno funcionamento, como hospitais, o liceu, casa da tesouraria, entre outros.

As informações que Moraes Sarmiento recebia sobre a administração derivavam de cartas endereçadas diretamente a ele, além de notícias publicadas em jornais contrários à mudança, como o periódico *O Echo Liberal*, que circulou entre 1849 e 1852, que abertamente tecia críticas à ideia de transferência da capital. Como relatado na sessão, Moraes Sarmiento afirmava não possuir nenhuma das cartas para apresentar como prova. O parlamentar Paes Barreto, retrucando a afirmativa, explicita que são “cartas de pessoas que têm casas na capital, e por isso não querem que ela seja mudada”.⁹⁰ Desse modo, fica evidente que a repercussão da mudança viajou longos caminhos e não seria utópico pensar que, de fato, os oeirenses não estavam satisfeitos com as notícias da mudança, visto que possuíam uma estabilidade, moradia consolidada e, para muitos, empregos nas instituições públicas.

Durante a sessão, Moraes Sarmiento propôs que a mudança não ocorresse, mas sim que as problemáticas da localização e comunicação fossem melhoradas, continuando todas as comodidades do serviço público: “deveria muito pelo contrário promover a abertura de estradas

⁸⁷ BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*: 1826 a 1873. Rio de Janeiro, p. 456, 30 jun. 1852.

⁸⁸ BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*: 1826 a 1873. Rio de Janeiro, 30 jun. 1852.

⁸⁹ BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*: 1826 a 1873. Rio de Janeiro, v. 5, p. 458, 30 jun. 1852.

⁹⁰ BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*: 1826 a 1873. Rio de Janeiro, v. 5, p. 459, 30 jun. 1852.

de que tem muita falta a província do Piauí”.⁹¹ Como é sabido, apesar das inúmeras críticas, Saraiva conseguiu o apoio necessário para aprovar a lei que mudaria de vez o destino da capital da província.

Os habitantes de uma cidade têm sua percepção sobre ela organizada, ao longo de uma série de associações existenciais, práticas e emoções que os ligam a ela. É, portanto, concebível que o carácter compulsivo dos vestígios de sofrimento e ressentimento por parte de alguns habitantes de Oeiras tenha alargado o leque de possíveis traumas e, talvez, de lamentações até hoje.⁹²

2.3 Os primeiros anos da nova capital

A cidade de Teresina nasceu com aspectos singulares, não apenas pelos impactos do jogo de forças ou de necessidades locais, mas também pelas ações do Estado que dirigiu a transferência da capital, causando as transformações socioespaciais do Piauí. O avanço da cidade fez parte de um avanço da comunicação que ocorria no país, representando uma inspiração que reflete um sentimento de inferioridade em relações aos demais locais. Resultante de uma mudança apressada, a capital sofreu as dificuldades naturais do processo.

Ordenada a mudança, começou o processo de formação física da cidade por meio de obras públicas. As primeiras décadas são marcadas pela efervescência das construções e povoamento. Com a mudança apressada e as obras em processo de construção, os edifícios públicos foram instalados em casas alugadas, cabendo observar que o presidente estava autorizado a obter o aluguel de todos os prédios necessários para os estabelecimentos, como também autorização para buscar “ferramentas, utensílios e trabalhadores livres e escravos até a Vila Nova do Poti, enquanto outros escravos seguiriam até lá por terra, fazendo a condução dos carros de boi que também seriam usados nas primeiras construções”.⁹³

Entretanto, nos dez primeiros anos de existência, era pouco lisonjeira a situação da nova capital: “[...] o emprego de trabalho escravo e de material improvisado nas construções, agravado pela falta de assistência técnica, imprimiram-lhes um estado de precariedade de que se ressentiam todas elas ao contemplar a cidade nos seus primeiros dez anos de existência”.⁹⁴

A participação de escravos e trabalhadores livres foi crucial na formação inicial de

⁹¹ BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro: 1826 a 1873*. Rio de Janeiro, v. 5, p. 459, 30 jun. 1852.

⁹² GANDARA, 2011, p. 90-113.

⁹³ NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí: lutas partidárias e a situação da província*. Teresina: FUNDAPI; Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007. Apud, MOREIRA, 2016. p. 62.

⁹⁴ CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Como nasceu Teresina*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1987. p. 27.

Teresina. Os escravos, oriundos das Fazendas Fiscais ou Fazendas Nacionais, foram enviados antes mesmo de se cumprir a transferência da capital:

Os ‘escravos do fisco’ deslocados para Teresina, em sua maioria, é provável que pertencessem a antiga inspeção real de Nazaré, que compreendia as datas de terras nacionais ribeirinhas do Parnaíba, na região compreendida hoje pela jurisdição municipal de Floriano. Consta que desceram o rio Parnaíba em barcos, outros por estradas, não se sabendo se voltaram as suas origens, ou se acabaram ficando na nova cidade, que, afinal, era sede do governo que sobre ele exercia controle e administração.⁹⁵

Era necessário construir o que viria a ser o centro administrativo da província. Havia ainda a necessidade de cadeia, cemitério e outras obras que se harmonizassem com os recursos da província. Dessa forma, a nova cidade poderia “exercer em plenitude a função própria de uma cidade sede de Província e promover o seu desenvolvimento”.⁹⁶

No relatório de Marquês de Olinda, o governo imperial dispunha de quantias para que se efetivasse a construção de obras públicas pela nação, auxiliando no desenvolvimento particular de cada uma, efetivando o processo civilizador que colocava como objetivo. A quantia ficava à disposição do governo provincial para aplicar onde fosse necessário no momento. A província do Piauí recebeu o valor de 8:000\$000. Os locais que recebiam o dinheiro necessitavam informar as obras públicas nas quais os valores estavam sendo aplicados. Dessa forma, o presidente da província do Piauí “tem mandado proceder a trabalhos de limpeza deste rio, e mandou já fabricar, por conta dos cofres provinciais, um pequeno vapor para iniciar a navegação entre a capital e a cidade da Parnaíba”.⁹⁷

A navegação a vapor, um dos principais motivos para a efetivação de mudança da capital visando a uma melhor comunicação entre as províncias do Império, bem como a utilização do rio Parnaíba para transporte, tomava forma a partir da ajuda e incentivo imperial. Segundo relatos presentes no *Relatório da Repartição dos Negócios do Império* (RJ) de 1854, que trata dos negócios de todas as províncias da união:

Por decreto nº 761 de 22 de julho do ano passado foi essa autorização argumentada, quanto a navegação a vapor nas águas do rio Parnaíba, desde a sua voz até a cidade Teresina, a qual se devera ligar a navegação da primeira linha, ficando o governo com ampla faculdade quanto a subvenção necessária

⁹⁵ NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí: lutas partidárias e a situação da província*. Teresina: FUNDAPI; Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007. p. 268. Apud, MOREIRA, 2016. p. 73.

⁹⁶ NUNES, Maria Cellis Portella; ABREU, Irlane Gonçalves de. Vilas e cidades do Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995. p. 95.

⁹⁷ BRASIL. MINISTÉRIO DO IMPÉRIO. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Marquês de Olinda*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1858. p. 59.

para manutenção de semelhante empresa.⁹⁸

A comunicação, sem dúvida, se constituiu como ponto crucial para a província do Piauí, objetivando emergir dos porões do esquecimento imperial para se tornar um local próspero e moderno. O relatório citado também informa a criação de duas agências de correios no Piauí, “uma prova de que o governo tem procurado satisfazer, quando lhe há sido permitido, a esta necessidade da população”. Exemplificando a necessidade da implementação das agências, o relatório demonstra que “as comunicações que havia, por exemplo, entre a província do Piauí e a cidade de Caxias se faziam duas vezes por mês: hoje cruzam-se ali no mesmo tempo quatro correios”.⁹⁹

A efervescência notória das construções demonstra que, por volta de 1860, a cidade já se estendia por mais de um quilômetro na direção Norte-Sul; na Leste-Oeste sua extensão se dava mais lentamente. De acordo com Chaves, na primeira década de existência, houve um crescimento elevado da população da nova capital, considerando que, em junho de 1851, apenas 51 pessoas viviam no local, já no ano de 1857, a população de Teresina se constituía de 11.820 habitantes, ou seja, dentro de pouco tempo, teve um notável aumento demográfico. É possível observar que o desenvolvimento da cidade não se deu nos moldes modernos que tanto se almejava, pois, das 963 casas que contava na segunda década, apenas 433 eram cobertas de telhas, sendo cobertas de palhas as 530 restantes.¹⁰⁰

Os prédios públicos mais importantes da cidade foram implantados ao redor da praça central: a sede do governo, o quartel de linha, a igreja matriz, o fórum, o edifício da tesouraria e o mercado público. Observando as falas de Silva, fica notório que a construção do centro de Teresina nas proximidades do rio, especificamente, na sua frente, sugere uma estratégia que deseja e destaca outra similaridade: “tipologia edilícia e forma de implantação são contribuições da urbanística colonial portuguesa”.¹⁰¹ Cabe ressaltar que a construção do mercado público na praça central se constitui como elemento diferencial na cidade de Teresina em relação às cidades portuguesas, porém, se relaciona com características de muitas cidades brasileiras. A construção nesse local se deve à representação simbólica da atividade comercial, objetivando o desenvolvimento econômico que regulava a construção e transferência da capital piauiense.

Segue abaixo o registro da cidade de Teresina em 1910 (Figura 5), especificamente a

⁹⁸ BRASIL. MINISTÉRIO DO IMPÉRIO. *Relatório do ano de 1854 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Sexta Legislatura*. Rio de Janeiro, 1854. p. 6.

⁹⁹ BRASIL. MINISTÉRIO DO IMPÉRIO. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império: 1832 a 1888*. Rio de Janeiro, 1856.

¹⁰⁰ CHAVES, 1987.

¹⁰¹ SILVA, 2011, p. 222.

praça central e, no entorno, os primeiros edifícios públicos: “Da esquerda para direita, o mercado, casas comerciais, um sobrado residencial cedido para o Palácio do Governo. Na cabeceira da praça, o Fórum e a matriz de Nossa Senhora do Amparo”.¹⁰²

Figura 5 – Praça da Constituição. Foto de 1910



Fonte: Acervo FUNDAC.

Para o bom funcionamento dos prédios e desenvolvimento da cidade, as construções foram desenhadas sob um plano ordenado para a sua forma, entretanto esse ordenamento nem sempre foi obedecido. Analisando a Figura 5, fica evidente a preocupação estética na formação e localização dos prédios públicos, que se submeteram à exclusividade de leis geométricas e retilíneas. Cabe ressaltar que todo esse processo servia para impulsionar a implantação da navegação a vapor através da utilização do rio Parnaíba. A cidade de Teresina foi destinada a cumprir o propósito de complementar os municípios antigos. Na década de 1850 o núcleo central estava sendo implantado. Desse modo, observar através de imagens as construções possibilita perceber como transcorreu esse processo.

A construção do mercado municipal teve início em 1854, nas proximidades do rio Parnaíba, por onde chegavam os mantimentos e mercadorias, com sua frente virada para praça central. A construção foi paralisada por longos anos devido à falta de dinheiro nos cofres públicos e só foi entregue por completo à população no ano de 1890.¹⁰³

Odilon Nunes faz uma descrição em que evidencia semelhanças entre o mercado de Teresina e outros mercados construídos no mesmo período, podendo ser percebido na análise uma tentativa de alinhamento da construção aos moldes do local:

Quatro acessos axiais, bodegas nas periferias, avarandado aberto voltado para um pátio interno, onde ambulantes montam suas tendas e tabuleiros e onde por vezes se cavou um poço central. Com alpendre aberto sobre colunas no

¹⁰² GANDARA, 2011, p. 108.

¹⁰³ CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

contorno externo [...]. Nessas obras a estrutura é de carnaúba e as alvenarias de tijolo queimado. As diferenças entre esses prédios ficam basicamente por conta dos dimensionamentos e do acabamento dos vãos, ora de vergas retas, ora em arcos pleno, ou ainda mista.¹⁰⁴

Observando a Figura 6, pode-se perceber que o mercado apresenta a fachada que remete a características clássicas, o que confirma a existência de influência eclesiástica na formação da cidade. É necessário ressaltar que a construção do mercado municipal teve início no ano de 1856, mas só foi finalizada no ano de 1890, quando já se tinha uma quantidade maior de recursos para aplicação na obra, como também a presença maior de mão de obra, o que justifica sua grandiosidade.

Figura 6 – Mercado Municipal de Teresina em suas características originais



Fonte: Acervo FUNDAC.

Outra construção “grandiosa” em Teresina, a primeira de grande porte, foi a igreja do Amparo, a matriz da nova capital, que teve um processo longo e que passou por diversas fases até que se finalizasse. Para que fosse possível erguer a igreja, fez-se necessário, de início, formar uma comissão para arrecadar recursos e fiscalizar a obra, fornecer materiais ao mestre de obras e dinheiro para contratação de trabalhadores, entre outras questões. Finalmente, no dia 25 de dezembro de 1850 foi lançada a pedra fundamental da igreja.¹⁰⁵

Apesar de ser uma obra de grande importância para Província, foi várias vezes interrompida por falta de material e mão de obra. Tempo depois, com parte da igreja concluída, os problemas no seu entorno persistiam, o que logo foi atribuído à má qualidade do solo. Em

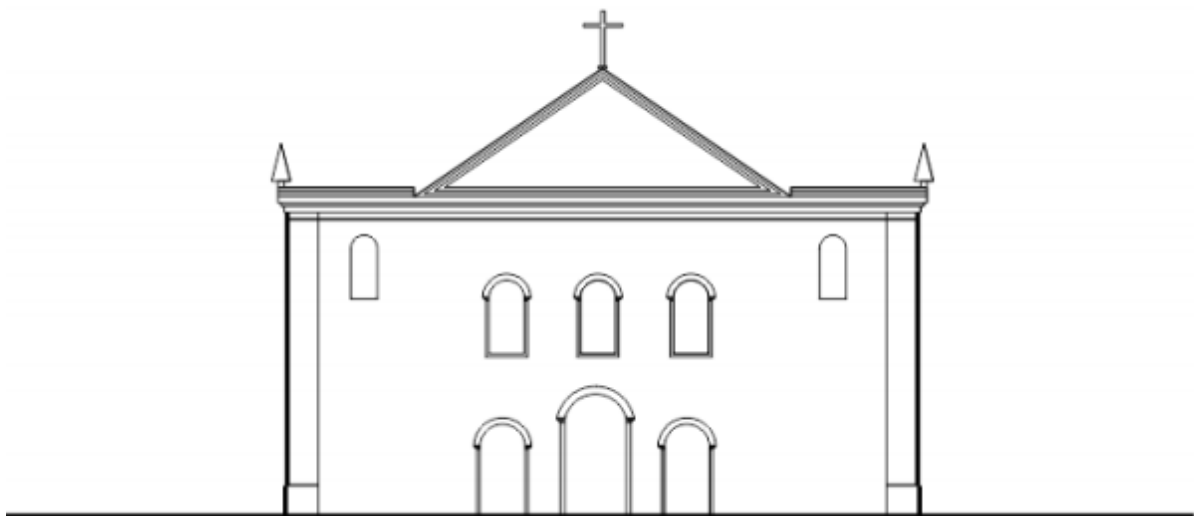
¹⁰⁴ NUNES, 2007. p. 268. Apud, MOREIRA, 2016. p. 73.

¹⁰⁵ NUNES, 2007.

1855, as obras foram interrompidas outras vezes e, cada vez que isso acontecia, os trabalhadores livres eram encaminhados para outras obras ou eram dispensados, sendo os escravos encaminhados para a construção de obras públicas.¹⁰⁶ Entretanto, apesar de todos os problemas apresentados, a igreja foi dada como finalizada no ano de 1858, faltando apenas alguns itens decorativos.¹⁰⁷

Amanda Cavalcante Moreira construiu uma figura baseada na imagem de baixa qualidade visual de seu acervo pessoal. A Figura 7 demonstra os moldes como se constituiu a obra da igreja, as principais características da fachada e sua relação construtiva expressa, sobretudo, a simplicidade de sua forma.

Figura 7 – Reconstituição da fachada da igreja através de imagens de baixa qualidade visual



Fonte: Acervo pessoal de Amanda Cavalcante Moreira.

Moreira descreve os elementos primordiais da igreja, descritas de forma simples e singulares:

[A igreja] Carece de elementos decorativos, a igreja é marcada por forte horizontalidade; seu telhado é encoberto por uma platibanda arrematada por cimalha com frisos lisos e frontão triangular, com as empenas também marcadas por frisos e na sua extremidade superior, uma cruz indicando o caráter religioso da edificação. Nas laterais da igreja existem duas pilastras marcando a fachada da igreja, e acima da cimalha, um pináculo em cada uma das laterais. A igreja apresenta ainda três portas, com molduras e vergas em arco abatido, sendo a central em maiores dimensões. Apresenta ainda cinco janelas, sendo três centralizadas, com molduras e vergas em arco abatido, e duas menores, nas laterais, localizadas onde se situariam as torres da igreja.

¹⁰⁶ CARVALHO, Genimar Machado Resende de. *Construtores e aprendizes: cativos da nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850-1873)*. Porto Alegre: FCM, 2013.

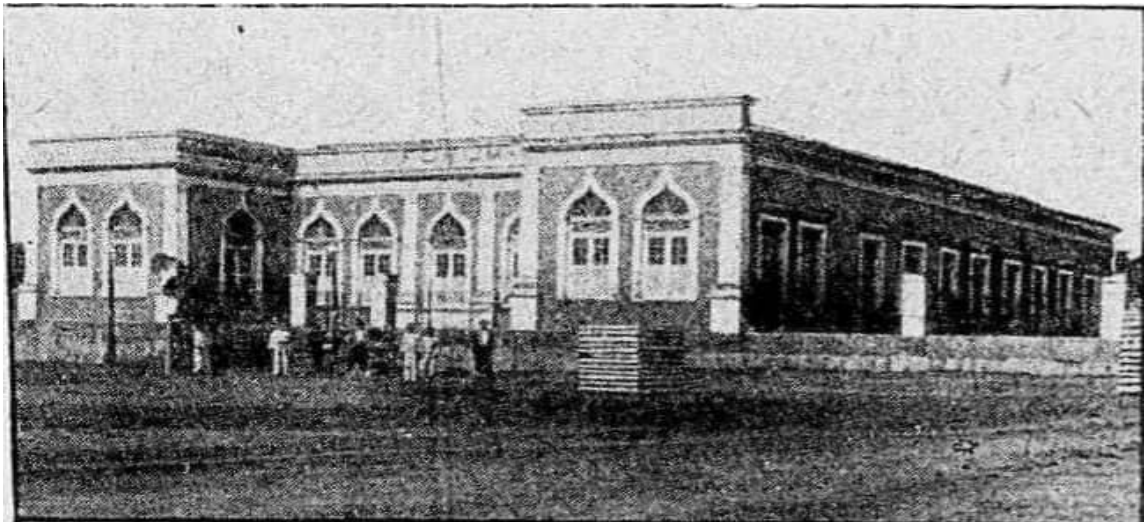
¹⁰⁷ NUNES, 2007.

As aberturas da igreja são diminutas frente ao tamanho de sua fachada, o que faz com que não haja uma relação de proporcionalidade e harmonia entre essas.¹⁰⁸

A igreja de Nossa Senhora do Amparo apresenta vários aspectos da maneira como se iniciou a formação de Teresina, a simplicidade da fachada, sem muitos recursos, a falta de materiais e de dinheiro, denuncia a característica dominante na primeira década da construção da capital. Cabe ressaltar que, no momento, a construção contava com trabalhadores fixos especializados, que também dependiam de capital particular para edificar o local, o que demonstra a falta de recursos da província. Essas características também estão presentes na maioria das construções feitas posteriormente.

O fórum municipal também está entre as primeiras construções públicas de Teresina. Na Figura 8, vê-se o prédio do Fórum, ao lado da igreja de Nossa Senhora do Amparo. Assim como aconteceu com outras construções, seu levantamento não se deu de forma imediata, mas de forma lenta e progressiva. Como pode ser observado na Figura 8, encontram-se as mesmas características clássicas dos outros estabelecimentos, porém, sem muitos adornos, demonstrando a falta de recurso, ao longo do processo de construção.

Figura 8 – Prédio onde funcionou o Fórum de Teresina, localizado na Praça Deodoro da Fonseca



Fonte: Almanaque Garnier, 1906. p. 95.

O edifício do Palácio do Governo foi improvisado, nas primeiras décadas da nova capital. Após a mudança, Saraiva alojou-se numa casa de palha, enquanto levantava as plantas para a construção do palácio presidencial. O governo geral da época não providenciou as

¹⁰⁸ MOREIRA, Amanda Cavalcante. *Teresina e as moradias da região central da cidade (1852-1952)*. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016. p. 70.

medidas cabíveis para solucionar a falta da moradia, então os presidentes tiveram que usar dos meios que dispunham para conseguir um local digno, onde pudessem residir: “Para esse fim, foi comprado um prédio, por má construção e escassez de acomodações, como disse o presidente Junqueira em 1858, não era apropriado para o indicado fim”.¹⁰⁹ Em 1861, Duarte de Azevedo, em relatório ao vice-presidente José Mariano Lustosa do Amaral, afirmou:

A falta de uma habitação decente para a primeira autoridade da província é de há muito sensível. O edifício comprado para esse fim, além de não ter as precisas proporções, acha-se em estado de não poder ser habitado e uma casa de aluguel, de acanhados cômodos e sem a menor decoração, servia, até hoje, de residência do presidente da província. Entendi que devia ocorrer a esta necessidade, mandando acrescentar, acabar e decorar o edifício do palácio, até para que não ficasse em pura perda à despesa de 12:000\$000, feita com a compra do edifício, e, nesse propósito, contratei com Liberato Lopes e Silva, mediante a quantia de 5:000\$000 e ao prazo de um ano, o conserto, reparo e ornamento do palácio, segundo o plano e condições estipuladas em 1º de abril do corrente ano. A respectiva despesa tem de ser feita pela verba ‘Obras públicas’ do Ministério do Império, ultimamente concedida.¹¹⁰

Entretanto, foi somente em 1873 que o presidente Pedro Afonso instalou a presidência no sobrado, atualmente pertencente ao Estado, mas que naquele ano pertencia a D. Lina de Almendra. Na Figura 9, vê-se o sobrado que por muitos anos acomodou o palácio presidencial na capital do Piauí. Cabe ressaltar que a imagem corresponde ao ano de 1910, mas que ainda mantinha todas as características da época em que abrigou o presidente da província.

Deve-se levar em consideração que, ao voltar os olhares para Teresina, faz-se necessário considerar que a nova cidade foi construída com certa urgência, e que os problemas estruturais que então surgiram eram inerentes ao processo, algo semelhante ao que ocorria em outras cidades do império. As expectativas criaram nas pessoas o imaginário de uma cidade idealizada, algo que não condizia com o real, pois estava repleta de problemas estruturais e sociais.

As cidades existentes no século XIX, por vezes, possuíam problemas estruturais e sociais consideráveis, e foi isso que ocorreu na cidade de Teresina, especialmente pelo fato de a cidade ter sido construída às pressas. Teresina viveu em constante mudança, com construções interrompidas antes da conclusão, de maneira que a população convivia com os transtornos e problemas oriundos desse processo.

¹⁰⁹ FREITAS, 2020, p. 161.

¹¹⁰ AZEVEDO *apud* FREITAS, 2020, p. 161.

Figura 9 – Prédio onde funcionou o Palácio do Governo (1916), localizado na Praça Deodoro da Fonseca. Hoje abriga o Museu do Piauí



Fonte: FREITAS, 2020. p. 3.

Essa situação problemática era expressa nas publicações de jornais impressos. Existiam reclamações das mais diversas quanto ao estado das obras públicas e das ruas. Dentre elas, existia a denúncia de que o dinheiro das obras não estava sendo utilizado de forma correta. Conforme a publicação em *O Propagador*:

Os dinheiros públicos não são barateados por espírito de afilhagem: as obras públicas reclamam altamente sérias e imediatas providências, pedem vistas zelosas, que tendam a aliviar a província desse sistema prejudicial, que, em detrimento e quase pura perda dos dinheiros públicos, sustenta um esquadrão de administradores, diretores agentes e oficiais de obras, verdadeiras sanguessugas dos cofres.¹¹¹

As notícias de jornais eram escritas por grupos pertencentes ao governo ou pela oposição. Considerando tal fato, a imprensa escrita tinha o poder de selecionar determinados temas e notícias que foram publicados nos periódicos por determinado tempo.¹¹² Os eventos relatados na imprensa faziam parte da multidão de eventos diários, registrados por reportagens jornalísticas disponibilizadas ao público na forma de notícias, mas que não conseguiam contemplar tudo o que ocorria da capital.

Teresina tinha problemas sociais evidentes e emergentes, bem como problemas estruturais. As pessoas que vieram morar na capital durante seus primeiros anos vivenciaram

¹¹¹ *O Propagador (PI) - 1858 a 1860*, p. 55, 4 fev. 1859.

¹¹² LIMA, Nilsângela Cardoso. *Imagens de Teresina (PI) do século XIX-XX: sentimentos, desejos, tramas urbanas e práticas jornalísticas*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2011.

dois importantes problemas habitacionais: a pouca quantidade de casas para atender ao número de habitantes; e o fato de que grande parte da população que se dirigiu para a nova capital em busca de melhores condições de vida não possuir condições financeiras para pagar os aluguéis. Eles começaram a construir suas casas de palha, e, assim, surgiu a periferia da cidade. Um dos problemas enfrentados por esses moradores relaciona-se aos constantes incêndios das casas de palha, afetadas por acidentes, que se tornaram uma ocorrência comum em Teresina.¹¹³

O problema estrutural da falta de saneamento resultou em questões de saúde pública, mas os hábitos das pessoas também contribuíram significativamente para o agravamento da situação. Por isso, era necessário um local que suprisse as necessidades de saúde básica da capital. Desse modo, a Santa Casa de Misericórdia foi instalada e inaugurada em Teresina em 17 de agosto de 1861, substituindo o hospital filantrópico que funcionava desde 1854, numa parte do quartel de polícia.

O estabelecimento funcionou por muitos anos com problemas, falta de instalações e materiais, problemas de higiene e não pagamento de funcionários. Além disso, o orçamento era sempre limitado devido à baixa contribuição dos funcionários, os quais dependiam quase inteiramente do subsídio de subsistência emitido pelo governo. A falta de prédios e estruturas para a instalação de instituições públicas era uma realidade em Teresina. Portanto, a maioria das organizações que operavam em locatários não possuía uma estrutura adequada para suas finalidades e, por isso, as organizações estavam em constante mudança de lugar, em busca de locais estruturados para os objetivos a que se propunham.

Para mudar a situação insalubre, o Estado passou a intervir cada vez mais na vida da população, tentando fazer de Teresina uma cidade civilizada, seguindo o modelo em que se moldou a nascente modernidade. Teresina, como qualquer outra cidade, era um espaço de sociabilidade, onde pessoas viviam, trabalhavam, brincavam, formavam uma identidade, e criavam representações das quais emergiam a sua sensibilidade e a sua subjetividade. Essas questões delicadas são sentidas na prática e no modo de vida das pessoas, no comércio, nos lazeres e finalmente no modo de vida da cidade.

Como o conceito de cidade é bastante amplo, usaremos aqui o conceito citado por Raquel Rolnik, que afirma que “a cidade é uma espécie de ímã, atraindo pessoas, ideias e massas, criando atração, atraindo pessoas para a vida”.¹¹⁴ Isso pode ser constatado em Teresina, pois, quando a administração da província foi transferida de Oeiras para a nova capital, um número significativo de pessoas também migrou para Teresina. Esse grupo incluía não apenas

¹¹³ NASCIMENTO, 2002.

¹¹⁴ ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

servidores, mas também pessoas que esperavam oportunidades que a cidade lhes proporcionaria.

3 CAMINHOS DA ESPERANÇA: O PROCESSO MIGRATÓRIO PARA TERESINA E AS INSTITUIÇÕES DE AUXÍLIO

3.1 Anos secos: a chegada da seca de 1877 a 1879

No final do século XIX, sobretudo nos anos de 1877 a 1879, ocorreram diversas modificações que interferiram diretamente na vida dos sertanejos no norte do país. Dentro do contexto histórico explicitado, a seca é vista não somente como um fenômeno climático natural, mas social, político e econômico, responsável pela alteração cotidiana na vivência de muitos indivíduos na província do Piauí.

Nesse sentido, de acordo com Frederico de Castro Neves, até meados do século XVIII, a principal vítima da seca era somente o gado e os rebanhos. As notícias que até então se tinha referiam-se a perdas materiais. No entanto, ao longo do século XIX, o quadro se modificou. A mortalidade humana em decorrência do fenômeno mostrou-se expressiva, ampliando as preocupações sobre os acontecimentos, pois uma das causas desse aumento foi a gradativa migração dos campos para a cidade, favorecendo o crescimento da violência, a fome e as doenças, gerando até mesmo epidemias.¹¹⁵

Até meados do século XVIII, as causas de mortalidade humana eram a violência e embates, muitos provenientes de disputas políticas. Os períodos intensos de estiagem culminavam no aumento da mortalidade. Para Domingos Neto e Borges, a seca só tomou forma de desastre no Piauí “a partir de 1877, data em que a seca passa a integrar, com o estardalhaço que lhe é próprio, a história agrícola do Piauí”,¹¹⁶ ou seja, a repercussão de calamidade deu-se após a seca afetar a agricultura. Há, porém, relatos governamentais de 1847 demonstrando a existência de “gente pobre exposta aos ‘horrores da fome’ em períodos de estiagem”,¹¹⁷ provavelmente referindo-se a seca de 1845.

A seca de 1877 a 1879 teve expressividade dentro e fora da província, pois sua duração de três anos trouxe consequências catastróficas, fazendo com que a violência se tornasse uma preocupação secundária. Somente a partir desse contexto, o termo “desvalido”, antes utilizado somente para denominar uma pessoa vítima de violência, passou a ser associado ao retirante

¹¹⁵ NEVES, Frederico de Castro. A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 80-97, 2007.

¹¹⁶ DOMINGOS NETO, Manuel; BORGES, Geraldo Almeida. *Seca seculorum*: flagelo e mito na economia rural piauiense. Teresina: Fundação CEPRO, 1987. p. 20.

¹¹⁷ LIMA, Solimar Oliveira. *Braço forte*: trabalho escravo nas fazendas da Nação do Piauí (1822-1871). Passo Fundo: UPF, 2005. p. 20.

fugitivo das estiagens.¹¹⁸ Mesmo sendo utilizado anteriormente, foi durante a segunda metade do século XIX que o termo passou a ser empregado associado à violência:

Nessa conjuntura político-social, o termo ‘desvalido’ era basicamente empregado para designar alguém vítima de violência, que devido a sua condição de velho, mulher ou criança era considerado incapaz de se valer pelos seus próprios meios.¹¹⁹

Com a chegada da grande seca, o termo passou a ser utilizado para designar os migrantes da região norte. Dessa forma, “o termo ‘pobreza’ foi reassinado, referindo-se quase exclusivamente aos migrantes que fogem da seca”.¹²⁰ A partir de então, as propostas e o projeto do governo passaram a utilizar oficialmente essa nomenclatura para designar os sertanejos que percorriam as ruas das principais cidades da província, na expectativa de serem assistidos pelas comissões de ajuda pública.

Os indivíduos que mais sofriam com o processo migratório foram os menos favorecidos economicamente na estrutura social, sendo levados por processos migratórios, provocando conflitos de realidades diferentes. Os retirantes viam nas cidades, sobretudo Teresina, a capital, como centro de ajuda e refúgio. O movimento migratório, segundo Neves, ocorria, quando não havia mais esperanças de chuvas. O autor destaca:

O abandono de suas casas e plantações só acontecia quando as últimas esperanças de chuvas já se haviam desvanecido e os grãos, que ficariam para as sementes, sido consumidos. Isso significava que, logo no início da jornada, já era precário o estado de saúde e de nutrição das famílias. Já saíam famintos de suas terras.¹²¹

A migração fez com que o conceito de pobreza, caridade e responsabilidade social se transformasse, levando o governo a assumir a gestão da pobreza sob as formas de controle, disciplina e isolamento, mascarados pelo discurso filantrópico. Tal concepção, de acordo com Maria Luiza Marcílio, surge para “dar continuidade à obra de caridade, mas sob uma nova forma de assistência”.¹²² As ações em prol dos retirantes voltaram-se para os interesses do poder público e da elite local.

No Piauí, somente em meados de fevereiro de 1877, o governo foi avisado, através do presidente da província, sobre a seca e, meses depois, enviou ajuda. No entanto, foi só a partir

¹¹⁸ RIOS, Kênia de Sousa. *Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2001. p. 182.

¹¹⁹ SOUZA, José Weyne Freitas. Secas e socorros públicos no Ceará doença, pobreza e violência (1877-1932). *Projeto História*, São Paulo, n. 52, p. 178-219, jan.-abr. 2015. p. 181.

¹²⁰ SOUZA, 2015, p. 182.

¹²¹ NEVES, 2007, p. 27.

¹²² MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: HUCITEC, 2006. p. 195.

do mês de maio daquele ano que a liberação aconteceu para a província do Ceará, referente à ordem de distribuição de alimentos. Nesse meio tempo, a seca se transformava em uma catástrofe humana. Para o Piauí, o envio tardou: os recursos foram distribuídos somente em agosto.

Nesse contexto, o Piauí tornou-se uma rota para os retirantes, que saíam do Ceará e beiravam a serra da Ibiapaba, e logo chegavam em terras piauienses. Imaginavam chegar no Piauí para conseguir trabalho ou mesmo passagens para outras cidades à beira do Parnaíba. Em Teresina, o fluxo estava crescente: a cidade se tornava um ponto de recepção dos migrantes vindos do interior, bem como de outras províncias, onde eram incumbidos de tarefas, antes realizadas por escravos, como ressalta Mairton Celestino:

O ano de 1877-1879 significou para a cidade de Teresina um crescimento da população e, por conseguinte, uma crise na oferta de emprego e no abastecimento de alimentos na cidade. Grupos de retirantes vitimados pela seca fixaram residência na capital. A precária estrutura da cidade ocasionou a criação de núcleos de socorros aos vitimados pela seca em fazendas privadas. A ajuda imperial era constantemente solicitada, e quando a Corte dava um não como resposta a reação vinha através de crises e conflitos entre a própria elite local. Pequenas atividades urbanas, outrora ocupadas por escravos e homens livres de cor, foram redistribuídas entre os retirantes. O aumento do ócio e da violência entre os ‘grupos subalternos’ da capital começou a ser discutido entre senhores, políticos, comerciantes e eclesiásticos da capital.¹²³

Nesse contexto, a cidade de Teresina passou a ser um centro de apoio com melhores condições no Piauí, abrigando em suas dependências a Comissão de Socorros, que se tornou responsável pela escrita e despachos de requerimentos:

Ilustríssimo e excelentíssimo senhor

A comissão de socorros públicos desta capital, respondendo aos ofícios de vossa excelência de 5 e 10 do corrente cumpre a comunicar a vossa excelência que no dia 19 deste remeteu a comissão da Vila das Barras a ambulância para ser aplicado ao tratamento dos doentes emigrantes daquele município. Deus guarde a vossa excelência.

Teresina, 21 de setembro de 1877

Ilustríssimo excelentíssimo senhor doutor Francisco Bernardino Rodrigues e Silva. Digno Presidente da província.

Vicente Camara Ferreira Laurindo

Luis José dos Santos Lima

Antonio J. de Araújo Bacelar¹²⁴

¹²³ SILVA, Mairton Celestino da. *Batuque na rua dos negros: cultura e política na Teresina da segunda metade do século XIX*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. p. 55.

¹²⁴ APEPI. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (Requerimentos). Ano: 1876-1889. Caixa sem numeração.

Dessa forma, é possível perceber as modificações que foram ocorrendo na capital, Teresina, por meio das ações realizadas pela Comissão de Socorros Públicos. As principais ações foram a atenção direcionada aos migrantes que chegavam, fazendo o intermédio entre as autoridades e os indivíduos, assim como os pedidos financeiros ao governo provincial que julgavam necessários e alocação dos recursos internos conforme julgassem apropriado. Francisco Bernardino Rodrigues Silva pontua, no periódico *A Imprensa*: “as comissões procederão em sua economia interna como melhor lhe parecer distribuindo convenientemente o serviço entre os seus membros, conferenciando-se e reunindo-se na ocasião mais oportuna”.¹²⁵

No entanto, apesar de receberem repasses financeiros do governo para manter suas operações, as Comissões não conseguiram atender a todas as demandas dos mais necessitados, divulgadas continuamente nos jornais locais, relatando que “a comissão de socorros desta capital precisando de oitocentas quartas de farinha, quinhentas ditas de arroz, duzentas ditas de feijão, duzentas ditas de milho, e de condução de 45 cargas dos mesmos gêneros [...] convida a quem quiser fazer o fornecimento[...].”¹²⁶

Durante o período de três anos da seca, o Piauí continuou a receber verbas, alimentos, medicamentos e roupas, na tentativa de amenizar os impactos. Um dos meios criados, devido à devastadora seca, após a extinção da Comissão de Exploração¹²⁷, foram as comissões de socorros públicos. A comissão era composta por Vigários, Juiz de paz, o coletor de renda e o delegado, ou seja, pessoas socialmente hierarquizadas. Cabe destacar que essas pessoas tiravam proveitos, favorecendo parentes, protegidos e até fazendo acordos de barganhas com os transportadores das comissões.

As notícias sobre a seca continuavam a percorrer o Piauí, conforme publicação do jornal *A Época*:

Seca – chamamos atenção do governo para os municípios de Príncipe Imperial e Independência.

Tendo sido os que mais sofreram as terríveis consequências da seca, já melhores dias lhe assomavam no horizonte pela comunicação direta que se achavam com a capital do Ceará, onde sempre houve abundância de víveres, apesar dos inqualificáveis desperdícios do Dr. José Júlio.

A varíola, porém, dizima atualmente a população daquela capital, impede ao mesmo tempo que os nossos patrícios de Príncipe Imperial e Independência cheguem até lá para se proverem de gêneros alimentícios de que carecem.

¹²⁵ SILVA, Francisco Bernardino Rodrigues. Instruções. *A Imprensa*, Teresina, p. 4, 21 ago. 1877

¹²⁶ ANÚNCIOS. *A Época*, Teresina, p. 4, 23 ago. 1877.

¹²⁷ A comissão de exploração, segundo Maria Mafalda Baldoíno (1991), foi a primeira intervenção de que se tem notícias no Império, em relação ao fenômeno da seca, no ano de 1853, o que legitimou, oficialmente, os estudos sobre fenômeno das estiagens. Essa comissão defendia a utilização da criação de açudes para o armazenamento de água, a necessidade de se melhorar os meios de transporte e comunicação, instalação de estações meteorológicas e a canalização das águas, ligando o rio São Francisco ao Jaguaribe.

Acha-se, portanto, cortada aquela comunicação que lhes ia minorando as desgraças que tem arrostado.¹²⁸

O cenário que se instalava pelas cidades, sobretudo Teresina, era de caos e agitação. Para além do crescimento populacional, violência e falta de gêneros alimentícios, as doenças e epidemias perpassavam o cotidiano daqueles indivíduos. Segundo Maria Mafalda Balduino Araújo, as doenças mais recorrentes no período eram febres intermitentes, renitentes biliosas, vermes intestinais, anemia, hidropisia, infecção no aparelho digestivo e, em maior número, a diarreia, decorrentes da ingestão de alimentos impróprios ao consumo humano, como, por exemplo, a massa de coco.¹²⁹ Era necessária uma política de combate às epidemias e doenças. Eram disponibilizadas e enviadas ambulâncias contendo medicamentos para os locais onde os migrantes estavam abrigados. A varíola e a febre amarela assombravam a população e não ficaram restritas à capital; atingiram também Parnaíba, Oeiras, Picos, entre outras, locais distantes da capital, impossibilitando o fluxo de ajuda no combate das doenças.

Esse cenário de caos demonstra a fragilidade em que os migrantes se encontravam, assim como as carências de que eram vítimas. Devido ao fluxo populacional que precisava de assistência, não era possível o atendimento de todos e muitos morreram devido à falta de tratamento ou mesmo por comer quaisquer alimentos impróprios que achassem. O fato de o Piauí se encontrar em um momento de crise econômica agravava a situação, sobretudo pela falta de alimentos.

A situação em que os retirantes migravam eram degradantes. Muitos não conseguiam chegar no destino proposto, pois morriam no caminho, fosse pelo excesso de cansaço, doenças ou fome. Em alguns casos, não poderiam percorrer caminhos longos, pois não tinham condições que assegurassem a complexidade da viagem. Manoel Domingos Neto e Geraldo Almeida Borges ressaltam que:

Grande parte dos que vinham ao Piauí se dirigiam, na verdade, ao Maranhão, Pará e Amazonas. Detinham-se em localidades piauienses apenas o tempo necessário para refazer suas forças, descansando da longa caminhada e buscando alimentação. Um contingente importante restava sem conseguir prosseguir viagem dada à debilidade física provocada pela fome e moléstias.¹³⁰

A situação foi agravada devido ao grande fluxo migratório, pois, constituindo-se como rota de descanso e abastecimento, os problemas não foram, no todo, decorrentes somente da

¹²⁸ SECA. *A Época*, Teresina, n. 38, p. 4, 21 dez. 1878.

¹²⁹ ARAÚJO, 1991, p. 48.

¹³⁰ DOMINGOS NETO; BORGES, 1987, p. 45.

seca. Devido à ligação entre as fronteiras do Maranhão e do Ceará com o Piauí, este se constituía como rota de migração, recebendo de ambas as províncias retirantes que buscavam meios de subsistência básicos. Diante do fluxo migratório, os retirantes que adentravam Teresina somavam-se aos tantos outros vindos do interior da província, multiplicando a sua quantidade na capital.

Nesse contexto, a constante chegada de indivíduos causava na elite teresinense muitos incômodos, pois os retirantes eram associados à marginalidade. Esse aspecto é percebido nas fontes oficiais produzidas pelas autoridades, que se preocupavam com a quantidade de retirantes, já que não havia subsídios suficientes para tantas pessoas, de forma que a escassez passou a ser algo recorrente na província. A situação era de miséria, afetando grande parte da sociedade, refletindo na falta de alimentos e roupas, ocasionando a insuficiência dos meios assistencialistas, que não conseguiam abranger a necessidade de tantos indivíduos.

As visíveis dificuldades, através de contingentes exacerbados de pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade, se tornavam cada vez mais explícitas nas petições, evidenciando que o governo local já não conseguia suprir tamanha demanda:

Pelo vapor ‘Conselheiro Paranaguá’ chegado a este porto, a 23 do corrente recebemos com officio do senhor inspetor [ilegível] na fazenda a quantia acima referida de cem conto de reis, e custa lembrar para que a importância de dois contos de reis recebida pela comissão já se achavam esgotadas e lutara ela com embaraço para socorrer as despesas de dia para dia crescente por causa do crescido número de emigrantes conta-se até hoje 2310.

Parte destas está acomodada em barracão que a comissão mandou construir, e outros por falta de agasalho [ilegível] o barracão fica pronto no dia 12 do corrente [ilegível]. E divididas em 52 quartas as quais se acham todos ocupados. Despendeu-se com esta obra a importância de 472\$400 reis tendo aplicado toda a economia e tido a vantagem de muitos auxílios particulares.

Não é [ilegível] o estado [ilegível] dos emigrantes [ilegível] que é certamente devido os maus tratos por qual vem passando com a emigração exposta ao regime do sol, da fome e de [ilegível], de sorte que chegando tem sido acometidos de febre de diversos caracteres contornando-se alguns casos graves.

O médico doutor Almir José de Araújo apresentou-se sempre voluntariamente ao tratamento, porém acaba de retirar-se, e suposto que o outro médico doutor Joaquim Eduardo da Costa Sampaio, continue a apresentar-se, todavia por ser só não pode acudir com pontualidade e prontidão os reclamos dos emigrantes dentre os que se acham aquartelados no barracão da cidade, porém em grande número dispersos por toda a parte e que muito dificulta o seu tratamento.

Tem sido crescido o receituário de forma que a pequena verba destinada para medicamentos aos pobres são tanto inefficientes.

Depois do que acabamos de expor a vossa excelência pedimos a vossa excelência que se digne dar providências para que seja a comissão habilitada em tempos com mais dinheiro para contermos as despesas a seu cargo pois quanto a quantia de cem conto de reis dentro em pouco tempo estará esgotada. Outrossim a comissão pede nessa a vossa excelência para lembrar em vista da

escassez que já temos de gêneros alimentícios pela grande exportação e de já cito a farinha a 100 reis o litro e não haver absolutamente feijão, nem milho, nem arroz, que vossa excelência dê suas ordens para que seja entregue a comissão algumas sacas de farinha, arroz e de feijão dos gêneros vindos ultimamente de Pernambuco [...].¹³¹

A correspondência anterior demonstra que os repasses governamentais não eram suficientes para cobrir todos os custos e muitas vezes recorria-se a doações privadas para tentar garantir o mínimo necessário para manter os migrantes vivos. Além da falta de alimentos e roupas, os repasses ao hospital para comprar remédios também não bastavam, e casos de doenças se tornaram frequentes, ocasionando epidemias, visto que os abarracamentos que serviam de abrigo provisório aos migrantes possuíam condições sanitárias precárias.

As documentações demonstram que a problemática foi se intensificando, ao longo dos três anos. Foram surgindo, então, ofícios do Governo Central com medidas para suprir de forma imediatista os adventos da seca. No momento em que ofícios, medidas e leis começaram a ser criadas para suprir os adventos da seca, essa passou a não mais se caracterizar pela falta de chuva, mas se tornou um assunto político, diretamente inserido nas pautas da câmara dos deputados, senadores e do parlamento brasileiro.

Para além das intervenções políticas, a seca tomou uma vertente social, modificando a vivência cotidiana na sociedade teresinense. O aumento populacional demonstra que a criminalidade se intensificou, ocasionando uma desordem, que foi analisada e problematizada por Araújo na obra *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*.¹³² Há um aumento considerável nas prisões, sobretudo por embriaguez, bem como por agressões e homicídios. Os furtos eram recorrentes devido ao contexto em que viviam os indivíduos, agravado pela constante falta de alimentos e pela má distribuição dos subsídios: “a vida miserável que gracejava o cotidiano dessas pessoas levava-as a recorrer a uma vida marginal como a da mendicância, do roubo ou da prostituição”.¹³³ Em decorrência de tais fatos, os retirantes eram vistos pela sociedade teresinense como vadios e marginalizados, daí a tentativa de afastá-los e isolá-los, no intuito de preservar o centro da cidade, para que os migrantes não atrapalhassem o desenvolvimento da cidade, assim como da província.

A mendicância tornou-se frequente devido ao fato de a assistência provincial não

¹³¹ APEPI. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (Requerimentos). Ano: 1876- 1889. Caixa sem numeração.

¹³² ARAÚJO, 2010.

¹³³ SANTANA, Márcia C. B. Assistência e combate às doenças, às epidemias e à loucura em Teresina em períodos de seca (1860-1920). In: ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA, MEMÓRIA, ORALIDADE E CULTURAS, 2014, Fortaleza. *Anais* [...]. Fortaleza: UFC, 2014. p. 6. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/encontrointernacionalmahis/anais/edicoes_anteriores.html. Acesso em: 30 set. 2021.

conseguir abarcar tantas pessoas. Uma das atitudes refere-se a pedidos em portas de igrejas e praças, na tentativa de ganhar alguma ajuda que aliviasse o estado degradante em que se encontravam. A criminalidade e a presença dos retirantes pela cidade ocasionavam o desconforto da elite, resultando em pedidos para aumento da segurança e policiamento pelas ruas. A elite teresinense se sentia amedrontada, pois não se sabia quem eram os indivíduos e nem de onde eles vinham, sendo necessário uma atenção rigorosa, considerando que não se tinha maiores informações sobre eles.

Nesse sentido, a perspectiva que se desenvolvia no discurso elitista referia-se ao trabalho contraposto à vadiagem. O trabalho servia como meio de ocupação e contribuiria para o andamento da província. Nesse período, a mentalidade sobre o trabalho foi ressignificada e passou de um instrumento necessário à subsistência para um atributo de pessoas honestas. Para ser considerado um cidadão de bem, era necessário, no mínimo, praticar algum tipo de trabalho. Sendo o trabalho um meio para resolução dos problemas de mendicância e vadiagem, alguns dos retirantes eram mantidos na capital exercendo atividades anteriormente restrita a escravos, assim como também eram mandados para outros locais, dependendo da necessidade de mão de obra. Muitos se dirigiram ao interior piauiense para a lida na pecuária e agricultura em fazendas particulares e foram alocados em núcleos coloniais.

Quando não eram alocados em obras públicas ou núcleos coloniais, muitos desses retirantes eram mandados para instituições, locais de isolamento e precariedade. Todos os esforços das autoridades significavam tentativas de afastamento dos considerados marginais e flagelados, para evitar que cometessem algum tipo de crime. Era necessário tirá-los das ruas e isolá-los, deixando-os longe dos olhares da elite local. Na concepção da elite, melhor seria o investimento nas instituições de isolamento do que distribuir esmolas aos indivíduos, pois, para além de resguardá-los, eles ainda sairiam de suas vistas e do centro da cidade.

Edson Holanda Lima Barboza, ao analisar os jornais, destaca que muitos dos retirantes eram denominados de “fósforo”, possuindo somente o nome nas relações e listas oficiais.¹³⁴ A ração, denominação dos gêneros alimentícios, era distribuída somente para o socorro de retirantes. Nesse contexto, a figura feminina se tornou mais efetiva nos saques, visto que a não participação direta dos homens acontecia pelo fato de a repressão a eles ser mais direta, com prisões e demissões das obras públicas, o que terminou por fazer da mulher um elemento central na busca de subsídios para sobrevivência da família.

¹³⁴ BARBOZA, Edson Holanda Lima. *A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884)*. 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. p. 90.

Os meios assistencialistas estavam mais próximos de medidas de isolamento do que propriamente de ajuda, algo denunciado pelos jornais, conforme noticiava *A Época*:

Manda encher os vapores da companhia dessa pobre gente e ordena que ela seja atirada na cidade de Parnaíba ou no porto de Amarração e depois... que se arrume.

Ali está pior que aqui, os recursos são mais escassos: será, portanto, fatal a sorte que espera essa pobre gente, que se trata de retirar desta Capital para ir morrer mais longe, fora das vistas do governo.¹³⁵

A denúncia demonstra a tentativa do presidente provincial em livrar-se dos corpos doentes, rebeldes e desvalidos, para que as calamidades acontecessem fora de suas vistas. Para além disso, havia os aproveitadores, acusados pelos jornais de colocarem preços abusivos em mercadorias. A população estava submetida aos preços exorbitantes que eram fatalmente elevados para tirar vantagens e lucros.

O Piauí, nesse cenário de caos, não conseguia recursos para sustentar tantos indivíduos, quadro esse que não era diferente em outras províncias do Norte, levando em consideração que durante o período a ideia de migrar se tornava uma saída melhor que a permanência. Sancho de Barros Pimentel, nos primeiros meses como presidente da província, no ano de 1878, tratou de promover a saída dos imigrantes para outras províncias, para que pudessem encontrar melhores condições e gêneros alimentícios. Para tal feito, ocorriam distribuição de passagens para que os retirantes pudessem sair do Piauí e migrar em direção a novas perspectivas.¹³⁶

A província do Ceará estava na mesma ou em pior situação e o recrutamento de imigrantes como operários de obras públicas tornou-se umas das medidas governamentais para afastar as multidões de flagelados das cidades, assim como no Piauí, enquadrando-se nas novas experiências que os migrantes adquiriam no decorrer de suas caminhadas. Essa linha de análise é observada por Tyrone Cândido, que aborda os trabalhos destinados aos migrantes através das comissões de socorros. Para que tivessem acesso aos meios assistencialistas, eram impostas condições na prestação de serviços em obras públicas – algumas ferrovias, entre elas as de Sobral e Baturité, foram construídas, em quase sua totalidade, pelos flagelados. A vertente de análise abordada por Cândido torna-se importante pelo fato de informar as “soluções”, através dos imigrantes, que a população cearense teve, sobretudo, para satisfazer os interesses da elite local.¹³⁷

Portanto, o Piauí não estava isolado nos acontecimentos. Pelo contrário, perpassou o

¹³⁵ O GOVERNO e os emigrantes. *A Época*. Teresina, n. 2, p. 4, 13 abr. 1878.

¹³⁶ ARAÚJO, 1991, p. 49.

¹³⁷ CANDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Proletários das secas: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

período e, como demonstra a análise do autor, nas províncias se tomavam as mesmas decisões referentes ao destino dos retirantes, sendo inerente a elas a utilização da mão de obra livre escravizada e explorada.

No decorrer dos três anos de seca, o Piauí não conseguia todos os recursos de que necessitava, a ponto de não receber mais nenhum tipo de ajuda do governo central. Isso resultou na intensificação da crise na província, assim como na prática de crimes, especialmente no interior do Piauí, pois, devido à seca, as autoridades administrativas não conseguiam proporcionar segurança de vida aos indivíduos, ocasionando assaltos aos moradores. O aumento da devassidão e do estado de miséria propiciou uma mudança nas relações da população rural, e de acordo com Araújo, resultou na formação de grupos de cangaceiros, que assaltavam tropeiros e fazendeiros. A população rural não estava satisfeita com essas condições, e muitos moradores ou agregados que viviam nas dependências dos coronéis, em decorrência do período de estiagem, recorreram às práticas de roubo. O banditismo foi utilizado como rota de fuga para livrar-se das condições miseráveis em que viviam.

Araújo explicita que os municípios mais afetados pela criminalidade foram: Teresina, Oeiras, Príncipe Imperial, Picos, Humildes, Pedro II e Jaicós. Ao analisar os dados, através dos documentos oficiais, ressalta que em 1878 o número de criminalidade estava em torno de 328 e em 1879 em 527, números significativos, se comparados aos anos anteriores.¹³⁸

Os meios assistencialistas de isolamento foram cobertos pelo discurso de caridade presente na época. A caridade das elites era publicada em jornais como forma de propagarem o discurso. Através da filantropia, legitimava-se o discurso humanista de ajuda e solidariedade, sendo utilizado como meio de restrição dos retirantes e tentativas de afastamento do povo da barbárie, mantendo, assim, a boa ordem social. O poder sobrepunha a pobreza e a dominava através do discurso marginalista.

No decorrer da análise pôde ser observado que, mesmo em condições degradantes, a pobreza não significa uma desestrutura, mas sim uma condição em que os pobres buscam meios que possibilitem a sua sobrevivência e a de seus familiares. São levados por sonhos que transformem o sofrimento em abundância, sendo as privações e necessidades obstáculos que precisam ser superadas, ao longo da jornada. Mesmos sendo amparados pelos meios assistencialistas da sociedade, necessitam de um engajamento social para saírem das margens da história. Buscando uma efetiva mudança de vida, percorrendo os caminhos da seca, procuravam lugares e terras desconhecidas, acreditando ser um lugar que lhes garantisse uma

¹³⁸ ARAÚJO, 1991, p. 52.

qualidade de vida.

3.2 Políticas intervencionistas em Teresina

Políticas públicas ou intervencionistas são ações práticas ou diretrizes fundamentadas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo, objetivando solucionar problemas gerais ou específicos da sociedade.¹³⁹ A partir desse conceito, as políticas intervencionistas direcionadas a calamidades decorrentes da estiagem somente tiveram início após o governo reconhecê-las como problema nacional e agir na tentativa de solucioná-las. Foi somente a partir da seca de 1877 a 1879, quando a mortalidade humana se tornou crescente, que houve a criação de instituições para sanar as problemáticas na cidade de Teresina.

A maior parte das políticas intervencionistas no Piauí, com sede na cidade de Teresina, decorreu do enfrentamento da seca. Pode-se constatar tal afirmação através de fontes e bibliografias sobre a temática. Como ressalta Joaquim Alves, o século XIX foi marcado pela presença de naturalistas que percorreram os sertões nordestinos, desde as primeiras décadas, coletando um rico material informativo, dos quais atualmente podemos colher dados, interpretações e análises dos fatos históricos decorrentes das crises climáticas.¹⁴⁰

Durante sessão parlamentar de 1º de junho de 1877 foi relatado a Lei de 1860, a qual designava uma reserva de recursos para socorros públicos, ou seja, um dinheiro reservado para ocasiões decorrentes de secas, pestes, fome ou inundações. Nas palavras do parlamentar, Sr. Silveira da Motta:

– Sim, a lei de 1860, que inclui pela primeira vez como matéria de créditos suplementares os socorros públicos. Depois, na tabela, tem-se consignado sucessivamente como motivo para socorros públicos até a seca, a fome, a peste e as inundações, como se isto fosse objeto de socorros ordinários, como há pouco disse o nobre ministro da fazenda e o nobre senador apoiou. Os socorros públicos definidos nas tabelas compreendem aqueles que não podem ser previstos de maneira alguma, e que, portanto, só podem pertencer à classe de créditos extraordinários. Como se quer dizer agora que esses socorros públicos que fazem matéria de créditos suplementares são somente os socorros públicos ordinários? O que é socorro público ordinário? É direito para o governo erigir em matéria de perigo ou necessidade pública qualquer acontecimento [...].¹⁴¹

Desse modo, anos secos se faziam recorrentes nas regiões norte do país. Através dos registros, pode-se constatar que a política intervencionista no Piauí nos anos de 1877 a 1879 foi

¹³⁹ HEIDMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. *Políticas públicas e desenvolvimento*. Brasília: UnB, 2006. p. 23-39.

¹⁴⁰ ALVES, Joaquim. *História das secas* (século XVIII a XIX). Fortaleza: Edições do Instituto do Ceará, 1953.

¹⁴¹ BRASIL. *Anais do Império brasileiro*. Rio de Janeiro, v.5, p. 156, 1877.

de caráter assistencialista, através de instituições responsáveis pela distribuição de alimentos, medicamentos, roupas e trabalho. Como exemplo, citamos a Comissão de Socorros Públicos e os núcleos coloniais, através da Lei nº 589, de 9 de setembro de 1850,¹⁴² que autorizavam o governo central a fazer gastos com epidemias e calamidades públicas ou qualquer problema dessa natureza, tendo somente que prestar contas ao Poder Legislativo.

Foi a partir desse período que os meios de ajuda aos necessitados tomaram outra forma. A caridade não mais era prática exclusiva da igreja e instituições afins, pois a situação era de calamidade pública, exigindo uma intervenção política por meio de leis e distribuição de verbas públicas. A estiagem passava a ser vista como fenômeno de intervenção econômica, o que, posteriormente, será mais utilizada como oportunismo do que como filosofia social. A partir disso, a intervenção do estado imperial frente ao fenômeno criou uma política qualificada como “indústria da seca”.¹⁴³

A má utilização das verbas destinadas às calamidades públicas se fazia tão recorrente que, durante uma sessão parlamentar em 1877, foi discutido o valor e os momentos em que o dinheiro poderia ser aplicado: “discussão da proposição da câmara dos Srs. deputados n. 127 do corrente ano, autorizando o governo a despender até a quantia de 2:000\$000 com socorros às províncias flageladas por seca ou inundação”.¹⁴⁴ Ao limitar a quantia, objetivava-se um controle na utilização das verbas imperiais frente às calamidades.

Entretanto, a falta de chuva ocasionava movimentos migratórios que causavam repercussão e mudanças sociais nos locais em que os retirantes se assentavam, como é o caso de Teresina, pois o contingente de pessoas se tornou crescente, diminuindo a quantidade de alimentos na cidade. Por outro lado, com a entrada dos retirantes, o problema passou a ser visto de modo mais intenso pelo Governo Provincial, que se via obrigado a despender mais recursos para suprir toda a população. Os deslocamentos sociais causaram devastações em diversas províncias, como é o caso do Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí. Particularmente, no Piauí, a estiagem atingiu diretamente as regiões limítrofes com Ceará e Pernambuco, como é o caso de Príncipe Imperial e Independência, atualmente municípios pertencentes ao Ceará.

Segundo Araújo, não foi encontrado até o momento documentos que apontem a quantidade exata de retirantes que chegaram ao Piauí. O que se sabe é que algumas cidades e

¹⁴² ARAÚJO, 1991, p. 67.

¹⁴³ Termo utilizado para designar a estratégia de alguns políticos que aproveitam a tragédia da seca na região Nordeste do Brasil para ganho próprio.

¹⁴⁴ BRASIL. *Anais do Império brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 5, p. 160, 1877.

vilas tiveram o número populacional aumentado, podendo ser observado em registros, como por exemplo os hospitalares.¹⁴⁵ A população se encontrava mais ao longo dos rios São Francisco, Parnaíba, Vale do Cariri e do litoral nordestino na busca pela sobrevivência. Entretanto, pode-se observar que houve uma maior concentração no Piauí, visto que muitos dos imigrantes terminavam sua jornada, por não terem mais condições físicas para prosseguir viagem, atacados pela fraqueza da fome e epidemias, seguiam a orientação de engajarem-se em obras públicas ou núcleos coloniais, para evitar a aglomeração na capital.

No entanto, a política intervencionista foi falha, o que, segundo Roger Cuniff, se deve especificamente a quatro fatores:

1. A previdência fiscal do governo conservador que, inicialmente, reduz a competição dos presidentes das províncias e introduz elevado grau de rigidez a plano assistencial.
2. O próprio interesse da província no uso da seca, a fim de obter dinheiro público do Império, para frentes de serviços e aos beneficiários;
3. O espaço onde nasce a seca nordestina era bastante forte para dar causa a vultuosos gastos, porém fraco demais, para criar uma coordenação regional da seca.
4. Um governo liberal que, vindo a fortalecer o espaço da seca, tão preocupado com a reforma da estrutura do Império, falhou no método de administrar os recursos.¹⁴⁶

No entanto, mesmo o Governo Central sendo avisado pelos presidentes de Província, o socorro só chegou meses depois. Segundo Araújo, discussões sobre a temática eram recorrentes no Senado, sobretudo em relação a denúncias relativas a esse problema.¹⁴⁷ Na província do Piauí, os recursos só chegaram em agosto de 1877, através de ofício expedido pela presidência da tesouraria de fazenda. Desse modo, durante os três anos consecutivos sem chuvas, o Piauí continuou a receber verbas, alimentos, roupas e medicamentos destinados aos retirantes.

A ajuda não veio somente do Governo geral, mas também de províncias que queriam ajudar a minimizar os efeitos da estiagem na sociedade piauiense. Alarico José Furtado, presidente do Maranhão, através de ofício ao Ministério dos Negócios, destinado ao presidente do Piauí, declarou enviar crédito de noventa e cinco contos de réis para ocorrer o pagamento das despesas com socorros das vítimas, algo que possibilitou a distribuição de mais ajuda, já que a liberação através do Governo Central costumava ter uma demora significativa.

Para além da demora na distribuição de verbas, o Piauí sofria com a falta de comunicação que permitisse uma rápida passagem dos meios de ajuda, pois somente dispunha,

¹⁴⁵ ARAÚJO, 1991, p. 40.

¹⁴⁶ CUNIFF, Roger. The birth of the drought industry: imperial and provincial response to the great drought in northeast Brazil, 1877/1880. *Revista de Ciências Humanas*, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 65-82, 1975. p. 66-67.

¹⁴⁷ ARAÚJO, 1991, p. 69.

no momento, do Porto de Amarração – atualmente a cidade de Luís Correia. Apenas um porto não era suficiente para transportar subsídios que diminuíssem a necessidade dos retirantes, desse modo os atrasos eram recorrentes e inevitáveis. Araújo ressalta que:

Diante da expectativa criada, os nordestinos procuravam, por todos os meios, ampliar a aplicação do fundo de emergência. Embora o Ministério do Partido Conservador nunca tenha proposto mais do que uma distribuição de alimentos as comissões locais das províncias, por trás desta situação, agrupavam-se os interesses das províncias, sobretudo, de Pernambuco e Ceará, pela oportunidade de concluir os grandes projetos iniciados nos prósperos anos de 1860. Os empresários, desesperados, viram, nas grandes massas dos flagelados da seca uma mão de obra abundante e barata e a ocasião de canalizar os fundos econômicos do Império para seus projetos.¹⁴⁸

Dentro desse contexto, a justificativa para exploração dos migrantes se constituía através do discurso, sobretudo, na idealização do trabalho, pois os recursos destinados a eles não era um direito, mas privilégio, que deveria ser ganho através do engajamento nas obras públicas. Desse modo, a utilização do período de calamidade como forma de barganha foi algo recorrente na história do Piauí, sendo uma constante relação de poder em meio à pobreza, utilizando-se desta como forma de enriquecimento próprio, principalmente por parte da elite política local.

Durante os três anos de seca, o socorro aos retirantes, através das verbas imperiais destinadas às províncias assoladas pela calamidade, ultrapassou a arrecadação, até mesmo nos melhores anos normais de colheita. Não somente o poder político lucrou com a seca, mas também comerciantes urbanos. Os gêneros alimentícios destinados aos retirantes foram, grosso modo, desviados e colocados em comércios para serem vendidos a preços exorbitantes. Tal fato foi gravemente denunciado nos jornais, como tentativa de chamar atenção da administração provincial para que tomasse alguma atitude sobre o referido problema.

Apesar de ser oferecido trabalho, os retirantes não estavam totalmente satisfeitos, pois o engajamento nas obras estava distante de ser algo espontâneo e benéfico. Os trabalhos eram constituídos de rotinas exaustivas e disciplina intensa, como também os trabalhadores eram assolados pela falta constante de subsídios básicos, como água e comida, sendo os alojamentos aglomerados de pessoas expostas a doenças e desconforto. Muitos desses problemas contribuíam para que alguns retirantes recusassem o trabalho. É importante ressaltar que o trabalho oferecido pelas comissões de socorros, para além do discurso de caridade, idealizava o trabalho como algo realizado pelo cidadão de bem, sendo a falta de trabalho própria do

¹⁴⁸ ARAÚJO, 1991, p. 71.

vagabundo ou mendigo. Nesse sentido, afirma Cândido que:

A promoção do trabalho nas obras de socorros públicos encontrou, dessa forma, a renitente oposição dos retirantes que, a cada situação enfrentada no dia a dia dos tempos de seca, se revelavam como uma composição de gente agitada e resistente. Por diversos meios, os imigrantes das secas contrapunham os esquemas de controle criados pelas autoridades suas próprias convicções acerca do que julgavam que deveria prevalecer enquanto socorro aos pobres. A cada situação vivida nos tempos de estiagem – nas retiradas por estradas, vilas e cidades, nos momentos de embarque em vapores, nas jornadas dos abarracamentos improvisados, na formação das turmas de operários em cidades, ferrovias e açudes, nas horas dos pagamentos... – os grupos de retirantes faziam pressão sobre agentes de socorros, chefes de turmas, engenheiros, policiais, interferindo de diferentes modos na dinâmica dos sistemas de assistência montados. Valendo-se de suas formas cotidianas de resistência, desviavam como podiam os mecanismos de controle através de um complexo jogo de forças com as autoridades.¹⁴⁹

No Piauí, contudo, o engajamento nos núcleos coloniais inicialmente foi mais proveitoso do que nas obras públicas. Durante os três anos sem chuvas, os meios intervencionistas de socorros eram exercidos pelo Governo do Piauí, em alguns momentos por liberais, e outros por conservadores, mas sempre feitos de forma conjunta com proprietários rurais que obtinham inúmeras vantagens com a mão de obra barata dos migrantes. Os benefícios eram tantos que proprietários de fazendas sugeriram ao Governo a criação de núcleos coloniais em suas propriedades para abrigar os retirantes. No entanto, os núcleos ficariam sobre a administração dos proprietários e os custos seriam responsabilidade do Governo, ou seja, os fazendeiros conseguiam o benefício de receber muitos trabalhadores, mas não assumiam a responsabilidade com gastos e pagamentos. A partir disto, surgiram discursos ligados à idealização do trabalho, pois os migrantes que preferissem ficar nas cidades praticando mendicância eram considerados marginais.

As questões entre Piauí e Ceará iam além da passagem de retirantes entre as duas províncias. Durante a 13ª sessão parlamentar do dia 25 de junho de 1877, na “1ª discussão do projeto, letra – F – do corrente ano, autorizando o governo para despender até a quantia de 400:000\$ em trabalhos públicos da província do Ceará”¹⁵⁰, resultou numa discussão acalorada entre os defensores do projeto e o Marquês de Paranaguá. O senador João Lustosa da Cunha Paranaguá foi deputado na Assembleia Geral pela província do Piauí, em cinco legislaturas consecutivas, entre 1850 e 1864. Na citada sessão, o Marquês de Paranaguá critica a distribuição do valor, afirmando que não é somente a província do Ceará que sofre com as

¹⁴⁹ CANDIDO, 2014, p. 21.

¹⁵⁰ BRASIL. *Anais do Império brasileiro*. Rio de Janeiro, 1877. p. 219. v. 5.

calamidades da seca. Ressaltava que “a seca está causando grandes estragos no Piauí, nessas partes em que ela é limítrofe com as províncias referidas; urge que o governo envie socorros aquela província que, parece, está esquecida senão abandonada”.¹⁵¹

O Marquês de Paranaguá destacava, ainda, que era necessário colocar em debate os efeitos causados pela seca no Piauí, pois “esse descalabro chegou a tal ponto que nem os juros da dívida provincial podem ser pagos. Os credores exigem o pagamento, e o governo provincial não tem meios para fazer face a esse compromisso de honra”.¹⁵² Decerto que as reclamações do Marquês estavam diretamente relacionadas ao fato de que “a riqueza principal da província, a criação de gado, por muitas circunstâncias, ultimamente agravadas pela seca, vai em grande decadência, definha e morre”.¹⁵³ Ou seja, a estiagem afetou diretamente o principal meio econômico da província, acarretando crise no sistema.

É indispensável, pois, que o governo vá em auxílio do Piauí. Porque aquela província não brada como a do Ceará, porque não se organiza em seu favor uma comissão central subdividida e estendendo-se como uma rede nesta grande superfície, não se segue que ela, assim como a do Rio Grande do Norte, a da Paraíba e o sertão de Pernambuco, não sofra muito.¹⁵⁴

Para ratificar as reclamações apresentadas na sessão parlamentar, o Marquês de Paranaguá levou como evidência uma carta que recebera de um amigo, na qual apresentava as queixas das calamidades que estavam assolando a província:

Um amigo escreveu-me as seguintes palavras (lendo): ‘A seca muito mal nos vai causando nos limites com o Ceará. O município do Príncipe Imperial ficará arrasado. Dizem-me de lá: – neste vale não há mais plantação, não existe um pé de capim; estamos perdidos, porque esta seca foi a maior de quantas se tem notícia’.¹⁵⁵

Posteriormente, o Marquês de Paranaguá ainda se referiu a uma outra carta particular que havia recebido da província, relatando a situação calamitosa e devastadora da família de um juiz de direito que já havia falecido: “[a viúva do Dr. José Coriolano] se acha ali com suas cinco filhas, quase nua e morta de fome”. A situação da mulher era de tamanha pobreza que “não poderá arredar-se para parte alguma”. Ainda informava na carta que “meus filhos estão nus, não tem duas mudas; choram de fome, e de fome eu e eles morreremos. Isto me tem acabrunhado muito”. Desse modo, o Marquês exigia:

¹⁵¹ BRASIL. *Anais do Império brasileiro*. Rio de Janeiro, 1877. p. 219. v. 5.

¹⁵² BRASIL. *Anais do Império brasileiro*. Rio de Janeiro, 1877. p. 219. v. 5.

¹⁵³ BRASIL. *Anais do Império brasileiro*. Rio de Janeiro, 1877. p. 219. v. 5.

¹⁵⁴ BRASIL. *Anais do Império brasileiro*. Rio de Janeiro, 1877. p. 219. v. 5.

¹⁵⁵ BRASIL. *Anais do Império brasileiro*. Rio de Janeiro, 1877. p. 219. v. 5.

Socorros, ao menos os públicos, devem estender-se e repartir-se igualmente por todas essas províncias que gemem, e não somente pela que tem atraído mais a atenção, porque soube encaminhar para si toda a torrente dos benefícios. Em verdade muito tem sofrido a província do Ceará e é digna de toda contemplação, de toda comiseração, de todo auxílio; mas também de todo auxílio são dignas as outras províncias irmãs, que estão sofrendo os mesmos rigores.¹⁵⁶

As intervenções do estado se faziam cada vez mais necessárias e eram cobradas, tendo em vista a situação que a província se encontrava. A partir dos discursos na sessão parlamentar do senado, fica evidente que o problema da seca se tornou algo devastador que necessitaria de uma intervenção imediata, com envio de recursos cada vez maiores. Porém, cabe ressaltar que anterior à entrada dos retirantes, já havia notícias sobre pessoas consideradas “marginais” pelas autoridades locais, indivíduos que viviam em mendicância, não sendo bem-vistos pela elite, pois representavam atraso social e tiravam a beleza dos centros. Os retirantes que adentravam o Piauí somavam-se a essas pessoas, fazendo com que o cenário de miséria fosse agravado. Como destaca Francisco Gleison da Costa Monteiro:

A propósito dessa população flutuante e anônima que rondava internamente a província do Piauí, a partir de 1877 a situação agravava-se, somam-se a estes os migrantes. Foi impossível controlar essa gente, pois, além do baixo contingente policial, as migrações eram internas e externas.¹⁵⁷

Entretanto, mesmo com os contingentes populacionais, as mendicâncias e os demais problemas advindos dos anos secos, não se evitou uma outra perspectiva sobre a situação. Em sessão parlamentar dos senadores do Império, do dia 20 de junho de 1879, houve discussões sobre os socorros públicos destinados ao Piauí. O reclamante da sessão, Sr. João Alfredo Correa de Oliveira, político abolicionista, que foi Ministro dos Negócios do Império, relatou que chegou ao seu conhecimento os moldes de governo do novo presidente do Piauí, João Pedro Belfort Vieira. Este fazia parte do grupo liberal, enquanto Correa pertencia ao grupo de conservadores.

“O ato a que me refiro é este: o presidente da província do Piauí promove a fundação de um hospital de caridade no lugar Vassouras, distante da capital duas léguas, para recolher os retirantes doentes”.¹⁵⁸ Essa construção, assim como outras obras públicas, segundo Correia, seria feita com o pretexto dos socorros públicos, ou seja, um aproveitamento indevido do dinheiro destinados às calamidades da seca. Neste caso, seria necessário comprovar os gastos com as calamidades. O senador relata ainda, que a província do “Piauí mande, com os seus

¹⁵⁶ BRASIL. *Anais do Império brasileiro*. Rio de Janeiro, 1877. p. 219. v. 5.

¹⁵⁷ MONTEIRO, 2016. p. 140.

¹⁵⁸ BRASIL. *Anais do Império brasileiro*. Rio de Janeiro, 1879. p. 205. v. 6.

recursos, construir casas de caridade; mas, se não estou mal-informado, já existe uma casa de caridade criada pela província na capital do Piauí”.¹⁵⁹ O senador insistia que o presidente informasse se existia ou não uma casa de caridade na capital, pois as despesas estavam saindo do cofre geral e não dos gastos da própria província.

Para rebater as acusações, ainda na mesma sessão, o Marquês de Paranaguá saiu em defesa da província de suas raízes familiares:

Por ora é antecipar juízo, não tem base, não se sabe o que se está fazendo. O Piauí é a província onde menos se tem gasto pela verba – Socorros públicos – quando nas outras províncias se tem despendido apenas de 500 a 600 contos, entretanto que nas imediações da cidade estão 17 mil retirantes que são socorridos com quantias muito módicas, em cujo dispêndio há todo o zelo e severidade da parte dos encarregados do governo. Não tem havido esbanjamento.¹⁶⁰

O problema com gastos e medidas de auxílio para as vítimas da seca sempre despertou efervescentes debates nas sessões parlamentares, assim como notícias veiculadas nos jornais. Entretanto, não se teve uma medida decisiva que conseguisse sanar o problema, pois todas as soluções encontradas foram de cunho imediatista, gerando resultados parciais. Isso pode ser percebido através do discurso do senador Alfredo Correa de Oliveira:

O governo deve tomar medidas decisivas em relação às despesas com socorros públicos por motivos da seca; as que tem tomado apenas servem para abrandar a voz da consciência; não trazem resultados práticos. O ex-ministro do Império expediu um aviso no intuito de que se limitassem as despesas; não teve efeito algum. O nobre ministro da fazenda procurou restringir a despesa com socorros públicos às proporções que deve ter; mas também o seu aviso não tem passado de letra morta. É indispensável uma medida decisiva.¹⁶¹

Todas as medidas objetivavam fortalecer a economia da região. Entretanto, essas propostas foram frustradas, pois era a concretização imediata que servia de base para a orientação das políticas de combate aos anos de estiagem.¹⁶² Na verdade, segundo Araújo, as secas anteriores às de 1877 a 1879 não foram tão graves que gerassem preocupação nacional. As discussões permaneciam em níveis locais e não provinciais. Foram esses anos secos que constituíram motivo de preocupação nacional, as mudanças no enfrentamento da situação ocorreram em virtude de “enormes proporções da calamidade, agravada para elevada taxa demográfica da região assolada pela seca e por seu total despreparo para enfrentar a grande

¹⁵⁹ BRASIL. *Anais do Império brasileiro*. Rio de Janeiro, 1879. p. 205. v. 6.

¹⁶⁰ BRASIL. *Anais do Império brasileiro*. Rio de Janeiro, 1879. p. 206. v. 6.

¹⁶¹ BRASIL. *Anais do Senado do Império brasileiro*. Câmara dos Srs. Senadores. Ano de 1877, livro 7. 35ª sessão em 1 de agosto de 1877. p. 105.

¹⁶² ARAÚJO, 1991.

seca”.¹⁶³

Durante os primeiros meses do ano de 1877, o governo imperial foi avisado sobre a questão da seca, principalmente através dos presidentes da província. O senador Jaguaribe, ao discutir a situação em que se encontravam as províncias do Norte, evidencia que:

O SR. JAGUARIBE: – Sr. presidente, ontem pedi a palavra para dirigir ao Senado um requerimento; mas, como existiam na mesa pareceres de algumas comissões e mereciam preferência, deixei de apresentá-lo.

Tinha, entretanto, alguma pressa em fazê-lo, porque ele versa sobre as calamidades debaixo de cuja pressão se acham as províncias do norte, flageladas, infelizmente, pela seca; solicitando informações sobre as providências tomadas pelo governo para ocorrer aquela enorme calamidade e aproximando-se o dia da saída do vapor do norte, parecia-me, de toda conveniência que por este vapor seja o público daquelas paragens informado acerca das providências tomadas pelo governo ou se não tiverem ainda sido adotadas, infelizmente para as populações acometidas do flagelo, aproveite ainda o governo este mesmo vapor para enviá-las.

Os clamores levantados pelas vítimas da seca nessas províncias não são desconhecidos a ninguém no Brasil; eles têm transposto o oceano e feito eco em países estrangeiros, que, condoídos do sofrimento, manifestam desejos de vir em auxílio daqueles que tanto padecem.

Quando, pois, até no estrangeiro, esses clamores têm ressoado, não será de mais que no próprio país eles se levantem com mais força e ecoem em todos os ouvidos, sobretudo nos daqueles que tem obrigação de tomar providências a respeito.

Levantando-me para fazer o meu requerimento, acredito que venho em auxílio do governo, em cujas boas intenções devo acreditar e confiar.

E devo, Sr. presidente, confiar tanto mais quanto vejo que a Augusta Regente, atual chefe do Estado, se tem mostrado pessoalmente incansável em acudir às vítimas. Abstraindo dos recursos, de que pôde o governo lançar mão, ela não se dedigna de pôr-se a testa do movimento caritativo, de pôr si mesma promover concertos e leilões de objetos de que possam provir socorros, certa como está, de que a caridade brasileira jamais é invocada em vão.

A caridade, senhores, com efeito tem acudido a esse reclamo com tanta efusão; que é força que todos aqueles que se interessam pelo alívio de tais sofrimentos, sejam solícitos em render-lhe gratidão, como eu faço neste momento em nome desses infelizes. A população do Rio de Janeiro a este respeito tem sido tão magnânima que a sua generosidade está acima de todo o louvor.

Sr. presidente, o meu requerimento versa especialmente sobre as providências que o governo tomou ou pode ainda tomar a respeito da emigração em massa, que em algumas das províncias do norte se tem desenvolvido, emigração que tem sido acompanhada de misérias e sofrimentos, que não podem ser indiferentes ao coração de nenhum mortal e principalmente dos brasileiros. Consta por cartas, por notícias dos jornais, que nessa emigração em massa dão-se quadros lamentáveis, dão-se mortes a pura fome, sem que nenhum recurso possa evitar desgraças tais.

Ora, senhores, quando é sabido que o governo do Brasil despense somas consideráveis na aquisição de colonos, na aquisição de braços, de que em verdade o nosso país muito precisa, dói dentro d’alma, não pode deixar de excitar clamores, que não se tomem providências para evitar que brasileiros,

¹⁶³ ARAÚJO, 1991, p. 68.

que braços úteis, que braços reconhecidamente laboriosos, pereçam à fome por falta de auxílios.¹⁶⁴

O discurso, na íntegra, demonstra uma preocupação profunda, principalmente no trecho que relata que as notícias já atravessaram o oceano e chegaram a outros países. Talvez esse seja o ponto central, no qual a seca vigente no período de 1877 a 1879 tornou-se uma calamidade nacional, necessitando de intervenção pública. As palavras do senador trazem ao debate muitas questões pertinentes para se pensar no assistencialismo direcionado aos migrantes da seca – no caso específico desta pesquisa, na cidade de Teresina. Era necessário destinar de forma imediata recursos que pudessem sanar essa problemática. Uma das principais providências governamentais foi exposta na circular lançada no dia 14 de outubro de 1877. No seu parágrafo 3º, o referido documento determinava que as verbas fossem destinadas para as províncias mais atingidas pela seca. Posteriormente, o ofício 3.041 do Ministério dos Negócios do Império ao Presidente da Província do Piauí declara:

A V. Exa., em solução dos ofícios n°s 34 e 14 de 12 de agosto de julho último dessa presidência e da tesouraria da fazenda, que pelo crédito extraordinário do Decreto Legislativo n° 2726 de 27 de junho próximo passado, fica aprovado o de cinco contos de réis 5.000\$000, abertos sob responsabilidade dessa presidência, a fim de ocorrer a compra de gêneros alimentícios destinados a pobreza desvalida, flagelada pela seca; o que V. Exa. fará constar a referida tesouraria.¹⁶⁵

As providências não pararam e o Piauí continuou a receber verbas destinadas à compra de alimentos, medicamentos e roupas. Entretanto, as ajudas começaram a vir não somente do Governo imperial, mas também de outras províncias que queriam ajudar nas calamidades, como foi o caso do Maranhão. Consta no ofício 2.165 do Ministério dos Negócios do Império:

Declaro a V. Exa. que ficam aprovados pelo crédito extraordinário de que trata o decreto n° 6.950 de 28 de junho de 1878, os que na importância de noventa e cinco contos de réis 95:000\$000 foram abertos sob responsabilidade dessa província por atos daquelas datas para ocorrer ao pagamento das despesas com socorros as vítimas da seca.¹⁶⁶

O assunto da seca se tornou cada vez mais frequente no meio parlamentar e nas notícias de jornais. Como mencionado, a cidade de Teresina se constituiu como um local de abrigo para os pobres migrantes advindos de outras regiões, que formavam um grande contingente.

¹⁶⁴ BRASIL. Anais do Senado do Império brasileiro. Câmara dos srs. Senadores. Anno de 1877, livro 7. 35ª sessão em 1 de agosto de 1877. p. 65.

¹⁶⁵ BRASIL. Ministério dos Negócios do Império ao Presidente da Província. *Ofício 3041*. Rio de Janeiro, 28 ago. 1877.

¹⁶⁶ BRASIL. Ministério dos Negócios do Império ao Presidente da Província. *Ofício 2165*. Rio de Janeiro, 10 jul. 1878.

Teresina ainda estava nos seus anos iniciais, em processo de construção. Contudo, o centro da cidade, onde se localizavam os estabelecimentos comerciais, se constituía como o local muito frequentado pela elite teresinense em busca de produtos mais caros e mais finos. Ali ficavam as ruas mais cuidadas de toda a cidade.

No entanto, com o rápido inchaço populacional, a capital piauiense transformava-se em “uma miserável aldeia abandonada”.¹⁶⁷ A cidade era pobre, pequena e ainda estava longe de possuir os requintes civilizados, conforme fora idealizada. Ao desviar o olhar do centro da cidade, é possível perceber o que não estava visível, ou seja, pontos de cidade que se queriam esconder. Segundo o jornal *A Pátria*, no artigo intitulado “A Capital”: “Suas ruas e praças são cobertas de alto e espesso mato, todas cheias de buracos enormes, de verdadeiros grotões, onde a gente sente medo de afogar-se em uma noite escura e chuvosa”.¹⁶⁸

O subúrbio da cidade era composto de ruelas e casas cobertas de palha, onde moravam famílias pobres. Esse tipo de habitação irregular era proibido e, segundo a postura municipal, não devia ser construída dentro do quadro da décima urbana, espaço delimitado como o centro da cidade. As péssimas condições em que as pessoas viviam foram agravadas com a chegada dos migrantes, que aumentou ainda mais a construção de casas irregulares. Por tal situação, culpavam-se governantes, acusados de falta de sentimento e de caridade.

O crescimento populacional, advindo das migrações, ocasionou uma massa de pessoas que não possuía condições físicas para trabalhar, visto que percorriam longos caminhos sob o sol e não tinham alimentação mínima, sendo que o número de mortos em decorrência de doenças e da miséria não era pequeno. Somente uma parte conseguia trabalhar casualmente nas obras públicas. Era notória a diferença entre os que trabalhavam e os que não conseguiam trabalhar, pois os últimos viviam de caridade, mendigando pelas ruas.

Desse modo, a cidade de Teresina, desde o seu projeto de urbanização durante o século XIX, começou a disciplinar seus habitantes, quanto à organização da vida urbana. A chegada dos migrantes durante os três anos de seca provoca uma frequente manifestação de terror com relação ao crescimento populacional e o aumento de crimes pela cidade. Teresina vivenciava relações de confrontos e conflitos, vinculados ao aumento da população, da pobreza e da criminalidade. Diante disso, é necessário abordar algumas instituições e meios assistencialistas criados para lidar com a situação caótica em que a cidade se encontrava. É interessante questionar se as instituições criadas foram de cunho assistencialista, com viés caridoso, objetivando ajudar os milhares de migrantes a suprir suas necessidades básicas, como a fome,

¹⁶⁷ BATISTA, Jônatas. *Poesia e prosa*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985. p. 183.

¹⁶⁸ JOÃO, Joaquim. Os costumes. *O Democrata*. Teresina, n. 173, p. 3, 22 ago. 1894.

ou se foram constituídas como um sistema de controle dos corpos.

A seguir, serão abordadas três instituições de auxílio aos degredados da seca, a fim de verificar como a cidade de Teresina lidou com a situação ao longo dos anos de seca e a partir da chegada dos migrantes. Primeiramente, trataremos dos núcleos coloniais que utilizavam a mão de obra migrante para o trabalho nas fazendas. Posteriormente, abordaremos a Comissão de Socorros Públicos, que surgiu para atender os clamores dos retirantes.

3.2.1 Núcleos coloniais

Os núcleos coloniais se constituíram como uma das ações de combate aos advenços da seca e as intensas migrações para Teresina. Durante o governo de Sancho de Barros Pimentel (1878), o presidente provincial aderiu à ideia de criação dos núcleos coloniais como medida vantajosa para evitar as aglomerações de migrantes na cidade e de conseguir empregá-los nas plantações de algodão, do fumo, cana-de-açúcar e nas lavouras de subsistência. Os migrantes foram distribuídos em sete núcleos, dos quais se destacam: Sítio, Lagoa da Mata, Felicidade, Guandu, Deserto, Santa Filomena e Santo Antônio. Soma-se o total de 16.282 migrantes, dos quais 1.479 se evadiram, excluindo-se os óbitos que não foram contabilizados.¹⁶⁹ A informação foi noticiada pelos jornais, como é o caso da matéria intitulada “Imprevidência regeneradora”, no jornal *A Época* do dia 1º de novembro de 1878:

O governo provincial, com intuito de socorrer os emigrantes, criou os núcleos nas matas próximas a esta cidade sob a direção de diversos proprietários de terras, alguns dos quais, baldos de recursos próprios, não podem adiantar por conta dos subsídios do governo o quantitativo indispensável a alimentação dos infelizes colonos sob sua guarda. A diária de 160 réis para cada colono, além de insuficiente para sua subsistência, atenta os preços fabulosos de que gozam os gêneros de primeira necessidade, deixa ao nucleiro o lucro estipulado entre este e o governo, e mais aquele que sua avareza exige; pelo que é fácil de prever-se a vida que levam aqueles desgraçados, filhos de uma estrela infeliz e mesquinha.¹⁷⁰

Os núcleos coloniais possuíam contratos extensos que regulamentavam a contratação e os pagamentos aos migrantes. O jornal *A Imprensa* trouxe na íntegra um contrato com o termo de contratações com o capitão João do Rego Monteiro para a formação de um novo núcleo. O acontecido foi proposto durante reunião na Secretaria de Polícia, que, segundo a notícia, ocorreu da seguinte maneira:

Aos vinte dias do mês de dezembro de 1877, nesta cidade de Teresina, capital

¹⁶⁹ ARAÚJO, 2010, p. 107.

¹⁷⁰ IMPREVIDÊNCIA regeneradora. *A Época*, Teresina, n. 31, p. 1, 1 nov. 1878.

do Piauí, na Secretaria de Polícia, onde se achava reunida a comissão de socorros nomeada pelo o Exmo. Sr. Presidente da província para receber emigrantes do Ceará e de alguns municípios do Piauí que estão sendo assolados pela seca, que arduamente devasta as províncias do Norte, dar-lhes os auxílios e acomodações de que carecem, composta dos Srs. José Furtado de Mendonça, chefe de polícia interino, tenente-coronel Odorico Brasilino de Albuquerque Rosa, major Antônio Jose de Araújo Bacelar e capitão Silvestre Ferreira Torres, sendo ali também presente o capitão João do Rego Monteiro, residente nesta cidade, por ele foi dito que na forma da proposta que fez ao Exm. vice-presidente da província, Barão de Campo Maior, e por ele aceita, vinha contratar com dita comissão a formação de um núcleo de emigrantes cearenses e outros em seu sítio denominado – Icó –, na distância de 7 léguas desta capital.¹⁷¹

Para isso, necessitavam ser firmadas as seguintes condições:

1ª – O dito contratante obriga-se a receber no seu sítio – Icó – 200 ou mais emigrantes de ambos os sexos e de todas as idades, dando-lhes o necessário sustento, e obrigando-se aos trabalhos na lavoura.

2ª – Idem a dar-lhe a dita alimentação em carne, arroz ou feijão e farinha em quantidade suficiente.

3ª – Idem a garantir aos emigrantes os produtos ou colheitas obtidas por seus trabalhos, livres de qualquer contribuição, descontando-se apenas a despesa que o governo fizer com os utensílios que fornece, com uma indenização do seu valor.

4ª – Idem a dar provisoriamente casas e ranchos aos emigrantes para abrigá-los dos rigores das estações até que tenham feito casas próprias. Cujas condições forem aceitas pelas comissões de socorros em vista da autorização que lhe deu a presidência em ofício nº 177 de 19 do corrente mês, e em nome de S Ex. obrigou-se a fazer as condições seguintes:

1ª. O governo obriga-se a fornecer ao dito proprietário 5 quartas de cereais de 50 litros, mensalmente e na razão de 200 emigrantes, sendo os cereais entregues nessa capital sem obrigação de transportá-los para o lugar do núcleo.

2ª. Idem a pagar a quantia de 160 réis pelo sustento diário de cada um dos emigrantes, sendo a respectiva quantia entregue ao contratante de 15 em 15 dias, em vista de uma lista nominal bem explícita, com as precisas declarações do sexo, idade e estado de cada pessoa, que está de acordo com a relação das pessoas que se organizar no começo dos trabalhos.

3ª. Idem a fornecer a ferramenta necessária aos trabalhos dos emigrantes, panela de ferro, a roupa indispensável e uma ambulância de medicamentos, tudo de acordo com o governo e sob resistência do contratante com a [...]

Entretanto, no cotidiano, os fatos não ocorriam exatamente como exposto no documento acima. Os jornais denunciavam as más condições que os migrantes viviam nos núcleos e os próprios médicos enviados para observar as condições sanitárias informavam que tudo ocorria de forma contrária aos pontos presentes no contrato. Foi registrada a falta de alimentos, o que forçava as pessoas a “se alimentarem de substâncias que prejudicavam a saúde”.¹⁷² Também

¹⁷¹ SENADO. Discurso pronunciado na sessão de 30 de agosto de 1879. *A Imprensa*, Teresina, n. 613, p. 4, 11 out. 1879.

¹⁷² ARAÚJO, 2010 p. 89.

foi destacada a falta de higiene pessoal, visto que andavam sujos, possuindo somente uma muda de roupa, e bebiam água no rio.

De acordo com as documentações, os núcleos eram compostos de migrantes homens, mulheres, jovens, crianças e velhos. Essa população era enviada a fazendas próximas da capital para trabalhar. Os trabalhadores moravam em choupadas improvisadas, feitas com barro e palha, próximas umas das outras. As portas eram esteiras de talos de buriti, a sala possuía tambores de madeira e um pote para armazenar água, descansando em uma forquilha de três hastes. Nela continha uma caneca de folha de flandres, furada e amarelada pelo tempo. Possuía também um jirau, que fazia função de armário, no qual se penduravam e armazenavam os poucos víveres, às vezes, também havia uma mesa. O fogão era improvisado com pedras fincadas no chão e, sobre as pedras, as panelas de barro, usado para cozinhar a comida, utilizando a lenha para acender o fogo. O local sempre cheirava à fumaça, visto que não possuía muitas saídas de ar. Sempre recorriam à natureza na produção de utensílios e objetos que lhe servissem no cotidiano, como por exemplo, a esteira da carnaúba, abanos, cofos, gamelas, colheres de pau e cuias feitas de coité.¹⁷³ As pessoas mandadas para os núcleos viviam de forma precária e subsistiam como podiam, através de recursos quase inexistentes, mas o trabalho sempre pesado e rígido produzia uma exploração desordenada de mão de obra barata.

No Piauí, o engajamento nos núcleos coloniais, inicialmente, foi mais proveitoso do que nas obras públicas. Durante os três anos sem chuvas, os meios intervencionistas de socorros eram exercidos pelo Governo do Piauí, em alguns momentos, por liberais e em outros por conservadores, mas sempre feitos de forma conjunta com proprietários rurais que obtinham inúmeras vantagens explorando a mão de obra barata dos migrantes. Os benefícios eram tantos que proprietários de fazendas sugeriram ao Governo a criação de núcleos coloniais em suas propriedades para abrigar os retirantes, ficando esses núcleos sob a administração dos proprietários e os custeios sob a responsabilidade do Governo.

Os nucleiros consolidavam uma cumplicidade entre os grandes proprietários rurais, com patentes militares, e os governantes, que repassavam dinheiro para os fazendeiros. Muitos desses contratantes ganharam regalias, uma vez que os repasses para os trabalhadores não eram feitos da forma correta, ou seja, os fazendeiros conseguiam o benefício de receber muitos trabalhadores, mas não arcavam com a responsabilidade com os gastos e os pagamentos. A partir disso, discursos ligados à idealização do trabalho passaram a ser propagados, pois os migrantes que preferissem ficar nas cidades praticando mendicância eram considerados

¹⁷³ARAÚJO, 2010, p. 80-90.

marginais.

Esses acontecimentos foram agravados durante o período intenso de migração. Desse modo, os núcleos surgiram também como meio de restrição e isolamento, retirando dos centros das cidades aquilo que não era bem-visto, levando-os para ambientes de exploração e degradação. Segundo Araújo:

A medida da criação dos núcleos coloniais tinha por objetivo receber imigrantes flagelados da seca em áreas próximas a capital de forma a resguardá-las de entradas maciças, evitando, assim, possíveis problemas sociais. Um outro fato que levou a administração provincial a empreender o estabelecimento desses núcleos foi a carência da mão de obra escrava e a existência de abundante mão de obra para o trabalho agrícola, oriunda da zona rural nordestina com prática agrícola tradicional. Este fato impulsionou a passagem do trabalho escravo para o livre na província do Piauí.¹⁷⁴

Os núcleos coloniais, apesar da nomenclatura, se diferenciavam dos núcleos das colônias criados com o fim de desenvolver a cultura cafeeira. As diferenças estão presentes em vários aspectos, como por exemplo, no fato de que a contratação de mão de obra da colônia ser feita por questões mercantis, sendo preferível imigrantes europeus que possuíam trabalho qualificado e experiência. Já os núcleos criados em algumas províncias nordestinas durante os anos de estiagem de 1877 a 1879 buscavam agregar mão de obra que, mesmo livre, também era temporária, decorrente do processo migratório que se dava da zona rural para o meio urbano, visando conquistar meios de sobrevivência, o que se ligava diretamente à demanda por suprimentos básicos para sobreviver. É importante ressaltar que, em alguns locais, os núcleos tiveram resultados positivos, como é o caso no núcleo Mussaré.

O capitão José Ferreira Vasconcelos, o capitão Raimundo Sinval de Vasconcelos, Alfredo Custódio José da Cunha, o tenente-coronel Antônio Martins Viana e o major Tomás d'Aguiar Cantanhede, proprietários dos arredores, ofereceram, em julho de 1877, suas propriedades ao governo para acolher os imigrantes que estivessem “aptos para lavoura”.¹⁷⁵ Os proprietários eram donos das seguintes fazendas: Santana, Santa Filomena, São José, Sítio e Mocambo, cada uma dessas abrigando de 20 a 50 famílias. A ideia, até então, era muito “vantajosa porque primeiro, evitaria a aglomeração de imigrantes na capital onde a peste sacrificaria a todos, e segundo, porque podiam os migrantes entregar-se a trabalhos de plantação, únicos para que são aptos.”¹⁷⁶ Dessa forma, durante o governo de Graciliano de Paula Batista, no Piauí, inicia-se a criação dos núcleos coloniais através de contratos firmados entre

¹⁷⁴ ARAÚJO, 1991, p. 80.

¹⁷⁵ RELATÓRIO do Excelentíssimo Sr. Graciliano de Paula Batista em 13.08.1877. p. 6.

¹⁷⁶ RELATÓRIO do Excelentíssimo Sr. Graciliano de Paula Batista em 13.08.1877. p. 3.

proprietários e o governo.

Os acordos de trabalho eram realizados por meio de contratos em que cada parte assumia suas responsabilidades para a consolidação do núcleo. Os contratados deveriam trabalhar nas lavouras, enquanto o proprietário lhes garantia casa e terras para o trabalho. O governo, por sua vez, era responsável pelo envio de roupas, alimentação, medicamentos e instrumentos de trabalho. Essa forma de contrato era muito criticada pelos liberais, que denunciavam contratos pouco claros, deixando brechas para burlar as cláusulas. A denúncia era legítima, pois os contratos não possuíam itens explícitos, como o valor do salário dos contratados, ficando a critério do proprietário do núcleo, fato esse que facilitava os abusos e a exploração.

Entretanto, no ano de 1878, os liberais foram indicados novamente para o comando da província e passaram a utilizar as mesmas políticas conservadoras do ano anterior, embora as criticassem veementemente nos jornais. O que posteriormente foi afirmado é que independente de os núcleos serem “bons ou ruins”, esse havia sido o legado que receberam para dar continuidade. Sem dúvida, essa era uma mera explicação para justificar a falta de novos planos de emergência para amenizar os adventos provocados pela seca. Apesar disso, cabe salientar que os liberais tiveram cuidado em modificar os contratos, deixando-os mais claros. Em maio de 1878, estabeleceram o regulamento sobre a distribuição diária da doação de víveres, que mencionava o seguinte:

Para suprimento diário de cada um dos imigrantes que fazem parte dos preditos núcleos a saber: duzentos e vinte e cinco gramas de carne verde, cento e cinquenta ditos de farinha, arroz pilado ou feijão e 30 ditos de sal para cada um dos imigrantes.¹⁷⁷

A distribuição dos víveres era feita nos seguintes horários: Núcleo Felicidade 2ª e 5ª feiras de cada semana; Núcleo Guandu 3ª e 6ª. feiras; Núcleo Sta. Ana 2ª feira; Núcleo Santa Filomena – sábado e 4ª feira; Núcleo Boqueirão – 4ª e domingo; Núcleo Deserto nas 2ª e 4ª e 6ª. feiras.¹⁷⁸

Posteriormente às mudanças feitas pelo governo provincial, todos os contratantes renovaram seus contratos e deveriam obedecer aos regulamentos, no que diz respeito à alimentação, além disso, foram acrescentados outros itens em que se especificavam melhor as obrigações do contratante. A exemplo disso citamos os itens 2º, 5º, 7º e 8º:

2º - Todos são obrigados a proporcionar aos imigrantes válidos de ambos os sexos, lotes de terras próprias para lavoura, induzindo-os ao trabalho por meios brandos e expelindo do núcleo aqueles que a isso se negarem ou forem rixosos ou turbulentos, e derem escândalo entre os companheiros. Realizada a expulsão nos termos expostos deverá imediatamente dar parte do ocorrido à

¹⁷⁷ LIVRO de atas da Comissão de Socorros Públicos de Teresina – 1877/1878. p. 2.

¹⁷⁸ LIVRO de atas da Comissão de Socorros Públicos de Teresina – 1877/1878. p. 2.

Comissão de Socorros, para que faça a devida alteração na respectiva relação, não podendo mais o emigrante expulso fazer parte de núcleo algum.

5º - pedir o Governo, por intermédio da Comissão, as ferramentas e utensílios indispensáveis ao serviço de lavoura, de modo que esta falta não sirva de pretexto a incúria e iniciativa dos imigrantes.

7º - fornecer uma relação nominal, à Comissão de Socorros, dos imigrantes recebidos, com a decisão da entrada, estado, naturalidade e idade de cada um, a fim de lançar em livro especial.

8º - pagar a multa de 10\$000 (dez mil reis), por cada imigrante que figura na relação apresentada à tesouraria de fazenda, como tendo recebido diárias, sem, entretanto, ter estado no núcleo. Essa multa será descontada das diárias na ocasião do pagamento.¹⁷⁹

Desse modo, era necessário que houvesse fiscalizações nos núcleos, problema levantado desde as primeiras contratações. Era obrigatório que o governo soubesse que tudo que se propunha na contratação estava sendo cumprido, mas tal medida se tornou difícil de ser cumprida, em vista da forma como se dava o contrato, com lacunas que possibilitavam a exploração dos trabalhadores. *A priori*, não se fazia obrigatório distribuir a quantidade de víveres corretamente, mas sim o suficiente para sobrevivência dos migrantes, levando cada um a avaliar a seu modo a quantidade a ser distribuída. No entanto, a partir da entrada do governo liberal, o trabalho de fiscalização foi facilitado, possibilitando que o governo obtivesse maiores informações sobre o que se passava nos núcleos e de que forma se dava a distribuição, pois as cláusulas dos contratos passaram a ser mais claras, o que possibilitou a fiscalização.

De modo geral, a fiscalização dos núcleos era feita por membros da Comissão de Socorros da capital e procedia-se da seguinte forma: visita aos núcleos, observação das condições sanitárias, forma de distribuição de alimentos, medicamentos e roupas e conferência do número de imigrantes residentes em cada núcleo. Os resultados obtidos nos interrogatórios confrontaram-se em diferentes respostas, umas satisfatórias, outras denunciativas. Alegavam sempre desconhecer o teor do contrato e não podiam, portanto, avaliar se os cereais e outros benefícios recebidos eram realmente os que lhes cabiam. Daí, ao se compilar e justapor os dados de diversas inspeções em diferentes núcleos, observa-se uma discordância entre as repostas dos imigrantes sobre a maneira como eram tratados nos núcleos e sobre o recebimento dos cereais.¹⁸⁰

O processo de fiscalização foi responsável por questionar os próprios imigrantes sobre a situação nos núcleos. Eis algumas respostas:

Manoel Felipe da Silva:

‘Não entendo de peso e por isso não posso informar a quantidade que recebo, sabendo, porém, que nas quartas-feiras só recebo meio prato de farinha e no sábado dois pratos, e que tudo que recebo em ambos os dias só chega para

¹⁷⁹ TERMO de contrato que faz a Comissão de Socorros desta capital, autorizada pelo Exmo. Sr. presidente da província, com os contratantes dos núcleos de emigrantes – 1878.

¹⁸⁰ ARAÚJO, 1991, p. 83.

comer dois e um dia'.¹⁸¹

Higino Ferreira da Silva:

'Não sei se recebo o quanto marcado pelo governo por ignorar os pesos, mas que estou satisfeito'.¹⁸²

Antônio Ferreira:

'Estou satisfeito com as diárias que tenho recebido; nada tenho a reclamar'.¹⁸³

Doroteia Maria da Conceição:

'Ignoro o peso de tudo quando recebo, mas informo o seguinte: que a carne, farinha e sal que recebo é uma quantidade igual à que é dada ao meu vizinho que tem apenas 4 pessoas'.¹⁸⁴

João Batista da Rocha:

'Nas diárias que tenho recebido no núcleo Felicidade sofri o prejuízo seguinte: desde o dia que o indivíduo Joaquim Ermínio S. Parente ficou encarregado da distribuição das diárias até o dia 11/12/1878, em vez de receber carne, farinha e sal para 6 pessoas como me competia, somente o encarregado me dava para 4 pessoas'.¹⁸⁵

Ainda no mesmo ano, o presidente da província, coronel José Araújo, analisando os problemas dos núcleos, ordenou que os membros da Comissão de Socorros, major Olegário Rios, Chefe de Polícia, e o capitão Luís de Sant'Anna, inspecionassem os núcleos. Entretanto, as informações coletadas não foram favoráveis à "[...] permanência de tais núcleos, pois não satisfaziam os fins de sua criação". Afirmaram, ainda, que:

É de supor que o digno administrador da província tenha de tomar medidas muitas sérias no sentido não só de melhorar a sorte dos nossos infelizes compatriotas, foragidos pela seca, como para salvaguardar os dinheiros da Fazenda que mais se tem prestado a verdadeiras pepineiras do que para o fim a que tem sido tão patrioticamente destinado.¹⁸⁶

Diante disso, o presidente ordenou a diminuição dos núcleos existentes de 18 para sete, encerrando os contratos que julgava onerosos para o tesouro e impossíveis de serem cumpridos pelo governo. Tal medida objetivou diminuir os gastos, que se mostravam exorbitantes para os cofres públicos, sobretudo porque ocorriam muitos desvios e falsificações de dados no intuito de barganhar maiores recursos. No entanto, segundo Araújo, essa medida não veio a diminuir

¹⁸¹ Interrogatório feito aos imigrantes do núcleo Santa Filomena em 19.03.1879 – Livro de atas das inspeções de 1879. p. 3.

¹⁸² Interrogatório feito aos imigrantes do núcleo Santa Filomena em 19.03.1879 – Livro de atas das inspeções de 1879. p. 3.

¹⁸³ Interrogatório feito aos imigrantes do núcleo Felicidade em 15.01.1878 – Livro de atas das inspeções de 1879. p. 1.

¹⁸⁴ Interrogatório feito aos imigrantes do núcleo Felicidade em 15.01.1878 – Livro de atas das inspeções de 1879. p. 1.

¹⁸⁵ Interrogatório feito aos imigrantes do núcleo Felicidade em 15.01.1878 – Livro de atas das inspeções de 1879. p. 2.

¹⁸⁶ PIAUÍ. *A Imprensa*. Teresina, n. 535, p. 4, 21 mar 1878.

os gastos públicos, tendo em vista que o número de imigrantes sempre era crescente, a cada ano chegando levadas maiores.¹⁸⁷ A partir disso, os novos contratos tinham como exigência:

[...] admitir em suas fazendas os imigrantes e sustentá-los a razão de 160 reis diários e o governo com o ônus de mandar pagar no princípio de cada mês... bem como de fornecer em quantidade ferramentas e fazendas para roupas e medicamentos ao trabalho, essencialmente aos necessitados e doentes.¹⁸⁸

Pode-se perceber que, apesar da diminuição na quantidade de núcleos, objetivando reduzir os gastos, o resultado não foi no seu todo satisfatório, pois com o crescente número de imigrantes, os gastos continuavam os mesmos, por muitas vezes ultrapassando os anteriores. O problema também girava em torno dos proprietários, que continuavam a enriquecer por meio de desvios e exploração da mão de obra dos migrantes. De acordo com as denúncias dos jornais de oposição, muitos dos contratantes se mantiveram constantemente abastecidos através de cotas do governo, de víveres e dinheiro, o que colaborava para que seus estoques comerciais sempre se mantivessem carregados de mercadorias, possibilitando, assim, a manutenção do comércio às custas dos flagelados. A tabela a seguir demonstra o crescimento do número de pessoas nos núcleos no ano de 1878:

Quadro 2 – Número de pessoas em núcleos coloniais no Piauí (1878)

Núcleos coloniais	Nº de pessoas janeiro/1878	Nº de pessoas outubro/1878	Nucleiros	Localização
Sítio	167	1.200	Ten.-cel. Antônio M. Viana	Margem direita do rio Parnaíba, a 36 km de Teresina
Santo Antônio	-	1.200	Cap. Lucio Correia Lima	Margem direita do rio Parnaíba, a 66 km de Teresina
Felicidade	300	1.200	Cap. Mariano C. Branco	66 km de Teresina
Guandu	157	-	Cap. Miguel de Sousa B. L. Castelo Branco	42 km de Teresina
Lagoa da Mata	-	1.450	Barão de Campo Maior	36 km de Teresina
Deserto	170	1.000	Cap. Raimundo S. de Almeida	54 km de Teresina
Filomena	369	1.200	Ten. Raimundo S. de Vasconcelos	24 km de Teresina

Fonte: Relatório do presidente da província Sancho de Barros Pimentel. *A Imprensa*. Teresina, n. 562, 10 out. 1878. ARAÚJO, 1991, p. 87.

O jornal *A Época*, na edição de 4 de maio de 1878, em matéria intitulada “A seca, os imigrantes e a imprensa”, retratou diversos problemas apresentados anteriormente, como o

¹⁸⁷ ARAÚJO, 1991, p. 84.

¹⁸⁸ ARAÚJO, 1991, p. 85.

aumento dos migrantes em outras fazendas, após a diminuição dos núcleos. O jornal oferece como exemplo o caso de três proprietários de fazendas que tiveram a quantidade de migrantes aumentada: “Sr. Mariano Gil, que então tinha 300 imigrantes, tem hoje mais de 800. O Sr. José Ferreira de Vasconcellos, que tinha 400, tem agora mais de 1.200. O Sr. Raimundo Sinval de Vasconcellos, que supria a 380, supre atualmente 1.005”.¹⁸⁹

Após explicitar essas alterações, o jornal expõe as fazendas de forma individual, a iniciar pela propriedade do Sr. Mariano Gil, dono do núcleo Felicidade, localizado a 66 km de Teresina. Na concepção demonstrada pelo jornal, seria a fazenda que mais tratava bem os migrantes, pois, não recebendo os suprimentos nos meses de dezembro a fevereiro, o proprietário conseguiu suprir de algum modo as necessidades dos retirantes, mesmo que a alimentação tenha sido feita com “massa de coco”. Para demonstração de que os contratantes levavam vantagens, fizeram cálculos a partir de uma família de dez pessoas para oito dias:

7 pratos – Farinha a 500 réis – 3\$500
 18 libras – Carne a 100 réis – 1\$800
 1 litro – Sal – 80
 Total: 5\$380¹⁹⁰

Desse modo, as despesas de família de dez pessoas, por mês, somariam uma quantia de 20\$175 réis, e com 800 imigrantes 1:614\$000. O gasto que o governo tinha com cada imigrante era de 160 réis, portanto, diariamente seria um total de 120\$000 e mensalmente 3:840\$000, sendo assim, a devida dedução de um lucro líquido mensal de 2:226\$000.¹⁹¹

Outro exemplo citado na matéria foi o da fazenda do Sr. José Ferreira Vasconcelos, que:

[...] tem a seu cargo 1.200 emigrantes, mata 3 reses por semana, por conseguinte 12 por mês a 20\$000 réis = 240\$000, 10 quartas de sal a 40\$000 réis = 40\$000. 280\$000. Recebe da tesouraria mensal a razão de 160 réis diários por cada emigrante = 5.760\$000. Lucro mensal = 5.480\$000.¹⁹²

Na distribuição e fornecimento de víveres para os núcleos, desde sua criação, havia problemas como a não obediência dos contratantes aos contratos estabelecidos. Nesse interim, tomou posse o presidente Sancho de Barros Pimentel, quando existiam na província sete núcleos, com um total de 7.000 indivíduos.¹⁹³ O novo presidente reconhece os problemas existentes nos núcleos. Entretanto, não seria possível desativá-los, pois isso traria um

¹⁸⁹ A SECA, os imigrantes e a imprensa. *A Época*. Teresina, p. 4, 4 maio 1878.

¹⁹⁰ A SECA, os imigrantes e a imprensa. *A Época*. Teresina, p. 4, 4 maio 1878.

¹⁹¹ A SECA, os imigrantes e a imprensa. *A Época*. Teresina, p. 4, 4 maio 1878.

¹⁹² A SECA, os imigrantes e a imprensa. *A Época*. Teresina, p. 4, 4 maio 1878.

¹⁹³ RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. presidente desta província Dr. Sancho de Barros Pimentel abriu em 1/6/1878 a 1ª sessão da 22ª legislatura da Assembleia Legislativa. p. 2.

contingente enorme de pessoas de volta às ruas da capital. Sancho Barros Pimentel fala que os contratos eram muito onerosos, sem condições para cumprir dívidas imensas de cereais aos contratantes e, ainda acusava a “inaptidão dos presidentes conservadores que esbanjam os poucos recursos”.¹⁹⁴

Com o intuito de ficar a par do estado sanitário dos núcleos Sítio, Santo Antônio, Felicidade, Gandu, Lagoa da Mata, Deserto e Filomena, Sancho Barros envia o médico Constantino Luiz da Silva Moura para realização da tarefa, e este apresenta o seguinte relatório:

‘Núcleo do Sítio – prestava para o cultivo do algodão, fumo e cereais. Comportava perto de 1.200 imigrantes; abrigavam-se em choupanas com aproximadamente 100 doentes. O contratante fornecia cereais duas vezes por semana.¹⁹⁵ No segundo ou terceiro dia da distribuição, já não possuíam coisa alguma e, com isso, buscavam para se alimentar substâncias que prejudicavam a saúde’.¹⁹⁶ A ‘nudez era sensível em muitas famílias’. Havia indivíduos que não possuíam um vaso para depósito de água, sendo obrigados a beber no rio.¹⁹⁷ De julho a setembro, conforme consta no livro de entradas e saídas, faleceram 37 pessoas de diferentes idades e sexo.

Núcleo Sto. Antônio – ‘a terra adequada para lavoura. Lá os imigrantes moravam em choupanas espaçosas que formavam três grandes ruas. A população era de 1.200 imigrantes que podem ser divididos em duas classes: uma sadia e outra doente, existindo perto de 200 doentes. A nudez é extrema em muitos imigrantes. De julho a setembro, a mortalidade subiu para 82 pessoas’.¹⁹⁸

Núcleo da Felicidade – ‘sua população era aproximadamente de 1.200 pessoas. O número de indivíduos que precisava de roupas era grande. A mortalidade do trimestre de julho e setembro, era de 13 pessoas’.

Núcleo de Gandu – compreendia uma população de 900 imigrantes, moravam em choupanas muito juntas. ‘A mortalidade de julho a setembro atingia 43 pessoas’.¹⁹⁹

Núcleo Lagoa da Mata – ‘achava-se situada em lugares próprios para a cultura de cereais e cana-de-açúcar. Sua população sobe para 1.450 pessoas. Existem cerca de 100 doentes. Havia carência de roupas e a mortalidade de julho a setembro foi de 71 pessoas’.²⁰⁰

Núcleo do Deserto – ‘sua população era de aproximadamente 1.000 imigrantes. A distribuição de alimentos era feita de dois em dois dias. A mortalidade de julho a setembro foi de 27 indivíduos. Os imigrantes precisam de roupas, pois viviam quase nus’.²⁰¹

Núcleo Filomena – ‘ficava em terreno apropriado para o plantio de cana-de-açúcar. A população chegava a 1.200 pessoas, vivendo em choupanas. Havia

¹⁹⁴ DISCURSO do presidente Sancho de Barros Pimentel publicado no jornal *A Imprensa*, n. 540, em 26 abr 1878. p. 1.

¹⁹⁵ RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Sancho de Barros Pimentel, presidente da província, pelo Dr. Constantino Luiz da Silva Moura, médico comissionado para examinar o estado sanitário dos núcleos de migrantes, em 10/10/1878.

¹⁹⁶ Ibidem, 1878, p. 2.

¹⁹⁷ Ibidem, 1878, p. 3.

¹⁹⁸ Ibidem, 1878, p. 4.

¹⁹⁹ Ibidem, 1878, p. 5.

²⁰⁰ Ibidem, 1878, p. 6.

²⁰¹ Ibidem, 1878, p. 7.

40 doentes, famílias quase nuas e estioladas pela fome e pelas doenças, alimentados, exclusivamente, da massa de coco do bulbo do Coroatá ou ainda do polvilho da macaubeira. A mortalidade de julho a setembro foi de 54 pessoas'.²⁰²

Segundo Araújo, os relatórios médicos feitos nos núcleos coloniais demonstraram que os imigrantes sofriam com a fome e a miséria nesses locais, decorrente de sua condição de vida. Eles viviam sem a menor qualidade de vida, sem alimentação e vestimentas adequadas e moravam em choupanas sem condições de higiene, demonstrando que não havia cumprimento dos contratos firmados entre os proprietários e a província, o que era constantemente denunciado, conforme matéria jornalística da época:

É uma imoralidade, um verdadeiro assalto que está se dando aos cofres públicos com aparência de legalidade... É, contra isso, que se revolta a opinião pública indignada, é contra esse fato altamente escandaloso que chamamos e clamamos sempre; senão com a convicção de serem atendidos os nossos reclamos, aos mesmos para que fique registrado o maior escândalo que temos presenciado, e se conheça o modo que o atual governo está regenerando o país. O Estado está pagando aos contratantes o que eles não suprem nem podem suprir porque não possuem nem acham para comprar. É mais do que um escândalo, uma imoralidade, uma extorsão, é um crime cuja qualificação deixamos de fazer porque todos os conhecemos.²⁰³

Como pode ser observado no relato médico, observa-se que mesmo os migrantes estando sob a tutela dos contratantes e habitando os núcleos, passavam diversas necessidades, como fome e miséria, faltando os recursos básicos à sobrevivência, até mesmo roupas, ou seja, os contratados não cumpriam as obrigações contratuais assumidas com o governo. Muitas denúncias chegavam do interior da província, relatando irregularidades praticadas nos núcleos. Segundo Araújo, muitos dos migrantes registrados eram somente números, e os poucos que existiam “recebiam a minguada ração na tabela e ainda levantavam as mãos para o céu e davam graças a Deus”.²⁰⁴

Diante da tragédia que atingia Teresina e os núcleos nos seus arredores, a Igreja Católica também atuou na ajuda e evangelização dos flagelados, principalmente fazendo visitas aos núcleos e celebrando os sacramentos. No entanto, não se colocava na posição de denunciante, se abstendo de protestar contra os abusos observados. Em uma dessas visitas, os padres relatam que os “[...] flagelados vivem satisfeitos pelos tratamentos recebidos dos núcleos”.²⁰⁵ Ou seja, essa situação demonstra que a igreja fazia seu papel de aparelho ideológico do Estado, sem nada

²⁰² Ibidem, 1878, p. 8.

²⁰³ *A Época*. Teresina, n. 1, p. 1, 17 mar. 1878.

²⁰⁴ ARAÚJO, 1991, p. 91.

²⁰⁵ Relatório das visitas dos padres João Severino de Miranda Barbosa e João M. de Almeida, dos núcleos Gandu, Felicidade, Santo Antônio e Sítio, em 11. 02. 1879 e em 7/6/1879. *A Imprensa*. Teresina, n. 577, p. 3, 25 jun. 1879.

a dizer sobre as atitudes que iam contra a política de combate à seca. Posteriormente, continuam o posicionamento sobre o funcionamento dos núcleos:

[...] fiquei contente e cheio de alegria por ver a regularidade e louvável desvelo com que se cuida ali do tratamento dos infelizes imigrantes.

Esse modo de proceder do proprietário contratante do Núcleo Gandu e do seu encarregado ao agente que ali assiste, é digno certamente do maior louvor e digno de ser também emitidos pelos demais contratantes ou donos de núcleos.²⁰⁶

Alguns cavalheiros que ali foram como eu a convite, ficaram maravilhados da boa ordem e regularidade com que se fazia as distribuições de carne e farinha sob a fiscalização do Sr. Clarindo Lopes, encarregado assistente do núcleo.²⁰⁷

Cabe salientar que as críticas apresentadas nos jornais sobre a situação dos imigrantes ainda perduraram por muito tempo, pois, conservadores ou liberais, os governantes acabaram por dar continuidade a essa política, usando como pretexto para sempre se manter no poder e se fortalecer. Essa realidade não foi exclusiva da província do Piauí, mas também de outras províncias da região.

Entretanto, apesar das falhas presentes no sistema de núcleos, esse foi o momento em que houve o contato inicial com o trabalho livre na província. Araújo afirma que:

[...] Essa experiência foi providencial, uma vez que familiarizou os proprietários de terras com o trabalho livre, conseguindo arrancar da ociosidade a população adventícia e integrá-la no trabalho produtivo. Muitos dos colonos passaram a exercer atividades nas propriedades como moradores ou meeiros. Não se registra que alguns desses núcleos tenham se transformado em colônias prósperas, mesmo sabendo que se localizavam em áreas ribeirinhas de terras férteis e propícias às atividades agrícolas diversificadas.

Nesse contexto, percebe-se que escravos e homens livres ocupavam atividades diferentes. Nesta província destaca-se o número de homens livres, espalhados por grandes extensões de terra, mestiços, brancos, pardos, caboclos e negros, desenvolvendo atividades agrícolas, pastoris, como de mineração. A historiadora Tanya Brandão nos ajuda a entender as origens dessa diversidade profissional e hierarquia social:

A estratificação social no Piauí Colônia, de maneira geral, tinha por base os recursos econômicos. Três categorias podem ser identificadas: a primeira compunha-se dos proprietários da terra, gado e escravos; a intermediária, mais variada, abrangia as categorias de sitiantes, vaqueiros, feitores, posseiros e agregados. Na base na pirâmide social encontrava-se a massa escrava, compreendendo as pessoas que estavam sujeitas a um senhor, consideradas

²⁰⁶ RELATÓRIO das visitas dos padres João Severino de Miranda Barbosa e João M. de Almeida, dos núcleos Gandú, Felicidade, Santo Antônio e Sítio, em 11. 02. 1879 e em 07. 06. 1879. *A Imprensa*. Teresina, n. 577, p. 4, 25 jun. 1879.

²⁰⁷ *Ibidem*, 1879, p. 5.

como propriedade.²⁰⁸

Essa diferenciação entre livres e escravizados, na interpretação do estudioso Ilmar de Mattos, pode ser vista como a distinção entre “coisas e pessoas”, pois:

O povo e a plebe eram pessoas, distinguindo-se dos escravos por serem livres. Todavia, povo e plebe não eram iguais, nem entre si nem no interior de cada um dos seus mundos [Governo, Trabalho e Desordem]. À marca da liberdade que distinguia ambos dos escravos acrescentavam-se outras, que cumpriam o papel de reafirmar as diferenças na sociedade imperial, como o atributo racial, o grau de instrução, a propriedade de escravos e sobretudo os vínculos pessoais que cada qual conseguia estabelecer.²⁰⁹

Essa era a hierarquia social estabelecida pelos governantes do Império. Uma hierarquia que distinguia a sociedade de acordo com a cor da pele e os direitos de propriedade. A associação “liberal” entre “povo” e “mendigos” não os equiparava à “boa sociedade”, pois esses não podiam “governar” a casa. Escravos eram “coisas” que não tinham nada, nem mesmo suas vidas, eles só garantiam espaço para trabalhos pesados. Se o trabalho regular era a essência do trabalho de aluguel, quanto mais nos afastamos dessa noção, mais nos distanciamos dessa comparação infeliz. É esta visão que internaliza a liberdade: liberdade em oposição à escravidão. Afinal, eles também não detinham propriedade, mas possuíam sua “pessoa”. E isso bastava para que percebessem que tinham “liberdade”, não precisando viver em submissão a ninguém, eram, portanto, considerados membros do “mundo desordenado”.

Analisando esse paralelo e o contexto que se fazia mais forte no Piauí, ainda assim se deve salientar que a imprensa e os anais do parlamento continuavam a denunciar as práticas de escravidão praticada com os trabalhadores livres, que recebiam em troca do trabalho, nas propriedades particulares, somente algumas roupas e alimentos. O contexto permite observar a relação injusta existente entre poder e pobreza,

As políticas assistencialistas do governo iam ao encontro do processo de concentração de posse de terras, sustentando um sistema de barganha que beneficiava um grupo de proprietários dominantes, idealizadores da criação dos núcleos e principais beneficiados, que viam nisso a única forma de manter-se no monopólio fundiário. Assim, os migrantes ficavam em estado de fraqueza e marginalidade, explorados como mão de obra barata e utilizados para suprir necessidades dos proprietários, não recebendo adequadamente os subsídios básicos que o governo mandava, continuavam à mercê de contratos falhos, que só beneficiavam os

²⁰⁸ BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. p. 108.

²⁰⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987, p. 125.

proprietários de terra.

Ao longo do ano de 1878, as despesas com os núcleos coloniais foram se tornando cada vez maiores para os cofres públicos, como mostra a citação:

[...] com sete núcleos o gasto foi de 200:641\$970, assim distribuídos: núcleo de Santo Antônio, no mês de novembro 29:192\$620; núcleo da Felicidade, no mês de novembro 26:986\$960; núcleo Sítio, no mês de novembro 28.850\$000; núcleo Gandu, de setembro/dezembro 18:103\$040; núcleo Deserto, no mês de novembro 23:145\$440; núcleo Lagoa da mata, de agosto/dezembro 34:898\$630 e núcleo Santa Filomena, de agosto/dezembro 34:555\$280, que deixaram de ser pagas por falta de numerário nos cofres da tesouraria, ficando, assim, pendente até receber verbas do Governo Central.

Motivado pelo grande vulto de gastos, Belfort Vieira, ao assumir a presidência da província no ano de 1879, extinguiu os núcleos coloniais. A partir daí, “[...] os imigrantes doentes dos núcleos foram transferidos para uma enfermaria localizada no sítio Morro de Antônio, próximo à capital, e os demais regressaram às suas províncias de origem”.²¹⁰

Tal medida, porém, não foi suficiente para solucionar os problemas. O fechamento dos núcleos provocou a superlotação das enfermarias, gerando diversas críticas por parte da imprensa, pois aumentava os gastos com os doentes. De acordo com matéria do jornal *Semanário*: “[...] a diária dos imigrantes passava de 160 para 400 réis... despesas espantosas, não só em detrimento dos degredados, como de todo, prejudicial aos cofres públicos, que por esta forma fica impossível para socorrer o maior número de necessitados”.

Ficou evidente que a política assistencialista do governo piauiense ia ao encontro dos latifundiários, mantendo um grupo de proprietários dominantes, arrebatadores do conteúdo ideológico da proposta da criação dos núcleos coloniais como forma de manter o monopólio fundiário. A realidade é que os planos da elite piauiense se consolidaram. Muitos dos migrantes foram distribuídos entre os núcleos ou levados de barco a vapor para suas províncias de origem, outros, entretanto, instalando-se em casas, tomaram posse de outras terras e colocaram a família para trabalhar. Ainda que mediante uma apropriação por meios ilegais, essas famílias precisavam de sustento.

3.2.2 *Comissões de Socorros Públicos*

A Comissão de Socorros Públicos foi uma instituição criada para amparar os migrantes que chegavam às cidades e não possuíam condições de manter-se, dependendo das ajudas mandadas pelas autoridades provinciais. A Comissão era um órgão de assistência aos flagelados

²¹⁰ RELATÓRIO do presidente Sr. Pedro Belfort Vieira, em 11/12/1879. p. 39.

da seca que visava fornecer ajudas imediatas para que não ocorresse calamidade em nível mais grave. A instituição estava presente em muitos municípios da província e objetivava minimizar os efeitos da seca pela distribuição de gêneros alimentícios, roupas e medicamentos aos migrantes. Desse modo, a criação de instituições como a Comissão de Socorros foi uma atitude de emergência, mas que garantia esperança de sobrevivência naquele momento de fragilidade.

A petição direta para o Governo Central ocorria através de cartas, redigidas a mão, com o objetivo de fazer súplicas, na tentativa de conseguir que seu clamor fosse atendido. Segundo Barboza:

As Comissões de Socorros Públicos foram financiadas com recursos do Ministério do Império requisitados diretamente pelo presidente da província sem a necessidade de aprovação prévia orçamentária, mobilizadas em casos de calamidades. Foram designadas diversas comissões para as localidades da capital e interior do Piauí, composta por autoridades locais, em geral: o pároco, o delegado, um coronel ou algum comerciante. Entre suas atribuições estava a compra e distribuição de alimentos entre retirantes e a remuneração pelo trabalho em obras públicas ou núcleos coloniais privados.²¹¹

A Comissão era formada por pessoas da elite local que detinham influência e privilégios. A divisão de cargos acontecia entre indivíduos notáveis da sociedade, como vigário, juiz de paz, coletor de renda e o delegado. Indivíduos hierarquicamente qualificados, mas que se utilizavam de sua influência e cargos para desvios de suprimentos, o que favorecia parentes e protegidos. Em muitos casos, negociavam com tropeiros, que eram os responsáveis pelo transporte dos socorros, para que esses tirassem uma parte destinada à barganha.

Abaixo temos trecho de ofício datado de 30 de abril de 1877, enviado ao juiz de direito, constando pedido para que este assumira cargo em uma comissão de socorros:

Chegando ao meu conhecimento que a seca tem sido bastante rigorosa nesse município, dando lugar a que os seus habitantes estejam sofrendo os horrores da fome e da miséria, resolvi nesta data nomear uma comissão composta de [...] o presidente da câmara, do vigário e do delegado de polícia, a fim de encarregar-se da compra de gêneros alimentícios e distribuí-los pela pobreza desvalida, o que comunico [...] para seu conhecimento, esperando que, não só aceite dito encargo, como que o desempenhe com o zelo que a caracteriza. Ao juiz de direito.²¹²

Como pode ser visto, as posições eram ocupadas pela elite. Uma parte dela, talvez, despreocupada com a situação miserável dos pobres, muitas vezes deixava de cumprir todas as responsabilidades exigidas. Apesar disso, a comissão ainda foi uma ajuda indispensável para as

²¹¹ BARBOZA, 2013, p. 313.

²¹² APEPI. Comissão de socorros públicos. Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício da comissão de socorros públicos destinado ao Juiz de Direito, solicitando que este aceite um cargo na comissão.

muitas pessoas afetadas pela seca. Foi por meio da Comissão de Socorros Públicos que os migrantes e os pobres que viviam em Teresina, como mendigos, receberam a maior parte dos auxílios. Os pobres (homens, mulheres e crianças sem meios de subsistência), assim como os doentes, sem remédios, acabaram por receber dessas instituições a ajuda de que precisavam.

Em 1877, ano de intensa seca no Piauí, quem governava a província era o conservador Graciliano de Paula Batista, que, recebendo os primeiros pedidos de socorro das comarcas interioranas, instituiu uma comissão em cada município, dando assim atenção ao clamor dos indivíduos. A atitude do governador foi de importância crucial, pois a Comissão permaneceu por todos os anos de estiagem, e, mesmo inicialmente sendo uma medida provisória, logo se tornou elemento importante para o suprimento dos migrantes. A proposta se dava, inicialmente, na abertura de créditos sob a responsabilidade do próprio Graciliano Batista, que seriam investidos em víveres e compra de medicamentos e roupas, despesas necessárias para sanar o flagelo e atender ao clamor público.

No entanto, a liberação destas verbas não ocorreu de forma imediata e simples. Criaram prolongadas discussões que retardaram a liberação das verbas assistencialistas. O deputado Coelho Rodrigues, que representava a província do Piauí na época, não concordou com a aprovação do projeto nº 86-A, de 1877, que solicitava ao governo geral a aplicação de 2:000:000\$ em outras províncias, não incluindo o Piauí. O parlamentar assim se manifestou:

[...] sou forçado a negar-lhe o meu apoio por considerá-lo incompleto, inoportuno, ineficaz e até inútil e ocioso. Considero-o incompleto porque [...] não compreende todas as províncias que se acham flageladas pela seca, como o Piauí... Acho-o inoportuno porque transitório nos adiantada... É ineficaz porque é muito transitório nos seus efeitos da fome: isto é, conceder socorros alimentícios aos indigentes quando me parece que deve-se providenciar [...] alguma coisa mais do que se acha contido nos ideais do projeto. Acho-o inútil e ocioso, porque nos termos do 4º do art. 4º da lei nº 598, de 9 de setembro de 1850, o governo podia, devia e há de necessariamente ter aberto crédito sob sua responsabilidade ou tomado quaisquer outras providências no sentido de socorrer aquelas populações aflitas.²¹³

Analisando as reuniões parlamentares, fica perceptível que a tendência de ajuda estava mais voltada para o Ceará, o que gerou revolta e debates acalorados nas sessões. Nesse ínterim, a Comissão de Socorros começava a atender às súplicas dos migrantes que adentravam as terras piauienses e aos que já se encontravam em situação de mendicância. Os que eram considerados indigentes, de variados sexos e idades, não possuíam meios de sobrevivência e necessitavam de toda ajuda que dispunha a Comissão, fossem roupas, alimentos ou medicamentos, para que

²¹³ BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1877. p. 96. v. 1.

não andassem nus ou a morrer de fome pelas ruas das cidades. Desse modo, a Comissão se configurou como uma esperança, meio de escape e refúgio para a sobrevivência.

Famílias, em uma atitude de desespero, solicitavam à Comissão que escrevessem cartas endereçadas ao governo imperial, na tentativa de que lhes mandassem as ajudas que haviam suplicado. Como por exemplo:

Informando a petição junta de imigrante Raimundo Gomes da Silva, na qual pede a Vossa Excelência passagem para si e sua família composta de sua mulher e seu filho menor, para a província do Ceará – essa Comissão tem a declarar a Vossa Excelência que o suplicante pode ser satisfeito. N. Ex. [...] mandara o que melhor entendesse.²¹⁴

Pedidos de passagens eram comuns, feitos por indivíduos que queriam fugir da calamidade em que se encontrava o Piauí ou que almejavam se engajar nas obras públicas do Ceará, ou até mesmo que desejavam retornar ao local de origem. A política assistencialista do Ceará esteve mais ligada ao engajamento dos retirantes nas obras públicas, como é o caso da ferrovia de Baturité, local que utilizou como mão de obra pessoas da própria província e retirantes de outros locais.

Como mencionado, os efeitos da estiagem faziam com que a migração não fosse somente entre províncias, mas também de forma interna, de uma vila para outra. Foi o caso de Manoel de Souza Mourão Sobrinho, que buscava melhor qualidade de vida na capital da província:

Manoel de Souza Mourão Sobrinho, morador da vila de Príncipe Imperial e presente nesta capital, tendo emigrado em consequência da grande seca que tanto tem prostrado os moradores daquela comarca, e por este motivo perdido o sustento e todos os bens que até então dispunha, e como atualmente se acha em estado de não poder comprar um pouco de fazendas para si e sua família, uma cunhada viúva e 3 filhos menores desta, vem respeitosamente pedir a V. Exa. que lhe mande fornecer alguma [...].²¹⁵

O número de petições era significativo, e não somente se referia ao suplicante, mas à numerosa família que o acompanhava. A Comissão de Socorros funcionava como a ligação entre classes sociais diferentes, pois colocava migrantes em contato com a elite local e provincial. Desse modo, os que não possuíam meios de sobrevivência dependiam de forma exclusiva dos recursos mandados pelas autoridades. E, mesmo com tamanha súplica, a que os migrantes se expunham, as autoridades desviavam e lucravam dos recursos destinados para

²¹⁴ PIAUÍ. Palácio da presidência. *Correspondência recebida pela Comissão de Socorros*. Requerimento em que Raimundo Gomes da Silva pede auxílio à Comissão de Socorros da capital. Teresina, 1879. [APEPI].

²¹⁵ APEPI. *Requerimento de Manoel de Souza Mourão Sobrinho*. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências recebidas. Teresina, 1876-1889.

minimizar a situação que os migrantes se encontravam.

Os suplicantes partilhavam da mesma situação degradante. A carta abaixo demonstra o clamor de um homem que, além de possuir uma numerosa família, sofria uma deficiência física, a cegueira:

Manoel Gonçalves de Carvalho, natural da província do Ceará, de 57 anos de idade, viúvo, pobre e desvalido tem a seu cargo filhos, vem submisso e confiadamente implorar a graça a V. Exa. que se digne mandar socorrê-lo com os recursos que o governo está dispondo com alimentos e vestuário para si e seus referidos filhos, visto achar-se o pensionário, além de ser cego, [...] de meios de subsistência, próprios com a seca que tem reduzido a população menos favorecida a miséria extrema.

Nestes termos,

Teresina, 25 de fevereiro de 1878.²¹⁶

Os migrantes tinham a consciência de que sua situação era de vulnerabilidade, deixando-os suscetíveis a calamidades maiores, situação favorável para chegar à miséria extrema, por conseguinte, buscavam meios de subsistência para continuarem vivos, seja por meio de movimentos migratórios em massa, seja através dos requerimentos ao governo.

Documento de 1º de dezembro de 1877 contém resposta da Comissão de Socorros a cidadão que requereu mantimentos: “A Comissão de Socorros desta capital manda fornecer ao migrante João Pereira da Silva, para si e sua família composta de sua mulher e 3 filhos, os cereais precisos para alimentação dos mesmos, [...] de oito dias”.²¹⁷

As autoridades, por meio de comissões, enviaram os produtos para a sobrevivência dessas pessoas pobres. No entanto, nem sempre atendiam à necessidade. Pode-se verificar que houve pedidos de distribuição de alimentos diretamente para algumas famílias, conforme a documentação. A seguir, documento que comprava o concedimento de socorro:

A Comissão de Socorros desta capital manda fornecer aos imigrantes Francisco Alves da Costa, com 8 filhos, Manoel Gonçalves de Oliveira com 4 ditos, Manoel Correa Pereira, com 12 pessoas de ... família, e Antonio ... – ao primeiro, 25 litros de farinha e 25 de arroz, ao segundo, igual quantidade de víveres, ao terceiro, 50 litros de farinha, 50 de arroz e 10 de feijão e ao quarto, 10 litros de farinha, 5 de arroz e 4 de feijão. B. de Campo Maior.²¹⁸

Os alimentos distribuídos aos migrantes eram, principalmente, farinha, arroz, milho e

²¹⁶ APEPI. *Requerimento de Manoel Gonçalves de Carvalho à Comissão de Socorros da capital*. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências recebidas. Teresina, 1876-1889.

²¹⁷ APEPI. *Ofício da Comissão de Socorros Públicos da capital que ordena a distribuição de gêneros alimentícios a particulares*. Teresina, 1 dez 1877. Comissão de Socorros Públicos. SPE. Cód.: 575. Estante 5. Prateleira 2. Teresina, 1876-1877.

²¹⁸ APEPI. *Ofício da Comissão de Socorros Públicos da capital ordenando a distribuição de gêneros alimentícios a imigrantes*. Comissão de Socorros Públicos. SPE. Cód. 575. Estante 5. Prateleira 2. Teresina, 1876-1877.

feijão. Muitas vezes, a quantidade de produtos distribuídos às pessoas “com deficiência” não era suficiente para saciar a fome dos migrantes pobres, assim como outras necessidades básicas, pois esses produtos não estavam disponíveis em grandes quantidades. As reclamações que as vítimas dirigiam às autoridades representam um retrato da realidade a que estavam submetidas, em que os núcleos constituíam o elo entre os migrantes e o governo/elite.

Assim, os pobres desvalidos que não tinham condições de sobreviver dependiam em grande parte da ajuda que as comissões ofereciam. Apesar de terem desempenhado um papel muito importante no auxílio às vítimas da seca, as comissões de ajuda pública também representaram, segundo alguns historiadores, um meio de arrecadação de dinheiro. Araújo ressalta o problema e explicita as denúncias feitas contra os membros da Comissão. Estes tinham como objetivo sanar as dificuldades dos retirantes e não barganhar os recursos destinados para eles.

Araújo relata que as Comissões de Socorros praticavam desvios de recursos, utilizando as instituições e os cargos de prestígio para desviar parte do que era enviado aos migrantes, fazendo com que a Comissão, em vez de ajudar os necessitados, beneficiasse os que desviavam os recursos públicos. Havia, assim, benefícios para um pequeno grupo, que deveria ajudar os flagelados da seca. Segundo a autora:

No Piauí, os municípios assolados pela seca e mesmo aqueles receptores de flagelados, foram constituídos por Comissões de Socorros Públicos. Essas comissões eram compostas por elementos responsáveis da comunidade [...] pessoas socialmente qualificadas. Entretanto, quase sempre, tiveram proveito para si ou faziam vista grossa para os desvios de suprimentos, favorecendo parentes, protegidos e, muitas vezes, selando pacto com tropeiros encarregados de transportar socorros.²¹⁹

A autora destaca a atuação de parte das comissões em benefício daqueles que administravam propriedades que deveriam acolher os migrantes. Ao invés de ajudarem as vítimas da seca, enriqueceram com a morte e miséria dos flagelados. Diante disso, essas organizações não cumpriram integralmente seu objetivo, já que havia irregularidades na distribuição dos recursos. Araújo afirma que:

[...] o Governo Central, ao institucionalizar Comissões de Socorros Públicos, propunha-se minorar os clamores da seca, assistindo o flagelado e suprindo suas necessidades básicas. Agora, a atuação real dessas comissões levou a uma série de irregularidades que, por si, desvirtuaram, em parte, o sentido ideal da política assistencialista do governo central. [...] havia desvios de verbas e irregularidades na distribuição de alimentos e que, mesmo tomando o conhecimento dessas irregularidades, o Governo ‘fechava os olhos aos

²¹⁹ ARAÚJO, 1991, p. 72.

abusos' praticados pelo poder local. Tudo isso demonstra o compromisso entre os poderes central e local, que não deixa de estar vinculado numa forma de política do coronelismo.²²⁰

É importante questionar o papel das Comissões de ajuda pública do Piauí nesse cenário marcado pela seca. Essa forma de assistência ajudou os migrantes pobres que não possuíam meios de subsistência. No entanto, essas Comissões também eram um meio de controle sobre as pessoas pobres, pois, naquela época, esses indivíduos dependiam muito dessas organizações e delas precisavam para sobreviver, configurando uma relação de dependência entre migrantes e autoridades.

Em um momento em que as autoridades tentavam urbanizar e ordenar o espaço, os migrantes que circulavam pela cidade também eram empregados como operários para a construção de obras públicas, pois deviam ter uma profissão útil, já que a prática de mendicância aos poucos se tornou inoportuna para a sociedade. Trabalhar era visto como a forma mais adequada de conseguir bens: comida, roupa, remédios, dentre outros. Por meio dessas trocas, as autoridades estabeleciam cada vez mais vínculos de dependência entre elas e os migrantes pobres. Assim, os documentos, datados de 1877, enviados à Comissão de Socorro de Príncipe Imperial recomendavam que a esmola fosse convertida ou substituída por empregos. Assim, os pobres deveriam se esforçar para merecer a ajuda que lhes era prestada.

Pelo cidadão Firmino José Rosa, remeto a Comissão de Socorros, do município de Príncipe Imperial a quantia de [...] de réis, para socorrer as necessidades da população desse município, o que comunico a Comissão para seu conhecimento. Muito servirá que na distribuição de [...] quantia sejam aproveitados os esforços dos desvalidos, transformando-se a esmola em remuneração do trabalho, o que é mais honroso para quem recebe e mais aproveitado para quem dá.²²¹

É importante ressaltar que as autoridades tinham interesse em colocar essas pessoas para trabalhar, não apenas por ser mais honrado, conforme apresentado no documento, mas também como instrumento de controle dessa população. Isso pode ser visto no documento do Comitê de Ajuda de 1877:

Havendo ali chegado crescido número de imigrantes, [...] [que] essa Comissão faça trabalhar em algumas obras de utilidade pública, aqueles que forem sendo socorridos pelo governo, até que, [...] se empreguem eles no seu serviço particular, que cumpre pôr em prática para não os induzir a ociosidade e

²²⁰ ARAÚJO, 1991, p. 78.

²²¹ APEPI. *Ofício encaminhada a Comissão do município de Príncipe Imperial em 1877*. Comissão Socorros Públicos. SPE. Cód. 575. Estante 5. Prateleira 2. Teresina, 1876-1877.

vagabundagem.²²²

Para as autoridades, o trabalho era a melhor forma de solucionar o problema e lidar com o grande número de pessoas que ofereciam serviços em troca de seu sustento. Isso contribuiu para o desenvolvimento de cidades, principalmente da capital, Teresina, com a construção de alguns equipamentos públicos, por exemplo. Documento da Comissão de Socorros, de 15 de outubro de 1877, faz referência à admissão de migrantes nas obras públicas, com várias recomendações a respeito desse contrato:

Comunico à Comissão de Socorros da capital que, a respeito dos imigrantes acolhidos no edifício que servia o quartel de polícia, deliberei:
 1º – empregá-los constantemente em alguma obra de utilidade pública;
 2º – fixar-lhes pelos serviços úteis a diária de 300 réis para os adultos, e 150 réis para os menores em estado de trabalhar; [...]
 5º – Autorizá-la a despedir do estabelecimento e suspender qualquer consignação àqueles que se mostrarem avessos ao trabalho ou mal procederem, informando-me previamente.²²³

Portanto, a ocupação dos migrantes que percorriam o entorno da cidade era fonte de grande preocupação. Eles tinham que fazer algo “útil”, trabalhar, para não serem vistos como preguiçosos. Além disso, na medida em que recebiam assistência do governo, deviam merecê-la e isso deveria ser feito com a disponibilidade de sua força de trabalho. A análise dos documentos evidencia que havia ordens de punição para os que apresentassem mau comportamento ou não quisessem trabalhar.

Apesar dos problemas que poderiam surgir, as Comissões de ajuda pública constituíam lugar de esperança para muitos. Essas organizações, que se destinavam ao auxílio aos migrantes, tanto no interior do país como em outras províncias, certamente eram o primeiro escudo para as principais vítimas desse fenômeno nas diferentes cidades autônomas da província do Piauí.

Cabe destacar que a imprensa atuava de forma rígida, denunciando as irregularidades no socorro aos migrantes. O jornal *A Época*, ao se referir aos retirantes, exigia urgência do governo e denunciava os desvios dos gêneros alimentícios que chegavam à Comissão de Socorros. A seguir, trecho do jornal em que é feita denúncia relacionada aos cereais enviados pelo governo central:

Os víveres enviados pelo governo central somem-se, escondem-se com

²²² APEPI. *Ofício da Comissão de Socorros Públicos da capital incentivando o trabalho em obras públicas*. Comissão de Socorros Públicos. SPE. Cód. 575. Estante 5. Prateleira 2. Teresina, 1876-1877.

²²³ APEPI. *Ofício da comissão de socorros da capital datado de 15 de outubro de 1877*. Comissão Socorros Públicos. SPE. Cód. 575. Estante 5. Prateleira 2. Teresina, 1876-1877.

rapidez incrível, sem que se saiba como nem o rumo que tiveram. Aparecem depois expostos à venda em diversas tavernas, que suprem-se no celeiro público, como geralmente se diz, para fornecer pequenos lucros aos que especulam com a penúria da população desfavorecida, diariamente dizimada, à mingua, avultadas quantias saem mensalmente dos cofres públicos para minorar tantos males, para acudir a indigência, que não obstante, fica cada vez mais indigente. É uma triste verdade!²²⁴

Desse modo, interessa questionar acerca do papel que a Comissão de Socorros teve no Piauí e qual a relação que esta instituição desenvolveu com a calamidade da seca. As fontes demonstraram que houve diversas denúncias de irregularidades. A assistência fornecida através da Comissão tinha como objetivo minimizar a situação difícil vivida pelos retirantes. No entanto, essa instituição também funcionou como medida de controle para os indivíduos mais pobres da sociedade, na medida em que os migrantes se viam na necessidade de sobreviver e dependiam da ajuda distribuída pelo governo. Foi a partir daí que as relações entre poder e pobreza se entrelaçaram na província do Piauí imperial, resultando em uma relação de dependência entre os migrantes e as autoridades, o que significa dizer que se estabelecia o controle dos primeiros pelos segundos.

Segundo Araújo, as irregularidades da Comissão chegaram ao Ministério dos Negócios do Império. Desse modo, as notícias que se espalharam e criaram na Corte uma visão de que as verbas mandadas para o auxílio aos retirantes da seca, solicitadas pelos representantes das províncias, serviriam apenas para o enriquecimento de alguns, e não para socorrer os flagelados, que, muitas vezes, não existiam na quantidade alegada pelos registros. Segue trecho de ofício enviado pelo Ministério ao presidente da província do Piauí:

Havendo comunicado o presidente das Alagoas [...] que tinham sido encontradas diferenças consideráveis entre o número real de retirantes socorridos por conta do governo na Colônia São Francisco e o apontamento nas relações apresentadas ao respectivo diretor, dando-se, por isso, a culposa irregularidade a serem gratuitamente entregues ou vendidos a particulares os gêneros destinados ao socorros públicos; recomendo a V. Exa. que tenha todo o cuidado em que fatos idênticos se não deem nessa província, bem assim, providências a fim de que nos relatórios das Comissões de socorros se faça menção de qualquer circunstância que possa esclarecer o Governo acerca da boa aplicação dos ditos socorros, devendo sempre declarar-se o nome da autoridade local ou pessoas de conceito que, por suas informações ou exigências der lugar a remessa de gêneros para as diversas localidades.²²⁵

Pode-se dizer que não restava dúvida de que a indústria da seca havia nascido e que parte daquela distribuição era desviada de forma grosseira. A oposição política não era contra

²²⁴ EMIGRANTES. *A Época*. Teresina, n. 26, p. 1, 28 set. 1878.

²²⁵ Documento expedido pelo Ministério dos Negócios do Império ao presidente da província do Piauí, Sancho de Barros Pimentel. Rio de Janeiro, 29/4/1878.

os meios assistencialistas, mas sim contra os desvios e as barganhas com as comissões, que falsificavam despesas para enriquecimento às custas dos migrantes.

Nos documentos, percebe-se que havia uma competição por posições nas comissões da seca e uma generalização da atmosfera de exploração. Algumas casas do comércio obtiveram gigantescos lucros, quando o governo começou a permitir que as compras para os flagelados fossem feitas dentro da província. Sobre este assunto, o deputado Rodrigues Júnior denuncia as casas comerciais de Barão de Ibiapaba, Ribeiro da Cunha e uma Casa Inglesa no Ceará. No Piauí, a casa de comércio que mais lucrou foi a conhecida Casa Inglesa, sediada em Parnaíba.²²⁶

O governo imperial continuou a conceder socorros durante o ano de 1879, em caráter suplementar, por meio de créditos para o pagamento de despesas pendentes, objetivando também reestabelecer o estado sanitário das províncias. Os discursos políticos referiam-se ao combate aos efeitos da seca, afirmando que não trouxe mudanças econômicas importantes, e denunciavam que nesse entremeio existiam interesses oligárquicos que impossibilitavam o uso adequado das verbas públicas.

A ação irregular da Comissão comprometeu esse objetivo, desvirtuando o caráter assistencialista. Pode-se perceber que o governo, em alguns momentos, se empenhou na implantação de fiscalização mais rígida, através de prestação de contas, relatórios médicos, mas tais medidas não foram capazes de sanar a irregularidade na distribuição de alimentos e desvios de verbas. É necessário ressaltar que, por muitos momentos, o Governo simplesmente ignorava os abusos cometidos pelo poder local, demonstrando o compromisso e a aliança entre o poder local e o provincial, que ainda não havia deixado de lado a política coronelista.²²⁷

A partir disso, com a repercussão em nível nacional e com a chegada de chuva, o Ministério da Fazenda achou melhor suspender os recursos destinados à Comissão de Socorros Públicos. Para o Piauí foram encaminhados inúmeros documentos do Ministério dos Negócios e da Fazenda exigindo a retirada imediata das ajudas nos socorros públicos. As denúncias tomaram proporções no país. Correspondência publicada no jornal *A Constituição*, do Rio de Janeiro, explica a situação:

Exmo. Sr. As circunstâncias do Tesouro não permitem absolutamente que por mais tempo se continue a fazer despesas não orçadas em algumas províncias do Norte, por conta da verba – Socorros Públicos... Assim pois, rogo a V. Exa. que se digne expedir suas ordens, prevenindo aos presidentes das mesmas

²²⁶ ARAÚJO, 1991, p. 80.

²²⁷ O coronelismo, conceito presente no livro *Coronelismo, enxada e voto*, de Victor Nunes Leal, consiste em um sistema de barganha entre um poder público mais fortalecido e um poder privado cada vez mais decadente, tendo como campo de atuação os grandes latifúndios, onde os senhores de terra ou os coronéis atuam com extensa autonomia, sendo a estrutura agrária brasileira o pilar de sustentação desses resquícios de poder privado.

províncias que de julho em diante não é possível o Tesouro continuar a fazer semelhantes suprimentos.²²⁸

Nesse momento, foram enviados diversos documentos do Ministério dos Negócios e da Fazenda, na qual exigiam a restrições de despesas com os socorros públicos. Segue um desses documentos do Ministério dos Negócios ao presidente da província do Piauí, Sancho de Barros Pimentel, no ano de 1878:

[...] convido que tomem as medidas necessárias para que os cofres públicos vão sendo aliviados das enormes despesas que sobre eles pesam com o auxílio aos indigentes, declaro a V. Exa.:

1º - que cumpre providenciar para que regressem aos seus lares os retirantes que ainda vivem dos socorros prestados pelo Estado, os quais devem cessar;

2º - que de agora em diante deverá V. Exa. dirigir a este Ministério os seus pedidos de gêneros alimentícios, para as necessidades que ainda forem ocorrendo, visto que nesta data expeço ordem a Casa Figueiredo & Cia para suspender a remessa de gêneros;

3º - que se faz mister que V. Exa. só autorize despesas imprescindíveis e que tenham íntima ligação com aquele assunto;

4º - que no mais breve espaço de tempo me deverá V. Exa. remeter uma notícia circunstanciada das colônias de retirantes que foram fundadas nessa província, com informação que com elas se fazem por conta deste Ministério, para se providenciar como for mais conveniente”.²²⁹

Em junho de 1879, Affonso Celso, Ministro da Fazenda, envia telegrama ao presidente da província do Piauí com a seguinte mensagem: “[...] restrinja a defesa com socorros de modo que cesse em julho, mais tardar, e informe: o que falta pagar, de que recursos dispõe a tesouraria e quanto é preciso até o fim do corrente para aquelas e outras despesas”.²³⁰

Entretanto, somente no governo de João Pedro Belfort Vieira, no ano de 1879, é que foram tomadas as medidas no sentido de dispensar os serviços de socorros públicos na província.²³¹

Enquanto os políticos do Sudeste buscavam verbas para acelerarem o processo modernista, o Nordeste solicitava ajuda para controlar uma crise de flagelados da seca, assumindo, assim, papel de mendicância no cenário nacional. “O bloco dominante do Nordeste não tinha condições de definir uma política econômica, pois não formava uma elite uniforme e o Império estava ligado aos interesses dos cafeicultores”.²³²

A calamidade ocorrida nos anos de 1877 a 1879 gerou na província do Piauí um estado

²²⁸ CORRESPONDÊNCIA do ministério da Fazenda ao Ministério dos Negócios do Império *A Constituição*. Rio de Janeiro, 19 jun. 1879.

²²⁹ Documento expedido pelo Ministério dos Negócios do Império ao presidente da província do Piauí, Sancho de Barros Pimentel. Rio de Janeiro, 14/10/1878.

²³⁰ Telegrama – Presidente da província, Gabinete do Ministro da Fazenda, Rio de Janeiro, 3/6/1879.

²³¹ Fala do presidente da província, Dr. João Pedro Belfort Vieira. 11/12/1879.

²³² ARAÚJO, 1991, p. 80.

de alerta, elevando e ressignificando a caridade para o nível assistencialista, que carecia da intervenção do governo. No entanto, podemos perceber que esse período foi responsável por fixar uma imagem do interior do Nordeste como sendo uma região de seca, fome e miséria e, muito mais do que isso, possibilitou que os políticos locais aumentassem seu poder a partir de barganha e exploração, pois conseguiram angariar fundos para o seu próprio benefício e oferecer um legado que se tornou presente e predominante na política regional. Mesmo tendo surgido com o propósito de socorrer os retirantes, a Comissão de Socorros terminou servindo como instituição de privilégios da elite regional da província do Piauí.

4 POBRES E DESVALIDAS: CLAMOR E CARIDADE NAS SÚPLICAS DAS MÃES DA SECA NO PIAUÍ

4.1 A situação das mulheres durante a seca

O pressuposto de uma condição feminina, idealizada e abstrata, empurra as mulheres para a margem de passados míticos, ausentes da história. A reconstrução dos papéis femininos dentro do processo histórico do seu tempo permite sua inserção no contexto social, podendo ser captada por meio da reconstrução global das relações sociais. Dessa forma, a discussão aqui proposta se enquadra na perspectiva de uma análise de gênero, objetivando discutir uma história das mulheres, dando ênfase a um grupo específico, as mães da seca.

As mulheres que viviam no Piauí oitocentista e se encontravam sob um padrão social excludente, tomadas pela pobreza, viviam à margem do patriarcado, sendo as responsáveis pelo cuidado da casa e da família, tiveram que se reinventar, no período das secas, para garantir a sobrevivência. Utilizando da luta cotidiana, as mães da seca trouxeram um olhar mais sensível para as autoridades locais sobre as dificuldades enfrentadas pelos sertanejos, de modo especial aqueles que viviam na província do Piauí entre 1877 e 1879.

A historiografia desenvolvida nas últimas décadas aborda a condição feminina, visto que pretende relatar a experiência histórica de grupos marginalizados. Segundo E. P. Thompson, ao escrever um comentário sobre quem trabalha com fontes escritas de grupos sociais oprimidos: “Não existem causas perdidas na história, e o que parece secundário, numa dada conjuntura, pode revelar-se decisivo em outras”.²³³ São ideias como essa que nos despertaram o encorajamento para analisar as problemáticas da seca, por meio da história das mulheres.

O testemunho de observadores, visitantes ou cronistas contemporâneos sobre a presença das mulheres nas ruas da cidade são documentos interessantes, mas unilaterais. Atestam as suas idas e vindas no comércio itinerante e a sua presença nas igrejas, sentadas no chão, sobre esteiras: dão vislumbres de “profunda pobreza”, e não passam despercebidas. São figuras escuras, envoltas em trapos que quase nada cobriam. Estereótipos da elite impunham silêncio e omissões sobre onde viviam e como sobreviviam.

Mulheres do século XIX estão presentes na literatura de cordel, testamentos, inventários e memórias. As mais ricas ou intelectuais aparecem nas páginas dos inventários, nos livros, são donas de joias e terras. Havia também escravas, embora pertencessem aos ricos. As mulheres

²³³ THOMPSON, E. P. *The Making of the English working class*. Nova Iorque: Pantheon, 1956. p. 13.

pobres livres, lavadeiras, confeitadeiras, costureiras e rendeiras, famosas nas canções do Nordeste, mal as conhecemos. Depois de mortas, não se falava mais sobre essas mulheres pobres, seus filhos não faziam inventário, elas não deixaram escritas falando de suas angústias e medos, porque eram analfabetas e no dia a dia do trabalho tinham que lutar para sobreviver. Talvez, sonhando sobreviverem, não se pode saber.

O espaço de sobrevivência das mulheres pobres coincide com a margem tolerada de relativa autonomia dos desclassificados sociais. Faz-se importante relatar que no Brasil oitocentista as mulheres estavam colocadas sob o jugo patriarcal, não detinham direitos e suas vivências se davam essencialmente no âmbito privado, restritas ao cuidado com a casa e a família. O sistema patriarcal imposto durante anos normatizou a ausência feminina na esfera pública, oportunizando uma dinâmica social que privilegiava os homens, colocando-os em um lugar de forte poder.

A responsabilidade de prover o sustento familiar era essencialmente do homem, não cabendo à mulher competir com o sexo oposto no âmbito do trabalho. Conforme Patrícia Ávila Costa: “A mulher como mãe veio a ocupar um lugar fundamental na configuração desse novo espaço familiar, centrado no campo do afeto, dos sentimentos e do amor, fechado a quatro paredes e dirigido ao marido e aos filhos”.²³⁴

Considerando o contexto social vivenciado por mulheres no recorte temporal escolhido, interessa saber quais foram os mecanismos de resistência postos em prática por essas mulheres que não possuíam espaço e nem garantias na sociedade que pudessem lhes assistir, de maneira particular, no momento de estiagem. Se as mazelas sociais oriundas da seca causavam uma desestruturação na figura masculina, que enxergava poucas alternativas de sobrevivência, para as mulheres, os problemas advindos da estiagem eram intensificados, sendo agravados, quando elas se deparavam com uma realidade solitária, em virtude da ausência de seus provedores, obrigados a migrarem em decorrência da seca.

O contexto da seca foi cruel para todos que com ela conviviam. Atingia mulheres, homens e crianças, independente da classe social, seus reflexos eram sentidos por todos. No entanto, a desigualdade nas relações de gênero se configura como ponto crucial no envolvimento com a seca, principalmente, quando nos debruçamos sobre o estudo das classes mais pobres, pois, quando se trata da seca, essa relação díspar se torna ainda mais intensa.

A seca trouxe visibilidade para a região vitimada por ela, abrindo espaço para uma visão

²³⁴ COSTA, Patrícia Ávila. *Da janela das andorinhas: a experiência da feminilidade em uma comunidade rural*. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. p. 38.

mais aguçada no tocante às explorações que os sertanejos sofriam nas frentes de trabalho. Esses passaram a se enxergar como sujeitos explorados, o que fez com que a população se organizasse para cobrar dos governantes medidas que facilitassem a convivência com os infortúnios da seca.

A grande seca, como foi chamada a seca que durou de 1877 a 1879, afetou a economia e a sociedade da região Norte. As elites e o governo decidiram criar as Comissões de Socorros Públicos, que eram meios utilizados para a prestação de serviços assistencialistas, formados por pessoas nomeadas pelos presidentes provinciais, que recebiam do governo imperial gêneros alimentícios e medicamentos para distribuir entre os sertanejos, como foi mostrado no capítulo anterior. Nesse ínterim, medidas de socorros formuladas pelo governo central foram sendo postas em prática e acabaram trazendo uma nova maneira de os migrantes se relacionarem com o meio em que viviam. As intervenções assistenciais tiveram como base o emprego dos migrantes em obras públicas.

As Comissões de Socorros Públicos serviam como meio de organizar as medidas emergenciais. Era a partir delas que se davam as medidas de intervenção, como a construção de obras públicas para o emprego de migrantes, a distribuição de alimentos e vestuários, como também o fornecimento de atendimento médico. No entanto, tais medidas eram incipientes, visto que eram realizadas no contexto de uma estiagem. Como não eram medidas mantidas constantemente, não resolviam o problema social resultante da seca.

A situação feminina nesse contexto ganha destaque, pois apesar de serem o maior número dentro dos abarracamentos administrados pelas Comissões de Socorros Públicos, elas não eram alvos de políticas específicas. As mesmas medidas utilizadas para evitar os vícios da ociosidade, empregando os migrantes do sexo masculino, eram também tomadas para empregar mulheres e crianças, o que causava descontentamento entre os sertanejos, que queriam manter nos núcleos a mesma dinâmica do trabalho estabelecida na sociedade, ou seja, as mulheres deveriam se encarregar dos trabalhos domésticos e da criação dos filhos, enquanto os homens proveriam o sustento da família através do seu trabalho.

Mesmo com o descontentamento, principalmente dos homens, o que, às vezes, causava atritos em que era preciso apelar para a força policial, as mulheres e crianças eram constantemente colocadas e exploradas nas frentes de trabalho. O emprego da mão de obra feminina e infantil se dava, não apenas pela necessidade de trabalhadores para a construção das obras públicas, mas para gerar lucro, uma vez que essas obras favoreciam muito mais os grandes proprietários de terras que os desvalidos.

Vivendo em um contexto patriarcal em que deveriam seguir um modelo social imposto a elas, desde o nascimento, as mulheres viam-se na necessidade de construir meios de

sobreviver em um ambiente que não lhes era favorável. A conjuntura social de miséria, desemprego, fome, epidemias e mortes trazida pela seca favoreceu o surgimento de uma nova dinâmica familiar, em que, na ausência dos seus provedores, na maioria dos casos, os maridos, as mulheres tomaram para si a responsabilidade de proverem o seu próprio sustento e o sustento familiar.

O papel feminino nos oitocentos estava colocado sob um padrão social que as excluía da vida pública, sem uma participação significativa nas decisões e atividades sociais. Dada a ocorrência da seca, essa realidade era intensificada. As mulheres seguiam os seus provedores no caminho da migração e tinham que se submeter às condições precárias de sobrevivência nos abarracamentos e as cargas exaustivas e exploratórias nas frentes de trabalho.

Dado o contexto social em que as mulheres estavam inseridas, as suas ações de resistência contra o sistema de exploração sertaneja transvestido de assistencialismo eram distintas daquelas praticadas pelos homens e, conseqüentemente, o comportamento repressivo em torno dessas ações era mais brando. Dessa forma, as petições enviadas pelas “mães da seca” poderiam ter o intuito de exercer uma pressão mais direta sobre as autoridades.

As mulheres que haviam sido deixadas pelos maridos ou as viúvas que optaram pelo clamor e caridade, enviavam para as autoridades provinciais cartas que continham informações sobre o seu estado e as suas necessidades principais. Este foi um meio frequentemente utilizado para suprir a carência diante das poucas condições de sobrevivência.

Quase a totalidade das mulheres pobres de Teresina, nesse período, eram analfabetas, o que transparece nos documentos escritos de forma tangencial e indireta. Quando dirigiam petições e requerimentos às autoridades era invariavelmente através de um procurador, ou seja, nunca se expressavam de forma direta e objetiva. Assinavam em geral os documentos com uma cruz ou “a rogo”, deixando-se substituir por terceiros, o que as tornava um padrão integrado na imensa maioria da população, cujos depoimentos esparsos, quando tomados, foram sempre indiretos, cooptados e quando muito fielmente transcritos por um escrivão mais dotado e consciente.

As cartas são uma narrativa das condições que essas mulheres e suas famílias vivenciavam. Consta além da sua identificação e a quantidade de filhos, a justificativa para o ato de clamor. Em sua maioria, elas contavam que se encontravam sozinhas, pois os seus maridos haviam saído em migração e por onde passavam só encontravam mais seca e miséria, ou, por serem viúvas, traziam nos seus escritos as principais necessidades: alimentação, vestuário e atendimento médico.

Ilustríssimo senhor membro da Comissão de Socorros de Teresina [ilegível]
Teresina, 2 de abril de 1877.

Diz [...] Maria Francisca de Paula, viúva, mãe de sete filhos sendo cinco filhas moças [...] que tendo ficado reduzida no último extremo de miséria, proveniente da seca que flagelou sua [...] província, requer a Vossa Excelência, que se digne socorrê-la com o fato da caridade do estado, com a roupa indispensável para guardar o pudor [...].²³⁵

O teor apelativo das cartas é evidenciado pelas justificativas, ao pedir determinadas ajudas. Na carta citada acima a requerente pede roupas e justifica que é algo necessário para proteger o pudor, principalmente feminino, visto que a requerente possui cinco filhas e que, portanto, pelo padrão normativo da época, deveriam estar vestidas adequadamente. Segundo a lógica social da época: “[...] o modelo de feminino que deveria ser seguido era o do recato, podendo exibir-se somente para o marido [...]”²³⁶. Desta forma, as Mães da Seca utilizavam o jogo de gênero, assumindo o papel de protetoras do lar e da moral, uma vez que a imagem de subordinadas e indefesas poderia gerar nas autoridades uma maior comoção.

As cartas descrevem as condições vivenciadas por essas mulheres e suas famílias. Além de suas identificações e do número de filhos, dos motivos que justificam tal clamor, a maioria dizia estar sozinha, porque seus maridos partiram, emigraram e nunca voltaram.

Ilustríssimos senhores membros da comissão de socorros públicos Diz Francisca Maria da Conceição, casada, com quatro filhos, e seu marido que a mais de quatro meses [...] em viagem para a Barra do Corda na província do Maranhão, e que na procura se defronta mais fome e imigração da quais são vítimas com suas famílias [...] por isso vem pedir a Vossa Excelência que atuando [...] fornecê-la de cereal [...] e fazendo, pelo que se tem destinado aos imigrantes. Nestes termos E. R. M^a Teresina 2 de maio de 1878 A rogo da [...].²³⁷

Nas narrativas está sempre presente a quantidade de filhos que a família possuía. Essa informação, deduzimos, se fazia presente nas cartas como mais um meio argumentativo na luta por atendimento às súplicas. De modo geral, as famílias eram grandes, com uma quantidade significativa de filhos, que além de sofrerem com a migração e as poucas condições de sobrevivência em decorrência da seca, eram submetidas à exploração nas frentes de trabalho. Nesse sentido, as cartas, para além de uma maneira de conseguir subsídios para a sobrevivência de sua família, funcionavam como um meio de evitar e até mesmo fugir das explorações.

²³⁵ APEPI. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (Requerimentos). Ano: 1876- 1889. Caixa sem numeração.

²³⁶ SILVEIRA, Mona Ayala Saraiva da. As relações familiares e o matrimônio no Piauí oitocentista. In: LIMA, Nilsângela Cardoso (org.). *Páginas da história do Piauí colonial e provincial*. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 178.

²³⁷ APEPI. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (Requerimentos). Ano: 1876- 1889. Caixa sem numeração.

Outro exemplo é o requerimento de Luiza Joaquina Rosa:

Luzia Joaquina Rosa, natural desta província, pobre desvalida, tem a seu cargo um filho menor de nome José, achando-se sem meio algum de subsistência, vem muito respeitosamente implorar de Vossa Excelência a graça de mandar socorrê-la com vestuários e alimentos com que o governo está dispondo à pobreza, para si e seu referido filho. A [...] confiada na reta justiça que mui caracteriza ao nobre coração de Vossa Excelência.

Nestes termos, em respeito mercê,
Teresina, 19 de março de 1879.²³⁸

A análise do documento sugere algumas questões. A situação de calamidade fazia com que os migrantes não possuíssem nem vestimentas, fazendo com que andassem nus ou quase nus. As cartas endereçadas ao governo eram repletas de súplicas, relatando a situação degradante em que se encontravam, especificando suas necessidades. No caso acima, a suplicante relata que era pobre e desvalida, não tendo condições de manter a si e ao filho.

Merece nossa atenção o comportamento dos sexos diante dos males causados pela seca. O homem como arrimo de família, quando percebia que não podia com seu próprio trabalho dar à sua família o necessário para sua existência, sente-se envergonhado quando deixa de cumprir suas obrigações sociais. Uma atitude contrastante é observada nas personagens femininas, que procuravam incentivar seus maridos a continuarem se reinventando na luta pela sobrevivência.

O homem, de um modo geral, demonstra sentimento de impotência e apenas tenta se justificar dizendo que ‘não tenho de onde tirar’... ‘não encontro pra quem trabalhar’... e devolve o problema para a mulher, dando-lhe mais uma tarefa: a de pensar sobre o que ele deve fazer. Este é um tipo de situação que deixa o homem um tanto desmoralizado diante da família e com a autoestima em baixa.²³⁹

As mães da seca, quando os maridos eram mandados para os serviços públicos, ficavam responsáveis por cuidar dos filhos e de toda a família, inclusive de conseguir alimentação e vestimentas. A partir disso, recorriam à Comissão de Socorros Públicos. Era necessário lutar pela sobrevivência dia após dia, suplicando para que a calamidade fosse diminuída ou mesmo sanada.

As súplicas eram constantes e se davam de forma muito intensa para que provocassem impacto nas autoridades, mostrando como estava a situação daqueles indivíduos. Como exemplificação, temos outra carta endereçada ao governo:

²³⁸ PIAUÍ. Palácio da presidência. *Correspondência recebida pela Comissão de Socorro*. Requerimento em que Luzia Joaquina Roza pede auxílio à Comissão de Socorros da capital. Teresina, 1879. [APEPI]

²³⁹ FISCHER, Izaura Rufino; ALBUQUERQUE, Lígia. *A mulher e a emergência da seca no Nordeste do Brasil*. Trabalhos para Discussão. n. 139/2002. Julho · 2002. p. 7.

D. Lina Máxima de Jesus, pobre e desvalida, filha de esta província, achando-se em um estado miserável, e uma sua filha só tem faltado de morrerem. Em vista da seca se tem deslizado nesta província, e em vista do que, vem a si humildemente suplicar o auxílio destinado aos indigentes, mandando que a Comissão de Socorros Públicos, forneça de cereais e vestuários, como se depreende de seu miserável estado.

Teresina, 20 de março de 1878.

Pela suplicante. Manoel Raimundo da Silva.²⁴⁰

As documentações são cruciais para que se compreenda como se dava o processo de assistencialismo, bem como demonstram a situação em que se encontravam os migrantes do Piauí no final do século XIX. Ao analisarmos os requerimentos que os pobres encaminhavam para a Comissão de Socorros, rogando auxílio, na tentativa de barganhar recursos necessários à sobrevivência, percebemos as condições extremas em que se encontrava a população pobre do Piauí, na época.

Podemos perceber também que retirantes de outras províncias, especialmente do Ceará, faziam morada no Piauí, demonstrando que a província foi rota de migração para migrantes de outras províncias e que estes, por não conseguirem seguir viagem – seja por falta de subsídios, de força física ou de saúde –, aqui permaneciam. Abaixo carta de imigrante cearense enviada à Comissão de Socorros de Teresina:

Verônica Maria do Espírito Santo retirante da vila do Sauhá, província do Ceará, viúva paupérrima com cinco filhos de menor idade, além de uma irmã órfã de pai e mãe que a supre e cria, vem implorar de Vossa Excelência a caridade de mandá-la suprir com o vestuário indispensável para si, filhos e irmã, bem como as comidas que Vossa Excelência entender em seu coração filantrópico, visto que sendo a caridade, uma filha de Deus ela pode ser mandada distribuir por uma de suas filhas das quais faz parte vosso excelentíssimo, nestes termos, espera a suplicante ser benignamente deferida. Teresina, 18 de março de 1879.

A rogo de minha mãe Verônica Maria do Espírito Santo.²⁴¹

A partir da análise desse documento, pode-se perceber que os retirantes vindos de outras províncias viram no Piauí uma rota de ajuda através da Comissão de Socorros, garantindo assim subsídios básicos para a sobrevivência. Muitos desses suplicantes eram analfabetos e buscavam quem pudesse redigir a carta de súplica, um membro da família ou simples conhecido. Como no caso anterior, Verônica Maria do Espírito Santo solicitou que seu filho redigisse a carta pedindo o auxílio em nome da mãe. Era necessário, ao redigir a carta, deixar claro as condições

²⁴⁰ PIAUÍ. Palácio da presidência. *Correspondência recebida pela Comissão de Socorro*. Requerimento em que D.Lina Máxima de Jesus pede auxílio à Comissão de Socorros da capital em data de 20 de março de 1878. Teresina, 1878. [APEPI]

²⁴¹ APEPI. *Requerimento de Verônica Maria do Espírito Santo à Comissão de Socorros da capital em data de 18 de março de 1879*. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências recebidas. Teresina, 1876-1889.

em que se encontrava a suplicante e para quantas pessoas solicitava os recursos.

No caso, seria uma mulher pobre, de família numerosa, que tinha muitos dependentes sob sua responsabilidade, um exemplo entre milhares de outras mulheres, que batalhavam para conseguir meios de manter seus filhos e familiares vivos. Não tendo mais o marido, era a responsável de forma exclusiva pelos cinco filhos e pela irmã órfã. A carta revela o cenário em que se encontrava o Piauí, retratos de mulheres e homens com numerosas famílias, sem o mínimo para sobrevivência, que viram nessa província uma acolhida. A carta demonstra mais uma vez que os pedidos eram de vestuários, indispensáveis, pois já não possuíam nem mesmo o que vestir, além de alimentos para todos.

A carta de Augusto Raimundo Carvalho, que a escreveu a pedido da viúva Jozefa Maria do Espírito Santo, uma senhora idosa que vivia sozinha no termo de Pedro II, pedia ao presidente provincial que interviesse no despedimento, contratando seu filho, Faustino José Lopez. Vejamos:

Diz Jozefa Maria de Espírito Santo, viúva, e moradora na Freguesia do Pedro 2º desta província que, tendo um único filho, de nome Faustino Lopez que lhe serve de arrimo e a quatro irmãos pobres que com a supp. vive, sucedeu ter sido o mesmo recrutado e conduzido preso a esta cidade onde se acha para marchar para o Sul.

Tendo-se a suppte. sem recursos para obter a soltura do dito seu filho lembrou-se do expediente de, com os maiores incômodos e sacrifícios, dirigir-se nesta cidade a V. Exc.^a a quem requer com todo respeito que atendendo aos documentos juntos que emitam o fundamento de seu pedido, se digne de dispensar seu referido filho, visto como é ele o maior que se encarrega de dar-lhe o pão e mais de que precisa.

Nestes termos a suplicante espera que V. Exa. lhe há de fazer.

A rogo de Jozefa Maria de Espírito Santo,
Augusto Raimundo Carvalho.²⁴²

O requerimento do último ano da seca, 1879, demonstra o estado de miséria a que muitas pessoas estavam submetidas, sendo as autoridades, por meio das assistências, um dos poucos meios a que essa população pobre recorria:

Maria Ribeiro Campos e sua família vem implorar de vossa excelência a graça de mandar socorros pela comissão desta capital com algumas [roupas] de linha para cobrir a vergonha de sua família, pois já não podem aparecer em público, a falta de recurso, ... porque é retirante.

²⁴² APEPI. *Requerimento de Augusto Raimundo Carvalho para Jozefa Maria de Espírito Santo*. Fundo do Poder Executivo. Caixa: 366. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências recebidas. Teresina, 1850-1867.

Teresina, março de 1879.²⁴³

Nesse requerimento fica claro que até mesmo vestimentas faltavam, sendo essas necessárias para cobrir o corpo. No entanto, os recursos que as pobres “deficientes” demandavam do governo eram de vários tipos, principalmente dependentes das Comissões de ajuda pública para atender às suas necessidades básicas. Os nomes dessas mulheres pobres sem esperança de sobrevivência aparecem em documentos que pedem a ajuda das autoridades, não apenas para “encobrir sua vergonha”, mas acima de tudo para aplacar sua fome.

Para além das petições e requerimentos, podemos destacar os casos de criminalidade envolvendo mulheres. Francisco Gleison da Costa Monteiro explicita a situação de uma mulher que foi presa acusada de roubo. Segundo o autor:

Agora, em relação às mulheres podemos destacar o caso da ré Edvirges Maria da Solidada, natural deste termo do lugar Morrinhos, de 51 anos de idade, viúva, vivia de lavoura, que acusada pelo crime de furto de gado praticado em dezembro de 1864, foi julgada no dia 28 de junho de 1865 pelo Júri de Campo Maior. Esta ‘teve incursão máxima no art. 257 do Código Criminal, condenada a quatro anos de prisão com trabalho, e multa de vinte por cento do valor furtado’.²⁴⁴

As prisões representavam um meio para as autoridades retirarem essas pessoas da vida social. Como Michel Foucault destacou, a prisão serve para separar os criminosos ou delinquentes do resto da população, controlando esses corpos e monitorando-os constantemente. Era esse o caso do Colégio dos Educandos Artífices, dos núcleos coloniais e dos asilos para os doentes mentais. Essas organizações eram, portanto, um meio de monitorar e controlar aqueles que podiam transgredir as normas sociais impostas pelas autoridades, possuindo um objetivo mais amplo do que simplesmente socorrer os pobres.

Cada modo de olhar a cidade, de agir, de aparecer, contém estratégias e táticas que permitem decifrar a vida na cidade. Nesse sentido, é possível ver os esforços dos governantes em disciplinar os corpos e os sentidos, na tentativa de acabar com o fedor, os gritos nas ruas, as atividades sociais consideradas incivilizadas e indisciplinadas. Para Foucault:

Um direito de soberania e um mecanismo de disciplina: é dentro desses limites que se dá o exercício do poder, esses limites, são, porém, tão heterogêneos quanto irredutíveis. Nas sociedades modernas, os poderes se exercem através e a partir do próprio jogo da heterogeneidade entre um direito público da soberania e o mecanismo polimorfo das disciplinas. O que não quer dizer que exista, de um lado, um sistema de direito, sábio e explícito – da soberania – e

²⁴³ APEPI. Palácio da presidência. Correspondência recebida (requerimentos), comissão de socorro. Ano 1878. *Requerimento em que Maria Ribeiro Campos pede auxílio à comissão de socorros da capital*. Caixa: 366. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências recebidas. Teresina, 1850-1867.

²⁴⁴ MONTEIRO, 2016, p. 322.

de outro, as disciplinas obscuras e silenciosas trabalhando em profundidade, constituindo o subsolo da grande mecânica do poder. Na realidade, as disciplinas têm seu discurso. Elas são criadoras de aparelhos de saber e de múltiplos domínios de conhecimento. As disciplinas são portadoras de um discurso que não pode ser o do direito; o discurso da disciplina é alheio ao da lei e da regra enquanto efeito da vontade soberana. As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não o da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra ‘natural’, quer dizer, da norma; definirão um código que não será o da lei, mas o da normalização.²⁴⁵

A partir da constatação do modo de vida de muitas das mães pobres, uma das questões que despertou a preocupação dos governantes foi a normatização do espaço urbano. De acordo com Monteiro: “As cadeias foram espaços institucionais importantíssimos, pois complementavam o projeto de disciplinamento dos criminosos”.²⁴⁶ Devido à chegada de muitos migrantes durante os anos de seca e às condições deploráveis enfrentadas por esses, o número de crimes aumentou, assim também comportamentos como a embriaguez, “contrabando, escada” e furto, principalmente de alimentos. É importante ressaltar a presença feminina nesses casos, visto que as mulheres alegavam que os recursos enviados para socorrer os flagelados eram desviados:

Chama atenção a participação efetiva de mulheres nas ações de saques. Em alguns casos, somente havia trabalho em obras públicas para os homens, que recebiam em troca ração alimentar insuficiente para o sustento da família. Havia outro problema – muitas vezes faltavam víveres ou recursos financeiros nos núcleos coloniais e depósitos da Comissão de Socorros Públicos em virtude de desvios realizados por seus encarregados.²⁴⁷

A prática do furto de alimentos era frequente. Isso se dava por conta da necessidade de sobrevivência daquelas pessoas que, sem ter o que comer, viam nos saques de alimentos uma forma de não morrer de fome: “A prática de roubo em Teresina explicava-se pelas precárias condições de subsistência, pela pressão da miséria, e mais, pela pobreza que dominava o cotidiano do trabalhador”.²⁴⁸

As condenações eram diferentes para homens e mulheres, pois o ofício dos homens estava ligado a oficinas e à limpeza das instituições, enquanto as mulheres que eram presas “empregarão em trabalhos próprios do seu sexo, e especialmente na costura e conserto das roupas dos presos”.²⁴⁹ As documentações localizadas pela pesquisa definem a profissão da

²⁴⁵ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2009. p. 189.

²⁴⁶ MONTEIRO, 2016, p. 103.

²⁴⁶ MONTEIRO, 2016, p. 295.

²⁴⁷ BARBOZA, Edson Holanda Lima. Zonas de contato no Piauí oitocentista: rotas de retirantes e escravizados. *Vozes, Pretérito e Devir*, Teresina, ano 1, v. 1, n. 2, p. 309-324, 2013. p. 314.

²⁴⁸ ARAÚJO, 1991, p. 65.

²⁴⁹ MONTEIRO, 2016, p. 315.

maioria dos indivíduos como autônomos. É verdade que houve exceções. Esse impedimento se estende naturalmente às mulheres livres, forras e escravizadas, pois para a classe patronal elas sempre desenvolviam atividades consideradas secundárias na sociedade e, posteriormente, caíam na dependência de outras. De acordo com Monteiro:

Nas ‘Profissões manuais ou mecânicas’, a primeira ocupação que analisamos são as ‘costureiras’, com o número de 18.003. Estas são representadas apenas por mulheres que, nesse recenseamento, encontram-se distribuídas entre mulheres livres com 16.538 e as livres estrangeiras, com 31. As mulheres escravas, com 1434255, aparecem com mais evidência, pois estas também se fizeram presentes nos outros ofícios, mas somente na função de ‘costureira’ aparecem com unanimidade, marcando sua ação na malha da produção para o mercado interno ou externo da província.²⁵⁰

Muitas mulheres que trabalhavam ainda compartilhavam seu tempo com as tarefas domésticas, criando os filhos e cuidando dos pequenos roçados. Essas, ao contrário dos trabalhadores do sexo masculino, não eram remuneradas, mas ficavam ocupadas com tarefas a maior parte do dia. Acima de tudo, tentavam, na luta pela sobrevivência, escapar do isolamento “político e social” que tentava subjugar-las, mas seus “laços de família” suscitaram resistências à ordem e ao poder local. A título de exemplo, basta analisar a documentação que sustenta os pedidos de dispensa do serviço militar, visto que a maioria são elaborados a pedido de muitas viúvas idosas, que, por vezes, tinham apenas os filhos para ajudar a família.²⁵¹ Nancy Priscilla Naro destaca:

A complicada questão da contribuição de mulheres para a formação de uma identidade nacional e de um conceito de cidadania na sociedade brasileira do século XIX tem uma natureza mais delicada. Mulheres tinham suas vozes silenciadas nas esferas política e judicial daquela sociedade, mas elas estavam, mesmo assim, ligadas ao meio político e social através de laços familiares, reais ou fictícios, eventos, festivais religiosos, caridades e instituições educacionais.²⁵²

As mulheres na cidade nem sempre possuíam emprego fixo ou algum vínculo empregatício direto com um patrão, assim havia a possibilidade de organizar o cotidiano e, particularmente, seu lazer. Sobre isso, Araújo acrescenta:

Dado o tipo de trabalho flutuante que exerciam, a diversão estava associada ao seu ritmo diário de sobrevivência. Ficavam por exemplo, os carregadores d’água, de lenha, próximos ao rio Parnaíba e ao Mercado Público, nas

²⁵⁰ MONTEIRO, 2016, p. 103.

²⁵¹ MONTEIRO, 2016, p. 103-104.

²⁵² NARO, Nancy Priscilla. O gênero em questão: mulheres escravas e livres perante a justiça. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 150.

principais ruas onde o movimento era maior. Mas, às vezes, o tempo sem ocupação remunerada era abundante e as conversas entre eles tornavam-se momentos de lazer. Proseavam uns com os outros; comentavam sobre as carestias, e contavam anedotas e lendas. Era nestes momentos que trocavam entre si convites para beber pinga nas ‘quitandas’ e ‘botecos’.²⁵³

Em Teresina havia também muitos desempregados, que se juntavam aos trabalhadores sem emprego fixo nas praças da capital e “ficavam à espera de uma ocupação, fumando cachimbo de barro ou de imburana, soltando baforadas. Submetiam-se a tarefas que lhes possibilitassem satisfazer apenas suas necessidades imediatas, troca de um prato de comida”.²⁵⁴ Já as mulheres eram, muitas delas, “doceiras, costureiras e artesãs, que intercalavam o trabalho para fora com as suas obrigações domésticas. Sabiam, assim, levar a labuta entremeada pela baforada de um cachimbo de barro, pelas conversa com as vizinhas ou pelo cantarolar”.²⁵⁵

Os afazeres eram os mais diversos possíveis, como demonstrado. Muitas mulheres se ocupavam lavando roupas para os patrões na beira do rio Parnaíba. Significava esse um dos momentos de sociabilidade entre as mulheres, quando trocavam conversas sobre a vida cotidiana. Segundo Mairton Celestino da Silva, também “era comum nesses locais ocorrerem brigas, desentendimentos, uso de bebidas alcoólicas e mortes por afogamento”.²⁵⁶ Esses acontecimentos reforçavam a perspectiva de que “o mundo da rua era frequentado por pessoas dadas aos crimes, aos vícios, e a todos os tipos de incivilidade”.²⁵⁷

O mundo das ruas era algo perigoso para as mulheres, circular pela cidade poderia significar ataques e roubos. Os espaços de sociabilidade que frequentavam despertavam temores, até mesmo as beiras dos rios durante as lavagens de roupas eram perigosas. As reclamações das mulheres pouco adiantavam, se denunciasses algum tipo de assédio masculino, a vítima rapidamente seria transformada pela polícia em culpada pelo delito. Qualquer tipo de agressão à população feminina era protegido pela impunidade, gerando medo e angústias nas mulheres.

Dessa forma, as mulheres livres e pobres da província adquiriam reputação de desordeiras por promoverem distúrbios e brigas nos locais públicos, como também eram suscetíveis a serem enganadas por homens mal-intencionados. A polícia convivía com a situação e já conhecia os procedimentos que eram necessários nessas situações. Essas mulheres

²⁵³ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. Na trama urbana, personagens, experiências e imagens (Teresina, 1877-1910). In: EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Histórias de vário feitio e circunstância*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001. p. 243-244.

²⁵⁴ ARAÚJO, 2001, p. 244.

²⁵⁵ ARAÚJO, 2001, p. 244.

²⁵⁶ SILVA, 2008, p. 48.

²⁵⁷ SILVA, 2008, p. 48.

que frequentavam as ruas tinham comportamentos reprováveis para a sociedade da época, chegando ao ponto de “insultarem positivamente até os soldados que passam em serviço”.²⁵⁸ Muitas delas mantinham, às escondidas, casos amorosos com os policiais, sendo frequentes os envolvimento, principalmente com as quitandeiras e quituteiras que ficavam ao redor do mercado municipal.

A fama das mulheres pobres e trabalhadoras que era difundida pelas ruas da cidade de Teresina era de escandalosas e arruaceiras. Por essas atitudes frequentes de embates com a polícia, eram conhecidas como “loucas”. A partir da pesquisa de Silva, é possível destacar o exemplo da escrava Maria da Conceição, que, sob o pretexto de tratar-se de uma louca, foi amordaçada pelos soldados, que lhe deram muitas “bordoadas”, enquanto a conduziam, de forma violenta, para a cadeia. Maria da Conceição foi colocada em um “quarto escuro”, para onde eram levados os detentos mais perigosos da capital, e, dias depois, em consequência de muitas pauladas, ela sofreu um aborto na cadeia.²⁵⁹

Sutilmente, as mulheres pobres são apresentadas nos documentos oficiais como sofridas, desempregadas, buscando a prostituição. As que não conseguiam se manter com seus próprios meios, tinham que lidar com a falta de alimentos, que, por sinal, eram vendidos a preços altos. Daí porque elas apelavam para a prostituição. Muitas delas praticavam a prostituição de forma escondida, ocultando o máximo que conseguiam: “Até mulheres casadas, solteiras e menores pobres entregavam-se ao meretrício. Quando não possuíam nenhum meio de ganho, recorriam àquela prática para suportar os percalços da vida e ganhar dinheiro para suprir as necessidades básicas para suas famílias”.²⁶⁰ Ou seja, a prática estava diretamente ligada à sua classe social.

Muitas dessas mães da seca, mulheres pobres urbanas, na tentativa de amenizar sua pobreza, vendiam cuscuz, bolos, cafés e suspiros em frente à igreja, na época de festejos religiosos. O artesanato também fazia parte da vida daquelas mulheres, com a produção de doces e feitiços de redes. Além disso, estavam sob sua responsabilidade todos os afazeres domésticos, como a busca de água no rio:

Trazendo à cabeça, sobre rodilhas de pano, grandes cabaças d'água. Vinham sem paletó, os seios túmidos tremelicando, portando a camisinha molhada. Andavam ligeiramente, pés descalços, saia enrolada no cóis mostrando a perna bem feita. Cachimbavam, caminhando muito apuradas, para manter o

²⁵⁸ SILVA, 2008, p. 48.

²⁵⁹ SILVA, 2008, p. 40.

²⁶⁰ ARAÚJO, 2010, p. 62.

equilíbrio da cabeça.²⁶¹

Lavavam roupas no rio e eram vistas em ocasiões da distribuição de gêneros alimentícios. Essas eram formas improvisadas de sobrevivência para manter a família, uma vez que, como observado na documentação existente, havia casos de mulheres que assumiam sozinhas a responsabilidade do sustento, com o seu próprio trabalho. Como nos diz a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, o viver dessas mulheres “beirava a magia e o sobreviver de milagres que tão bem são representados nos contos populares”.²⁶²

Como demonstrado, as mulheres pobres que não possuíam emprego ficavam pelas ruas suplicando a caridade popular. As algazarras eram constantes, mesmo indo contra o código de postura da cidade. Desse modo, as denúncias eram constantes, como as feitas por moradores das proximidades do mercado público ao chefe de polícia de que “um grupo de mulheres, imundas, desocupadas que passavam o dia e a noite a cometer toda sorte de abusos, em altas vozes todas as palavras imorais que lhes vem a boca”.²⁶³

Os códigos moralidade afetavam diretamente as pessoas pobres da cidade, interferindo nas suas vidas cotidianas, lazeres e cultura. A repressão recaía mais sobre as mulheres, especialmente as “mulheres do povo”, pois somente em momentos em que incomodavam, com algazarras ou conversas, ou quando eram presas, é que se falava sobre elas. Esses fatos revelam como se consolidou a vivência cotidiana de muitas mulheres na capital da província, tentando, pelas formas possíveis, meios de sobreviver à pobreza e miséria, que, para além do cuidado de si, ainda arcavam com a responsabilidade de prover o sustento da família, como se vivessem num regime de matriarcado.

As visões padronizadas dos representantes do poder público podem ser vistas nos códigos posturais da cidade nesse período. Muitas das formas disciplinares estabelecidas nesses códigos foram contornadas pelas táticas do povo para “se ajustar” à sua própria maneira, quando vivia nas cidades. O significado de táticas, segundo Michael de Certeau:

É a ação calculada que é determinada pela ação de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria; a tática é um movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’, como dizia von Bülow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o

²⁶¹ NEVES, Abdias. *Um manicaca*. Teresina: Libro Papelaria Veras, 1909.

²⁶² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 178.

²⁶³ *A Palavra*. Teresina, 1902, n. 3, p. 2, 15 jun. 1902.

adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar, aumentar a propriedade e prever saídas. Em suma, a tática é a arte do fraco [...]. As táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder. Ainda que os métodos praticados pela arte da guerra cotidiana jamais se apresentem sob uma forma tão nítida, nem por isso é menos certo que apostas feitas no lugar ou no tempo distinguem as maneiras de agir.²⁶⁴

O tipo de vida que os governantes procuravam implementar por meio de estratégias de controle e disciplina podia não ser significativo o suficiente para a maioria das mulheres. O tempo de trabalho e vivência do cotidiano da cidade era ainda marcado por um tempo tradicional, conduzido através da natureza, uma viagem de sol a sol. Ou seja, a maioria das mulheres da cidade ainda não havia passado pelo processo civilizador.

Analisando o conceito de gênero já exposto, é possível levantar a hipótese de que esses relatos também serão um meio de sensibilização, visto que a figura feminina ainda estaria muito ligada à maternidade e à fragilidade. O conceito de um jogo do gênero resume-se basicamente a usar normas sociais para colocar o outro no lugar de submissão, para seu próprio “bem-estar”, ou seja, as mães da seca usavam as políticas públicas objetivando receber respostas positivas para seus requerimentos e petições.

Partindo do conceito de protesto sertanejo cotidiano de James Scott, reconhecemos que essas ações funcionaram como um meio silencioso, um protesto sutil para transcender as fronteiras do sujeito. Dessa maneira, entendemos as formas cotidianas de resistência camponesa, como a “luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros”.²⁶⁵

A resistência cotidiana aqui utilizada se expressava nos pequenos atos dos pobres praticados contra a exploração das elites, que foram postos em prática através de saques aos depósitos da Comissão de Socorros Públicos, durante os alistamentos e, sobretudo, em cartas de requerimentos escritas por mães da seca. Observando atentamente essas ações, abriremos os olhos para ver o ato de microrresistência do camponês, que não é outro senão o que:

[...] qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas a essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores.²⁶⁶

²⁶⁴ CERTEAU, Michel de. Fazer com usos e táticas. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 100-102.

²⁶⁵ SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002. p. 11.

²⁶⁶ SCOTT, 2002. p. 24.

As formas cotidianas de protesto se tornaram a principal arma de resistência das classes populares, afirmação que pode ser verificada, quando se entende que essas ações são pessoais e não exigem organização prévia. É um mecanismo que não visa à interrupção imediata do sistema, mas visa obter benefícios imediatos. A resistência diária dos camponeses refere-se a:

[...] indivíduos ou grupos sem organização formal. Enfrenta situações conjunturais e nelas se esgota. É baseada em discursos ocultos, fofocas e boatos sem autores identificados. A mobilização é espontânea e não se expõem os líderes, indivíduos ou grupos responsáveis pela mobilização. Acontece com o intuito de ganhos imediatos.²⁶⁷

Observar criticamente essas histórias possibilita perceber a força usada pelos sertanejos para encontrar uma maneira de sobreviver. As mulheres são personagens que, embora colocadas de forma submissa pelos homens na estrutura social, têm desempenhado um papel importante nas lutas pela sobrevivência, ganhando destaque e dando voz às situações de silenciamento. Embora inconscientes e silenciosos, os esquemas utilizados pelas mulheres para pedir ajuda influenciou muito a sobrevivência de suas famílias, bem como o desenvolvimento do cuidado e a construção da história e as vivências desses sujeitos.

Desse modo, perceber o lugar social dessas mulheres pobres, sobretudo no campo da história, é visualizar sua concretização nas páginas da historiografia. Reorganizar a existência das mulheres pobres significa inseri-las na história do desemprego estrutural, um fenômeno amplo e conhecido que atinge sobretudo a força de trabalho feminina. Integrá-las à história de seu tempo é resgatar a memória social de um fenômeno que ainda está vivo e presente na sociedade brasileira contemporânea. Mulheres pobres, sem habilidades sociais em papéis e espaços informais e improvisados indicam sintomas de novas necessidades e mudanças estruturais. Não é de surpreender que estejam mal documentadas em fontes oficiais, que preferem documentar os papéis regulatórios e os valores normativos que caracterizam o sistema de controle e a manutenção da ordem social implementado em Teresina, após a seca de 1877-1879.

Ao findar os três anos de seca, no ano de 1880, já havia notícias de chuvas abundantes pela província. Segundo matéria do jornal *A Imprensa* veiculada na época: “Como tem até hoje continuado a chover, é de supor que o inverno esse ano seja regular, o rio Parnaíba conserve bastante água, de modo que a navegação por vapor vai sendo feita regularmente”.²⁶⁸ Diante

²⁶⁷ PONTES, Daniel Lucas Ribeiro. *Resistência camponesa à agroindústria do dendê na comunidade Conceição do Guajará em Bujaru/PA*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Amazônia Oriental, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2017. p. 57.

²⁶⁸ *A Imprensa*. Teresina, p. 4, 21 fev. 1880.

disso, o governo geral determinou ao Ministério do Império o cessamento de qualquer ajuda e despesa com socorros públicos e com os retirantes.²⁶⁹ Entretanto, os migrantes permaneceram alojados na cidade de Teresina, por diversos motivos. O inchaço populacional nas primeiras décadas da formação da cidade ocasionou diversos problemas que se intensificaram com o processo migratório durante o período da seca. Na verdade, o que interessa é entender a magnitude do problema e, em específico neste tópico, as permanências que ocorreram posteriormente ao processo migratório. Teresina, além da infinidade de problemas estruturais que já possuía, a partir de então, passou a contar com um grande número de miseráveis percorrendo suas ruas.

A permanência dos migrantes pode ser percebida pelo aumento populacional ocorrido na cidade. No ano de 1900, Teresina tinha 45.316 habitantes. Fazia parte de um grupo de capitais brasileiras com mais de 45.000 habitantes, como Porto Alegre, Manaus, Curitiba e Fortaleza. Observamos, portanto, a questão das capitais como importantes centros populacionais, bem como a evolução distinta entre elas.²⁷⁰

O Quadro 3 foi construído para mostrar o crescimento populacional em Teresina, evidenciando o incremento que ocorreu na cidade entre os anos de 1872 e 1890, devido ao fluxo populacional causado pelo processo migratório da seca. Cabe observar que, mesmo com o fim do período de estiagem, a cidade continuou a crescer, demonstrando a fixação de muitos migrantes nesse local.

Quadro 3 – População de Teresina (1872-1910)

Ano	Nº de habitantes
1872	21.692
1890	31.523
1900	45.316
1910	48.614

Fonte: FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ano 1, Rio de Janeiro: IBGE, 1992, p. 206-208.

²⁶⁹ *A Imprensa*. Teresina, p. 2, 17 jul. 1880.

²⁷⁰ BASTOS, Cláudio de Albuquerque. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p. 199. Apud, LIMA et al, 2017. p. 35.

Teresina na segunda metade do século XIX não era apenas um labirinto de cabanas, mas um complexo e diversificado espaço em que se construía várias relações. Assim, a cidade resultava:

Dos esforços econômicos, administrativos, arquitetônicos e de hábitos e aspirações quotidianas. Elas fundam-se numa mistura de funções e nunca nos aproximamos mais de seus segredos do que quando nos ocupamos das condições que geram suas diversidades. As suas realidades, as formas de ocupação, as origens dos seus habitantes e suas ligações com as mudanças e expansão do espaço.²⁷¹

De acordo com Teresinha Queiroz:

Por várias décadas Teresina cresceu menos que a média do Piauí e menos do que outras do estado, como as situadas nas áreas produtoras de maniçoba, babaçu e carnaúba e as que concentravam a exportação desses produtos. Entretanto, uma análise dessa natureza não revela o universo das mudanças qualitativas nem o sentido de novo de que a cidade vai se revestindo, as novas funções que ela passa a preencher, muito menos o quanto e o como Teresina, por ser capital do Estado, portanto sede político-administrativa, vem a beneficiar-se da produção da vizinhança de municípios mais dinâmicos na economia do Estado. [...] Teresina por ser a capital e pela localização se beneficia das mudanças conjunturais do Estado e também por ser a capital é privilegiada como cenário para mudanças e exibições.²⁷²

Do ponto de vista do crescimento populacional, Queiroz destaca que o momento de maior desenvolvimento de Teresina foi a segunda metade do século XIX, durante os primeiros anos após a sua fundação. Usando toda a província como referência, o quadro demográfico do século XIX se assemelha ao da ex-capitania, definida por fazendas de gado. A tendência de crescimento não continuou até a segunda metade do século XX.

A capital do estado do Piauí é um entroncamento rodoviário e sua posição de ligação entre Fortaleza, no Ceará, e São Luís, no Maranhão, lhe conferiu importância nesta rede de cidades. As cidades, como cita Carlos Leite e Juliana Marques, “são o maior artefato já criado pelo homem”.²⁷³ Sempre foram objetos de desejos, desafios, oportunidades e sonhos. Para Lopes, a atratividade da cidade está associada aos benefícios de acesso a serviços e economias de escala muito mais favoráveis do que os problemas urbanos de poluição e congestionamento, ou mesmo exclusão, na informalidade e na violência. Porém, ainda de acordo com Lopes, o processo de urbanização deve-se à concentração em consequência da migração rural, e à

²⁷¹ GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba, Cidades-beira: 1850-1950*. Teresina: EDUFPI, 2010. p. 23.

²⁷² QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Hígino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p. 18.

²⁷³ LEITE, Carlos; MARQUES Juliana. *Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano*. Porto Alegre: Bookman, 2012. p. 1.

expansão devido ao aumento da população que se urbanizou.²⁷⁴

O rápido crescimento da cidade, tanto em população quanto em território, continuou marcando Teresina, assim como formas rarefeitas e dispersas de ocupação, sem ação governamental efetiva, muitas vezes atestam esse processo. O poder público é um dos atores-chave neste processo, sendo responsável pela execução das ações mais efetivas de controle da expansão e utilização dos espaços urbanos.

Povoados foram formados pelos migrantes nos arredores de Teresina. Segundo noticiou o jornal *A Imprensa*, “[...] depois da seca, pela afluência de imigrantes, Humildes tornou-se um pequeno povoado”.²⁷⁵ De acordo com o IBGE, em 1875, existiam no povoado dos Humildes apenas três casas de telha e uma pequena capela. Em janeiro de 1890 a vila teve o seu nome mudado de Humildes para Alto Longá, em decorrência de sua proximidade das nascentes do rio Longá. Alto Longá foi extinto em junho de 1931, tendo seu território passado a integrar o município de Altos até agosto de 1934, quando foi restaurada a sua autonomia administrativa.²⁷⁶

Ainda segundo o jornal, o povoado era formado por “desordeiros e traficantes”.²⁷⁷ A matéria informa que os migrantes, ainda que não estivessem pelas de Teresina, formavam uma camada de vadios, levados à prática de crimes e desordem. Essa pecha será carregada pela formação social dos migrantes pós-seca, visto que se acomodaram pela capital, tornando-se pobres livres.

A mendicância ainda seria um problema sério para o governo provincial, visto que todos os anos pessoas migravam do interior do Piauí e de outras províncias para Teresina, a maioria fugindo da seca. O governo provincial tentou remediar, pelo menos, nesse período infeliz, as dificuldades desses migrantes. Quando terminou o período de seca, muitos não conseguiram ou não quiseram retornar para suas origens. Com isso, formou-se um núcleo social de pessoas pobres na cidade, de mendicantes e trabalhadores livres.

Teresina se constituiu como um espaço social onde as pessoas viviam, trabalhavam, brincavam, criavam identidades e representações de cuja sensibilidade e subjetividade emergiram. Essas delicadas questões são sentidas na prática e no modo de vida das pessoas, no comércio, na diversão, entre outros aspectos da vida cotidiana.

Nesse espaço estava presente uma classe majoritária que tomava as ruas da cidade e partilhava do cotidiano teresinense. A permanência dos emigrantes foi algo evidente e real,

²⁷⁴ LOPES, R. *A cidade intencional: o planejamento estratégico das cidades*. Rio de Janeiro, 1998.

²⁷⁵ Governo provincial: relatório. *A Imprensa*. Teresina, n. 681, p. 4, 22 abr. 1881.

²⁷⁶ IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010b. Censo 2010_Agregados por Setores Censitários. <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 9 ago. 2021.

²⁷⁷ Governo provincial: relatório. *A Imprensa*. Teresina, n. 681, p. 4, 22 abr. 1881.

podendo ser percebido através de publicações em jornais que chamavam atenção para a situação degradante dessas pessoas pelas ruas de Teresina, algo que não fazia parte do ideário progressista da capital. De acordo com o jornal *A Época*, após o período de seca e o consequente fim da ajuda estatal, os flagelados:

Estão a morrer diariamente e na maior miséria – a fome e à mingua; já em uma casa aberta à Rua da Glória, em frente do capitão Azevedo; já em outra do Dr. Carlos Martins, à Praça da Constituição; já pelas ruas e subúrbios desta cidade, apesar de existir uma enfermaria no quartel de polícia, onde alguns são medicados.²⁷⁸

Esse tipo de matéria foi algo constante nos anos seguintes, mostrando a situação degradante daqueles que não tinham como suprir suas necessidades básicas, como roupas e alimentos. Em notícia do jornal *A Imprensa* do dia 25 de fevereiro de 1880, foram feitas críticas, informando ainda haver migrantes pelas ruas em condições desumanas, vagando sem destino, jogados à própria sorte. Entretanto, apesar das referências aos desvalidos, andando pelas ruas, era informado que:

Ora, achando-nos já em época normal, porque não temos mais seca, nem peste, nem inundação, marchando tudo já regularmente, inverno suficiente, e abundância de gêneros alimentícios nos mercados; é justo que cessem os socorros, quando não totalmente, ao menos que fossem eles profundamente reduzidos.²⁷⁹

Durante o período de seca, devido à ajuda prestada aos migrantes, os cofres públicos sofreram grandes desfalques. Apesar de parte da ajuda vir do governo geral, a província arcava com parte das despesas. Desse modo, mesmo após os anos secos, as dívidas perduraram na província, demonstrando que muito foi utilizado para combater o flagelo. Existem outras vertentes explicativas, apontando que muitas pessoas da elite aumentaram suas riquezas, usufruindo dos recursos advindos da seca.

Quadro 4 – Receitas e despesas da província do Piauí no período de 1874 a 1877 (em mil-réis)

Período	Receitas	Despesas
1874 - 1875	106:490\$000	125:855\$000
1875 - 1876	103:499\$000	126:780\$000
1876 - 1877	98:969\$000	135:800\$000

Fonte: GOVERNO provincial. *A Imprensa*. Teresina, n. 641, p. 4, 22 maio 1880.

²⁷⁸ EMIGRANTES. *A Época*. Teresina, n. 3, p. 4, 21 fev. 1880.

²⁷⁹ *A Imprensa*. Teresina, n. 630, p. 2, 25 fev. 1880.

Como demonstrado no Quadro 4, havia desequilíbrio nas contas públicas, com as despesas superando as receitas. A necessidade de incremento das receitas era urgente. Entre 1878 e 1879, os anos fatídicos da seca, as despesas eram de Rs 161:973\$000, enquanto a arrecadação era somente Rs 101:130\$000, ou seja, o *déficit* perdurou por vários anos. Devido às novas necessidades em decorrência da seca, a capital só obteve recursos para sanar as dívidas anteriores, situação agravada ainda mais com o fim do repasse de recursos do governo central para as comissões de socorros. A esperança que se tinha era a de conseguir controle das despesas, “de modo a permitir a execução de grandes trabalhos públicos, conseguindo a extensão de linhas férreas, no desenvolvimento das vias de navegação e na diminuição dos impostos”.²⁸⁰

Neste período ocorria uma quantidade considerável de agressões pelas ruas, algo que afetava diretamente a vivência urbana. Os jornais informavam à população sobre os ocorridos, noticiando brigas e barulhos no mercado e à beira do rio. Para compreender esse processo, o poema sobre o vaivém no Porto da Barrinha colabora:

O porto da Barrinha andava cheio
De casinhas de palha sobre o rio,
Eram balsas que vinham sem receio
Trazer os frutos do sertão bravio.

As canoas viviam de rodeio
Em constante vaivém e em desafio,
Procurando meter-se pelo meio
Do arruado de balsas, fio a fio.

Vinham mangas, laranjas e limões.
Abacates, bananas, bacuris
Tangerinas, condessas e melões,
Maracujá, mamões e abacaxis.²⁸¹

O poema demonstra a efervescência econômica da cidade de Teresina, como também o fluxo de pessoas que ficavam pelas beiras dos rios, que eram as vias de transporte mais utilizadas na época, não somente para o interior na província, mas para outras províncias do Brasil.

Durante o ano de 1888, a cidade de Teresina se encontrava dividida em freguesias, “com 27 ruas e travessas e seis praças, cinco arrabaldes, dois sobrados, 250 casas, 17 edifícios e 1.037 choupanas”.²⁸² A quantidade de choupanas, cobertas de palhas, era consideravelmente maior,

²⁸⁰ Governo provincial. *A Imprensa*. Teresina, n. 641, p. 4, 22 maio 1880.

²⁸¹ FERRY, João *apud* ARAÚJO, 2010, p. 48.

²⁸² ARAÚJO, 2010, p. 49.

se comparada ao número de casas. Por isso, eram comuns incêndios, como informa Araújo, ao relatar que houve: “[...] na Rua da Glória na parte onde começam as casas de palha, um pavoroso incêndio, que em menos de uma hora consumiu 12 casas de pobres... sem lhe dar tempo salvar”.²⁸³

Essas condições de moradia também demonstravam as más condições de vida das pessoas pobres da cidade, regadas a imundices, sofrimentos, desordem moral e epidemias. Após o período de calamidade da seca, muitos pobres construíram suas vidas na cidade, formando um aglomerado de miséria. Entretanto, é importante ressaltar que devido às fontes serem parciais, ou seja, apresentarem o ponto de vista e a intencionalidade de quem as produziu, tem-se a necessidade de um maior esforço de interpretação dos fatos.

Os documentos utilizados como fontes nesta dissertação se destinavam claramente a uma forma de demarcação social. Na última parte do século XIX, nota-se a preocupação em garantir uma boa condução nos espaços urbanos. Havia a necessidade e interesse em manter o bom comportamento na cidade e o desejo de controlar a sociedade, embora essa fosse uma estratégia para lidar com táticas diferentes, para fugir da imposição do poder público. Morar em Teresina, nesse período, a partir da literatura em análise, era o objetivo da visão disciplinar do governo, que buscou adaptar estratégias para suprimir comportamentos desviantes no espaço urbano.

²⁸³ ARAÚJO, 2010, p. 49.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após percorrer os caminhos da pesquisa que resultaram nos três capítulos que compõem esta dissertação, o desejo que nos move é o de concluir apontando a importância da micro-história, abordando narrativas que, anteriormente, ficariam à margem da história, como homens, mulheres, crianças e idosos pobres da província do Piauí, durante um período que aumentou ainda mais a fragilidade das condições sociais cotidianas. Falar de história não é fácil, pois ela é essencialmente equívoca, no sentido de que é virtualmente estrutural. A história é na verdade o reino do inexato, seu método só pode ser um método inexato. A história quer ser objetiva e não pode sê-lo. Quer fazer reviver e só pode reconstruir. Quer tomar as coisas contemporâneas, mas ao mesmo tempo tem de reconstituir à distância e à profundidade do distanciamento histórico. Finalmente, esta reflexão procura justificar todas as aporias do ofício de historiador, as que Marc Bloch assinalou em sua apologia da história e do ofício de historiador. Essas dificuldades não são vícios do método, são equívocos bem fundamentados.²⁸⁴

Diante do exposto, podemos perceber que a seca de 1877 a 1879 causou diversas modificações de cunho político, social e econômico na província do Piauí. Nesse período houve uma ressignificação do conceito de caridade, que passou a ser algo não mais de forma exclusiva pela comunidade ou igrejas, mas que necessitou da intervenção do governo, na tentativa de minimizar a calamidade pública. Foi notoriamente um período de muitas dificuldades para os menos favorecidos, a classe mais atingida pelos anos de estiagem.

A partir desse clima de instabilidade, foi necessário que o governo imperial criasse uma política de combate à calamidade, política essa que, na realidade, não conseguiu atingir o seu fim precípuo, que era socorrer os flagelados. As medidas adotadas foram de caráter assistencialista, por meio de trabalho e doações de gêneros alimentícios, vestuários e medicamentos. No Piauí, ficou perceptível que, mesmo após a implantação desses meios de ajuda, não se fixou ao longo do tempo a integração ou mudança estrutural dos flagelados, algo que ficou caracterizado na documentação analisada, que revelou os abusos e escândalos nas despesas do governo relativas aos migrantes. Para que houvesse uma permanência do sistema de barganha, a manutenção se dava pela elite oligárquica, possuidora das terras e do poder político, social e econômico na província.

Desse modo, essa política assistencialista, em vez de sanar os problemas da estiagem, foi responsável por desenvolver uma indústria rendosa para as classes dominantes, que, ao controlar a comissão de socorros públicos, conseguiam recursos lucrativos, através dos gêneros

²⁸⁴ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

destinados aos flagelados ou por meio da mão de obra barata. A seca desses três anos configurou um sistema paternalista entre o poder central e o local, que buscava combater a falta de água, o processo migratório, o aumento da mortalidade humana e o agravamento da miséria, tais medidas, porém, só colaboraram para fortalecer a barganha, a serviço dos políticos regionais, levando à consolidação, no Piauí, da concentração de poder e posses da elite e a marginalização de trabalhadores rurais, massacrados pelas intempéries climáticas.

A pesquisa aqui apresentada, evidentemente, não foi capaz de abarcar em sua plenitude todas as problemáticas dos três anos de estiagem na província no Piauí, mas buscou conscientizar os leitores sobre o processo de marginalização dos menos favorecidos, tentando construir uma história vista por outro ângulo, através dos olhos de quem foi explorado e marginalizado, ao longo do tempo. Desse modo, este trabalho pode contribuir para despertar interesse pela temática e desencadear pesquisas em outras vertentes, abrangendo um campo maior da problemática exposta.

REFERÊNCIAS E FONTES

FONTES

JORNAIS:

BN/ HDB. Jornal “*A Época – 1878-1884*”. 13/04/1878, p. 4.

BN/ HDB. Jornal “*A Época – 1878-1884*”. 13/04/1878, p. 1.

BN/ HDB. Jornal “*A Época – 1878-1884*”. 21/12/1878, p. 4.

BN/ HDB. Jornal “*A Época – 1878-1884*”. 04/05/1878, p. 4.

BN/ HDB. Jornal “*A Época – 1878-1884*”. 17/03/1878, p. 1.

BN/ HDB. Jornal “*A Época – 1878-1884*”. 13/04/1878, p. 4.

BN/ HDB. Jornal “*A Época – 1878-1884*”. 02/11/1878, p. 1.

BN/ HDB. Jornal “*A Época – 1878-1884*”. 21/02/1880. p. 4.

BN/ HDB. Jornal “*A Imprensa: periódico político (PI) - 1865 a 1889*”. 11/10/1879, p. 4.

BN/ HDB. Jornal “*A Imprensa: periódico político (PI) - 1865 a 1889*”. 14/01/1880, p. 4.

BN/ HDB. Jornal “*A Imprensa: periódico político (PI) - 1865 a 1889*”. 17/07/1880, p. 2.

BN/ HDB. Jornal “*A Imprensa: periódico político (PI) - 1865 a 1889*”. 25/02/1880, p. 2.

BN/ HDB. Jornal “*A Imprensa: periódico político (PI) - 1865 a 1889*”. 05/06/1880, p. 4.

BN/ HDB. Jornal “*A Imprensa: periódico político (PI) - 1865 a 1889*”. 22/05/1880. p. 4.

BN/ HDB. Jornal “*A Palavra*”. 15/06/1902, p. 2.

BN/ HDB. Jornal “*O Propagador (PI) - 1858 a 1860*”. 04/02/1859, p. 55.

BN/ HDB. Jornal “*O Incentivo*”. 25/04/1893, p. 4.

BN/ HDB. Jornal “*O Incentivo*”. 07/03/1893, p. 2.

BN/ HDB. Jornal “*Gazeta do Comercio*”. 28/02/1895, p. 1.

BN/ HDB. Jornal “*O Democrata*”. 22/08/1894, p. 3.

BN/ HDB. Jornal “*Diário do Piauí: Órgão Oficial dos Poderes do Estado (PI) - 1911 a 1914*”. 04/08/1912. p. 3.

BN/ HDB. Jornal “*Diário do Piauí: Órgão Oficial dos Poderes do Estado (PI) - 1911 a 1914*”. 16/06/1911. p. 1.

MANUSCRITOS – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

APEPI. Comissão de socorros públicos. Anos: 1876-77. SPE. Código: 575. Estante: 05. Prateleira: 02. Ofício da comissão de socorros públicos destinado ao Juiz de Direito, solicitando que este aceite um cargo na comissão.

APEPI. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (Requerimentos). Ano: 1876-1889. Caixa sem numeração.

APEPI. *Ofício da comissão de socorros da capital datado de 15 de outubro de 1877.* Comissão Socorros Públicos. SPE. Cód. 575. Estante 5. Prateleira 2. Teresina, 1876-1877.

APEPI. *Ofício da Comissão de Socorros Públicos da capital incentivando o trabalho em obras públicas.* Comissão de Socorros Públicos. SPE. Cód. 575. Estante 5. Prateleira 2. Teresina, 1876-1877.

APEPI. *Ofício da Comissão de Socorros Públicos da capital ordenando a distribuição de gêneros alimentícios a imigrantes.* Comissão de Socorros Públicos. SPE. Cód. 575. Estante 5. Prateleira 2. Teresina, 1876-1877.

APEPI. *Ofício da Comissão de Socorros Públicos da capital que ordena a distribuição de gêneros alimentícios a particulares.* Teresina, 1 dez 1877. Comissão de Socorros Públicos. SPE. Cód.: 575. Estante 5. Prateleira 2. Teresina, 1876-1877.

APEPI. *Ofício encaminhado a Comissão do município de Príncipe Imperial em 1877.* Comissão Socorros Públicos. SPE. Cód. 575. Estante 5. Prateleira 2. Teresina, 1876-1877.

APEPI. Palácio da presidência. Correspondência recebida (requerimentos), comissão de socorro. Ano 1878. *Requerimento em que Maria Ribeiro Campos pede auxílio à comissão de socorros da capital.* Caixa: 366. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências recebidas. Teresina, 1850-1867.

APEPI. *Requerimento de Augusto Raimundo Carvalho para Jozefa Maria de Espírito Santo.* Fundo do Poder Executivo. Caixa: 366. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências recebidas. Teresina, 1850-1867.

APEPI. *Requerimento de Manoel de Souza Mourão Sobrinho.* Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências recebidas. Teresina, 1876-1889.

APEPI. *Requerimento de Manoel Gonçalves de Carvalho à Comissão de Socorros da capital.* Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências recebidas. Teresina, 1876-1889.

APEPI. *Requerimento de Verônica Maria do Espírito Santo à Comissão de Socorros da capital em data de 18 de março de 1879.* Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências recebidas. Teresina, 1876-1889.

ACERVOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

BIBLIOTECA DIGITAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO

BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro – 1826 a 1873*. Rio de Janeiro, 30 jun. 1852.

BRASIL. *Anais do Império Brasileiro*. 1877, livro 5.

BRASIL. *Anais do Império Brasileiro*. 1879, livro 6.

BRASIL. Ministério do Império. Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ) - 1832 a 1888. 1858, edição 1.

OFÍCIO – 2165 – Rio de Janeiro. Ministério dos Negócios do Império (Carlos Leônio de Carvalho) em 10.07.1878.

TERMO de contrato que faz a Comissão de Socorros desta capital, autorizada pelo Exmo. Sr. Presidente da Província, com os contratantes dos núcleos de emigrantes – 1878.

RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES PROVINCIAIS

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Fala que o Presidente da Província do Piauí Dr. Jose Antônio Saraiva dirigiu a Assembleia Legislativa Provincial no ato da abertura de sua sessão ordinária em 3 de julho de 1851*. Oeiras: Tipografia Saquarema, 1851.

PIAUÍ, Governo, 1916-1920 (Eurípedes Clementino de Aguiar). Mensagem apresentada a câmara legislativa do Estado.

RELATÓRIO do Excelentíssimo Sr. Graciliano de Paula Batista em 13.08.1877.

RELATÓRIO do Presidente Sr. Pedro Belfort Vieira, em 11. 12. 1879.

PIAUÍ. *Fala que o presidente da Província do Piauí Dr. José Antônio Saraiva dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial no ato da abertura de sua sessão ordinária em 3 de julho de 1851*. Oeiras: Tipografia Saquarema, 1851. p. 49.

PIAUÍ. Palácio da presidência. *Correspondência recebida pela Comissão de Socorros*. Requerimento em que Raymundo Gomes da Silva pede auxílio à Comissão de Socorros da capital. Teresina, 1879. [APEPI].

PIAUÍ. Palácio da presidência. *Correspondência recebida pela Comissão de Socorro*. Requerimento em que Luzia Joaquina Roza pede auxílio à Comissão de Socorros da capital. Teresina, 1879. [APEPI]

PIAUÍ. Palácio da presidência. *Correspondência recebida pela Comissão de Socorro*. Requerimento em que Dix Lima Maschima de Jezus pede auxílio à Comissão de Socorros da capital em data de 20 de março de 1878. Teresina, 1878. [APEPI]

SITES

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. < <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

BRASIL. Anais do Império Brasileiro.
https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/ip_anaisimperio.asp.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010b. Censo 2010_Agregados por Setores Censitários. < <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>

HEMEROTECA. Biblioteca Digital do Rio de Janeiro: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800 e caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 1998.

ALENCAR, José de. *O sertanejo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. Recife; São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *O Tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história*. São Paulo: Intermeios, 2019.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. 4. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

ALVES, Joaquim. *História das secas: século XVIII a XIX*. Fortaleza: Edições do Instituto do Ceará, 1953.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2010.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. Na trama urbana, personagens, experiências e imagens (Teresina, 1877-1910). In: EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Histórias de vários feitos e circunstâncias*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. *O poder e a seca de 1877 a 1879 no Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1991.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. *A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884)*. 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. Zonas de contato no Piauí oitocentista: rotas de retirantes e escravizados. *Vozes, Pretérito e Devir*, Teresina, ano 1, v. 1, n. 2, p. 309-324, 2013.

BASTOS, Cláudio de Albuquerque. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BATISTA, Jonatas. *Poesia e prosa*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985. p. 183.

BONFIM, Washington Luís; SANTOS JÚNIOR, Raimundo Batista. Formação política. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995. p. 48.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: Editora da UFPI, 1999.

BRUNO, Ernani Silva. Apontamentos sobre a região. In: RIEDEL, Diaulas (org.). *O sertão, o boi e a seca*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1959.

CANDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Proletários das secas: arranjos e desarrajos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

CARVALHO, Genimar Machado Resende de. *Construtores e aprendizes: cativos da nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850-1873)*. Porto Alegre: FCM, 2013.

CASTELO BRANCO, Francisco Gil. *Ataliba, o vaqueiro*. Copyright. 10ª edição. Fundação Quixote, 2011.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. t. 1. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1949. p. 85. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/78>. Acesso em: 13 jun. 2021.

CASTRO, Chico. *João Lustosa da Cunha, Marquês de Paranaguá 1821-1912*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2009.

CERTEAU, Michel de. Fazer com usos e táticas. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Como nasceu Teresina*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1987.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

COSTA, Francisco Augusto Pereira de. *Cronologia histórica do estado do Piauí*. 2. ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

COSTA, Patrícia Ávila. *Da janela das andorinhas: a experiência da feminilidade em uma comunidade rural*. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. p. 38.

CUNNIFF, Roger. The birth of the drought industry: imperial and provincial response to the great drought in northeast Brazil, 1877/1880. *Revista de Ciências Humanas*, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 65-82, 1975.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOMINGOS NETO, Manuel; BORGES, Geraldo Almeida. *Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA, Jurandyr Pires. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958. p. 628.

FISCHER, Izaura Rufino; ALBUQUERQUE, Lígia. A mulher e a emergência da seca no Nordeste do Brasil. *Trabalhos para Discussão*, n. 139, jul. 2002.

FRISCH, Michael. *From a Shared Authority to the Digital Kitchen, and Back*. Philadelphia, PA: The Pew Center for Arts and Heritage, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2009. p. 189.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FRANCO, José Patrícia. *O município no Piauí: 1761-1961*. Teresina: Fundação Cultural de Teresina, 1986.

FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. 2. ed. São Paulo: Mentis Abertas, 2020.

GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba, Cidades-beira: 1850-1950*. Teresina: EDUFPI, 2010.

GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a capital sonhada do Brasil Oitocentista. *História*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 90-113, jan./jun. 2011.

HEIDMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. *Políticas públicas e desenvolvimento*. Brasília: UnB, 2006.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEITE, Carlos; MARQUES Juliana. *Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano*. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LIMA, Antônia Jesuíta de. *As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos*. Teresina: Halley, 2003.

- LIMA, Nilsângela Cardoso. *Imagens de Teresina (PI) do século XIX-XX: sentimentos, desejos, tramas urbanas e práticas jornalísticas*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2011.
- LIMA, Solimar Oliveira. *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da Nação do Piauí (1822-1871)*. Passo Fundo: UPF, 2005.
- LIMA, S. M. A; LOPES, W. G. R; FAÇANHA, A. C. *Urbanização e crescimento populacional: reflexões sobre a cidade de Teresina, Piauí*. Gaia Scientia (2017). Volume 11(1): 31-51
- LOPES, R. *A cidade intencional: o planejamento estratégico das cidades*. Rio de Janeiro, 1998.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.
- MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] *Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado*”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- MOREIRA, Amanda Cavalcante. *Teresina e as moradias da região central da cidade (1852-1952)*. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.
- MOTT, Luiz. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NARO, Nancy Priscilla. O gênero em questão: mulheres escravas e livres perante a justiça. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006
- NASCIMENTO, Francisco Alcides. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.
- NEVES, Abdias. *Um manicaca*. Teresina: Libro Papelaria Veras, 1909.
- NEVES, Frederico de Castro. A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 80-97, 2007.
- NUNES, Maria Célia Portella; ABREU, Irlane Gonçalves de. Vilas e cidades do Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.

- NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí: lutas partidárias e a situação da província*. Teresina: FUNDAPI; Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.
- PAULA, Antônio Neto de. *A carreira marítima Parnaíba-Lisboa: finais do século XVIII, 1779-1793*. Teresina: EDUFPI, 2001.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.
- PONTES, Daniel Lucas Ribeiro. *Resistência camponesa à agroindústria do dendê na comunidade Conceição do Guajará em Bujaru/PA*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Amazônia Oriental, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2017.
- PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.
- QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p. 18.
- QUEIROZ, Teresinha. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1998. p. 14.
- REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão. *Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. p. 39-40.
- REIS FILHO, Nestor Goulart dos. *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1968.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RIOS, Kênia de Sousa. *Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2001.
- ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SANTANA, Márcia C. B. Assistência e combate às doenças, às epidemias e à loucura em Teresina em períodos de seca (1860-1920). In: ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA, MEMÓRIA, ORALIDADE E CULTURAS, 2014, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: UFC, 2014. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/encontrointernacionalmahis/anais/edicoes_anteriores.html. Acesso em: 30 set. 2021.
- SANTOS, Gervásio; KRUEL, Kenard. *História do Piauí*. 2. ed. Teresina: Halley; Zodíaco, 2018.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004.
- SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Carnaúba, pedra e barro na capitania de São José do Piauí*. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007.

SILVA, Ângela Martins Napoleão Braz e. *Entre rios: a modernização e o crescimento da cidade de Teresina (1889-1940)*. 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SILVA, Francisco Bernadino Rodrigues. Instruções. *A Imprensa*, Teresina, p. 4, 21 ago. 1877

SILVA, Mairton Celestino da. *Batuque na rua dos negros: cultura e política na Teresina da segunda metade do século XIX*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SILVA, Raimunda Celestina Mendes da. *A representação da seca na narrativa piauiense: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Caetés, 2005.

SILVEIRA, Mona Ayala Saraiva da. As relações familiares e o matrimônio no Piauí oitocentista. In: LIMA, Nilsângela Cardoso (org.). *Páginas da história do Piauí colonial e provincial*. Teresina: EDUFPI, 2020.

SOUZA, José Weyne Freitas. Secas e socorros públicos no Ceará doença, pobreza e violência (1877-1932). *Projeto História*, São Paulo, n. 52, p. 178-219, jan.-abr. 2015.

TEIXEIRA, Manuel C. Os modelos urbanos portugueses da cidade brasileira. COLÓQUIO A CONSTRUÇÃO DO BRASIL URBANO, 2000, Lisboa. *Anais* [...]. Lisboa: Convento da Arrábida, 2000.

THOMPSON, Edward Paul. *The Making of the English working class*. Nova Iorque: Pantheon, 1956.